As Ciências Sociais e a Ciência Política

Práticas e Saberes e Docentes e Discentes II

Organizadores

Edson Romário Monteiro Paniágua
Gabriel Eidelwein Silveira
Ronaldo Bernardino Colvero

unipampa
Universidade Federal do Pampa

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A CIÊNCIA POLÍTICA

PRÁTICAS E SABERES E DOCENTES E DISCENTES II

ORGANIZADORES

EDSON ROMÁRIO MONTEIRO PANIÁGUA

GABRIEL EIDELWEIN SILVEIRA

RONALDO BERNARDINO COLVERO

unipampa Universidade Federal do Pampa

© Copyright by
Universidade Federal do Pampa Todos os direitos reservados.

FICHA TÉCNICA

Livro
As ciências sociais e a ciência política:
práticas e saberes e docentes e discentes II

Reitor
Roberlaine Ribeiro Jorge

Vice-Reitor
Marcus Vinicius Morini Querol

Diretor Campus São Borja
Valmor Rhoden

Coordenador Acadêmico
Thiago da Silva Sampaio

Coordenador Administrativo
Gustavo de Carvalho Luiz

Apoio Técnico e Operacional
Gustavo de Carvalho Luiz
Luis André Antunes Padilha
Rafael Machado da Silva

Revisão
Paula Batista

Projeto Gráfico, Diagramação
Paolo Malorgio Studio

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

As ciências sociais : ciência política [livro eletrônico] : práticas e saberes e docentes e discentes II / organizadores Edson Romário Monteiro Paniágua, Gabriel Eidelwein Silveira, Ronaldo Bernardino Colvero. -- Bagé, RS : UNIPAMPA, 2023. -- (Curso ciências sociais)
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-63337-95-5

1. Ciências humanas 2. Ciências - Pesquisa 3. Ciências políticas 4. Ciências sociais I. Paniágua, Edson Romário Monteiro. II. Silveira, Gabriel Eidelwein. III. Colvero, Ronaldo Bernardino. IV. Série.

23-179652 CDD-300.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais : Estudo e ensino 300.7

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

unipampa **Universidade Federal do Pampa**

CIÊNCIAS SOCIAIS
CIÊNCIA POLÍTICA

APRESENTAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Ciência Política, da Universidade Federal do Pampa. UNIPAMPA, Campus São Borja/RS, apresenta a comunidade a sua terceira publicação, **"As Ciências Sociais e a Ciência Política: Práticas e Saberes e Docentes e Discentes II"**, agora em formato digital.

Esta publicação, como a anterior, pautou-se por: contemplar as pesquisas de docentes e discentes, possibilitando a formação e qualificação, numa interação dialógica; as temáticas dos trabalhos estão no bojo das pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores; o corpo de pesquisadores que compõe a presente obra está formado por historiadores, geógrafo, sociólogo, cientistas sociais, políticos. Estas caraterísticas dizem muito sobre o dinamismo da produção agora apresentada. Os objetos, as perspectivas teóricas e metodológicas distintas que compõem a obra possuem um fio condutor: a política. Os artigos e uma entrevista apresentam aspectos políticos diversos, como representam atos políticos. Não se constituem numa linha editorial. É preciso considerar, a política, como René Remond nos ensina. A história política, a política não pertence as minorias. Representam os destinos de muitos. O lugar do vivo e do vivido.

A obra está composta pelos seguintes trabalhos: *A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), Westphalia e o Estado Moderno; A Pandemia de 1918: a Gripe Espanhola em Alegrete; "Golpe ou Revolução em 1964: apontamentos a partir de matérias veiculadas na Folha de São Borja (1970-1978); Narrativas do Desenvolvimento Econômico e seus Críticos: Contradições e Dilemas; Concentrado é mais barato? Evidências da relação entre receitas de campanha e geografia eleitoral;*

Pode uma Democracia Sobreviver a Tanta Notícia Falsa?Uma reflexão sobre democracia contemporânea e fake news; Mapeamento da política pública Residência Pedagógica: concentração por Unidades Federativas brasileiras; Gênero e Direitos Humanos: entrevista com Alberto Barreto Goerch.

A diversidade das temáticas, possibilitou a participação dos discentes no que tange a pesquisa. A obra dialoga com os componentes curriculares das graduações de Ciências Sociais – Ciência Política, Licenciatura em Ciências Humanas, Direito e Jornalismo, ou seja, a produção e a renovação do conhecimento, significa ainda dizer que as dimensões do ensino, pesquisa e extensão se articulam.

Desejamos uma boa leitura.

Edson Romario Monteiro Paniagua
Gabriel Eidelwein Silveira
Ronaldo Bernadino Colvero

SUMÁRIO

A GUERRA DOS TRINTA ANOS (1618-1648), WESTPHALIA E O ESTADO MODERNO 7
Cláudio Júnior Damin

A PANDEMIA DE 1918: A GRIPE ESPANHOLA EM ALEGRETE 19
Anderson Romário Pereira Corrêa
Guilherme Vargas Pedroso
Edson Romário Monteiro Paniagua

GOLPE OU REVOLUÇÃO EM 1964: APONTAMENTOS A PARTIR DE MATÉRIAS VEICULADAS NA FOLHA DE SÃO BORJA (1970-1978)* 33
Melissa da Rosa Ribeiro
João Pedro da Rosa Ribeiro
Júlia Corrêa
Ana Laura Rodrigues de Souza
Ronaldo Bernardino Colvero

NARRATIVAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SEUS CRÍTICOS: CONTRADIÇÕES E DILEMAS 58
Leandro C. D. Conde

CONCENTRADO É MAIS BARATO? EVIDÊNCIAS DA RELAÇÃO ENTRE RECEITAS DE CAMPANHA E GEOGRAFIA ELEITORAL 74
Márcio C. Carlomagno

PODE UMA DEMOCRACIA SOBREVIVER A TANTA NOTÍCIA FALSA? UMA REFLEXÃO SOBRE DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA E FAKE NEWS 85
Marina Sanches Wünsch
Diego Santos

MAPEAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: CONCENTRAÇÃO POR UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS 100
João Pedro da Rosa Ribeiro
Muriel Pinto
Melissa da Rosa Ribeiro
Pawily Nataly Martins Pinheiro

GÊNERO E DIREITOS HUMANOS: ENTREVISTA COM ALBERTO BARRETO GOERCH 119
Gabriel Eidelwein Silveira
Gelson Pereira de Andrade

A GUERRA DOS TRINTA ANOS (1618-1648), WESTPHALIA E O ESTADO MODERNO

Cláudio Júnior Damin[1]

RESUMO: O artigo aborda a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e o Tratado de Westphalia, uma série de acordos diplomáticos que estabeleceram os princípios do moderno sistema internacional baseado em estados territoriais. A Guerra é apresentada como um conflito caracterizado por tensões políticas, religiosas e intensa campanha militar em um contexto de soberania fragmentada, mesmo com a existência do Sacro Império Romano Germânico. A conferência de Westphalia, a partir da análise do texto que buscou pacificar as partes beligerantes na guerra, é tratada como um ponto de inflexão na história do Ocidente, por estabelecer o princípio do estado territorial dotado de soberania.

Palavras-chave: Política Internacional; Tratado de Westphalia; Estado Moderno.

Introdução

O artigo trata sobre a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), conflito de grandes proporções que colocou em estado de beligerância boa parte da Europa, e que resultou no denominado Tratado de Westphalia, uma série de acordos diplomáticos

1 Mestre e Doutor em Ciência Política (UFRGS), professor do bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. *E-mail:* claudiodamin@unipampa.edu.br.

que estabeleceram as bases para o moderno sistema internacional baseado em estados territoriais.

A Guerra é apresentada como um conflito caracterizado por tensões políticas, religiosas e intensa campanha militar em um contexto de soberania fragmentada e com a existência do Sacro Império Romano Germânico. E a conferência de Westphalia, a partir da análise do texto que buscou pacificar as partes beligerantes, é tratada como um ponto de inflexão na história do Ocidente, mesmo que a realidade tenha demonstrado que seus dispositivos não foram em absoluto cumpridos com o transcorrer da história dos países e dos impérios.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)

O final da segunda década do século XVII é marcado pelo início de uma campanha militar que iria conflagrar o continente europeu. A este conflito internacional dá-se o nome de Guerra dos Trinta Anos. Trata-se de um evento bélico, político e religioso dos mais importantes para as relações internacionais, uma vez que a partir de sua resolução foram lançados os pilares do que chamamos de sistema internacional baseado em estados territoriais (KISSINGER, 2017).

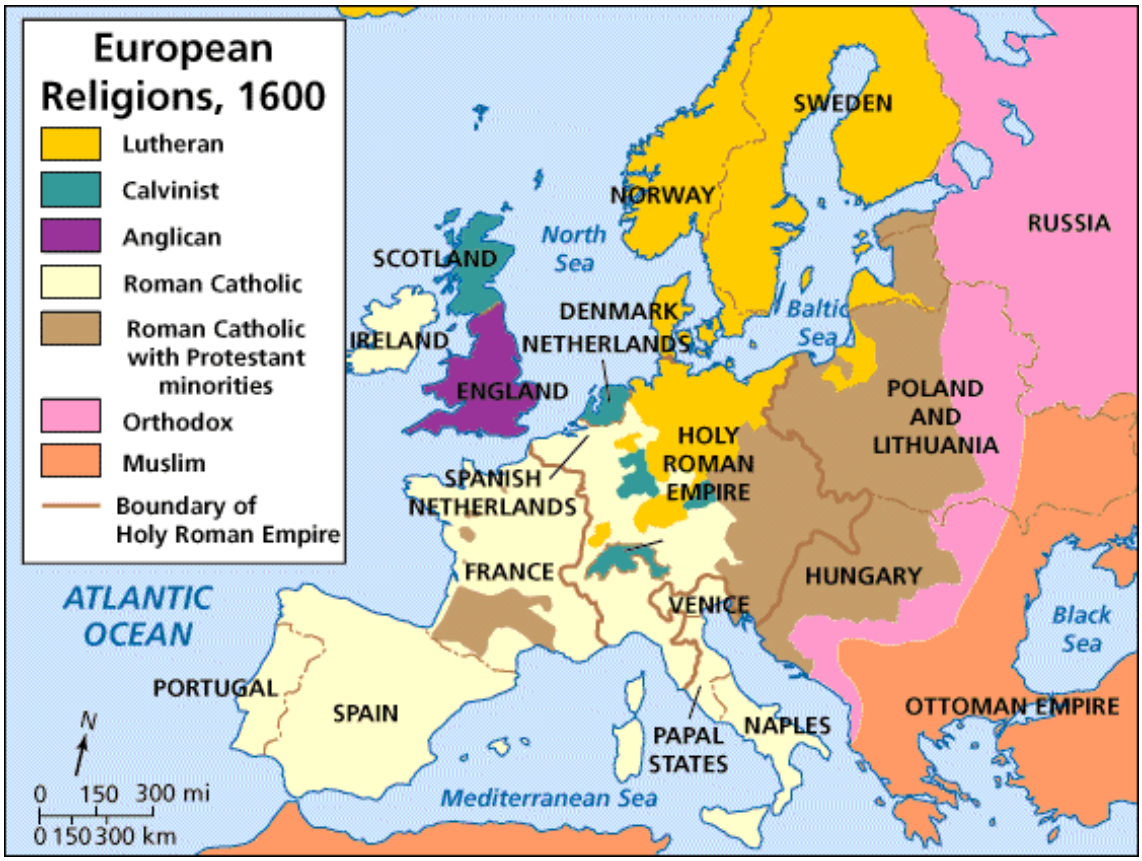
A guerra ambientou-se durante a Idade Moderna. É importante, nesse ponto, tratarmos de aspectos fundamentais da dinâmica de poder naquele território que, à época, constituía a Europa. Em primeiro lugar, a civilização ocidental (basicamente o território europeu) estava, ao tempo da Guerra dos Trinta Anos, em um processo avançado de transição do modo de produção feudal. Ocorria, porém, que a característica principal do medievo ainda se configurava em boa parte do território, a saber: a pulverização da soberania.

Assim, conforme o Mapa 01, boa parte da Europa permanecia sob o domínio do chamado Sacro Império Romano Germânico, em que as autoridades supremas eram divididas pelo Papa da Igreja Católica (poder espiritual) e por um Imperador eleito (poder temporal). O território permanecia dividido entre as várias casas dinásticas europeias, de tal sorte que dezenas de príncipes governavam partes do vasto território europeu. Tais governantes, no entanto, eram subordinados ao Imperador do Sacro Império que, por sua vez, também por alguns momentos teve que dividir prerrogativas com o clero.

O estudo clássico de Figgis (1999) sobre a política no período medieval mostrou que o que hoje chamamos como estado territorial não existia naquele perío-

do, sendo um tempo em que o direito de propriedade e a evocação de distintas soberanias criava uma sobreposição destas, o que acabava, por isso mesmo, limitando os poderes do dono das terras.

FIGURA 01: Sacro Império Romano: limites e religiões



Fonte: CRAWFORD`S WORLD, 2023

"No estrito sentido do termo, não há soberania na Idade Média", vaticina (FIGGIS, 1999, p. 13, tradução nossa). Para ele, ainda, "o Estado real da Idade Média na acepção moderna é a Igreja" (FIGGIS, 1999, p. 16, tradução nossa), sendo a religião um dos poucos fatores de unidade da época, e notadamente uma influência capaz de manter, mesmo que imperfeitamente, certa ordem diante da soberania fragmentada. A Igreja, portanto, era a instituição ordenadora da fragmentação do território durante a Idade Média a partir do Sacro Império Romano Germânico.

Com isso deseja-se indicar que a Idade Média e a Idade Moderna até o final da Guerra dos Trinta Anos foram períodos históricos em que ocorreu uma notável

fragmentação do poder. É como se aqui disséssemos que os reis possuíam pouco poder, e que também o Imperador do Sacro Império tinha que dividir os seus recursos de poder. Tratava-se, como já pode-se notar, de um contexto completamente distinto daquele que será encontrado do final do século XVII para frente em que surgem, na Europa, países com reis fortes, e muitos deles tipicamente absolutistas, com concentração total de poder dentro de um determinado território.

A Guerra dos Trinta Anos insere-se, portanto, em uma Europa fragmentada do ponto de vista territorial, com muitos nobres príncipes e um Imperador. O chefe do Sacro Império, formado pelos vários reinos existentes no território europeu, sempre fora católico. E os príncipes, ao tempo da guerra, nem sempre eram católicos, mas também protestantes, luteranos ou calvinistas. Relembre-se que no século XVII existiam sérias tensões entre católicos e protestantes na Europa, sendo que a própria Guerra dos Trinta Anos pode ser considerada uma guerra religiosa.

O Mapa 01 ilustra a situação da Europa em 1600. Podemos observar claramente a delimitação do Sacro Império Romano. Note-se que a França católica e pertencente à dinastia dos Bourbons não fazia parte do Império, o mesmo acontecendo, ao Sul, com boa parte da Itália, notadamente a porção de terra sede dos Estados Papais. A Leste, Hungria e Polônia também não pertenciam ao Sacro Império. Inglaterra, Escócia e Irlanda tampouco eram jurisdição do Imperador. E ao Norte, Noruega e Suécia também estavam fora do Império.

Um outro ponto a ser destacado no Mapa é a distribuição das religiões dentro do Sacro Império. Trata-se de algo importante a ser abordado, uma vez que, como afirmamos anteriormente, a Guerra dos Trinta Anos é, também, um conflito de natureza religiosa. Assim, o Mapa 01 aponta, dentre outros elementos, que:

a. A maior parte do Império é composta por população católica. A maioria dos príncipes também era católico. O catolicismo era predominante, por exemplo, entre os príncipes de todo o Leste, Sul e Oeste do Império, além da área central. A Leste, conforme o mapa, minorias protestantes conviviam com os católicos. Era principado de um rei católico, por exemplo, a região Boêmia (cuja sede era Praga), local em que a guerra irromperá;

b. Protestantes seguidores de Martinho Lutero estavam mais presentes ao Norte, principalmente, na região da Saxônia e que compreendia também Berlim (hoje a capital da Alemanha). Note-se, além disso, que a Suécia, que não fazia parte do Sacro Império, também era de maioria luterana. A Suécia, aliás, formará uma aliança com a França católica durante a guerra;

c. Protestantes calvinistas, conforme o Mapa 01, se encontravam dispersos em alguns poucos principados. Havia uma presença marcante desta religião surgida após a Reforma Religiosa nas chamadas Províncias Unidas (o que hoje conhecemos como Países Baixos).

O Sacro Império Romano pode ser pensado como uma confederação de países/principados/cidades cada vez mais distintos do ponto de vista religioso e cujas rivalidades apenas fizeram crescer ao longo do tempo. A situação do Imperador deste império era excepcional, enredado em um complexo sistema institucional abordado por Kissinger (2014):

> A Europa tinha o imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Porém seu imperador operava a partir de uma base bem mais frágil do que seus pares em outras civilizações. Sua autoridade dependia do poder exercido nas regiões que governava em nome de seu mandato dinástico, basicamente as propriedades de sua família. Sua posição não era formalmente hereditária e dependia da eleição por um colégio composto por sete, mais tarde nove, príncipes. Essas eleições eram em geral decididas por uma combinação de manobras políticas, afirmações de devoção religiosa e generosas recompensas materiais. Em teoria, o imperador devia sua autoridade à investidura pelo papa, porém considerações políticas e logísticas muitas vezes tornavam a cerimônia impossível, fazendo o imperador governar por anos como "imperador Eleito" (Kissinger, 2014, p. 22).

Uma nova eleição para o cargo de imperador aproximava-se, e o rei Fernando da Boêmia, católico, era o candidato mais forte. Fernando II era um personagem exemplar da "contra reforma" proposta pela Igreja Católica, não sendo nada simpático ao avanço do protestantismo no Império em geral, e em sua Boêmia em particular. Conforme destaca Kissinger (2014), a elite protestante da Boêmia movimentou-se no sentido de destronar o rei católico da boêmia do poder, oferecendo o cargo a um príncipe protestante. O voto da boêmia era fundamental para eleger o Imperador, e se um príncipe não católico fosse eleito na Boêmia, o Sacro Império Romano-Germânico perderia sua associação umbilical com a Igreja Católica.

Ainda rei da Boêmia em 1618, Fernando perseguiu os protestantes e impôs a religião católica como a única permitida na região sob seu controle, penalizando tentativas de mudança política por parte da nobreza protestante. Aqui é importante salientar que Fernando era aliado dos Habsburgos e do Papa – uma aliança, portanto, do catolicismo.

Em maio de 1618, no entanto, a seção boêmia da chamada União Evangélica reagiu às perseguições impostas pelo rei católico. Ocorreu uma invasão ao Palácio real em Praga e defensores do imperador (que também já era Fernando II) foram jogados pela janela. Este episódio levou o nome de a "Defenestração de Praga" e é considerado o início do conflito (MORTIMER, 2015). A atitude dos protestantes foi interpretada como um insulto ao Imperador católico. Fernando perdeu o controle da Boêmia. E em 1819 Frederico V, um protestante calvinista, foi eleito rei da Boêmia.

A guerra, não por acaso, concentrou-se na região da atual Alemanha, na parte central do Sacro Império. À época, conforme o Mapa 01, os príncipes protestantes também se concentravam nesse território. Mas não apenas os governantes do Sacro Império participaram do conflito, o que fez com que houvesse um envolvimento de todas as grandes potências europeias de então.

Em termos geral de alianças, os Habsburgos, católicos, forjaram uma aliança com o Papado e príncipes católicos da região, muitos destes pertencentes à própria casa dinástica dos Habsburgos. De outra parte, príncipes protestantes formaram aliança com a França dos Bourbons, um país católico, e também com a Suécia, que era protestante. Havia, portanto, não apenas católicos, mas também protestantes combatendo protestantes. Ressalte-se que a guerra foi travada com a ampla utilização de mercenários.

Esse conjunto de alianças, que poderíamos considerar incoerentes em um primeiro momento, na verdade desnudavam as rivalidades dos soberanos da região (PARKER, 2006). Uma dessas rivalidades, por exemplo, era entre a Suécia protestante e a Polônia católica. Durante boa parte da guerra, Sigismundo III foi o rei da Polônia (ela, na verdade, era uma República em termos formais). Entre 1592-1599, no entanto, havia também sido o monarca da Suécia. Destituído do trono sueco, passou a governar apenas a Polônia e, na Guerra dos Trinta anos, um de seus objetivos ao forjar uma aliança com os Habsburgos era reconquistar o trono perdido.

Outra rivalidade, e talvez a principal delas era a entre os Bourbons da França e os Habsburgos da Áustria. E aqui introduz-se o grande elemento político do conflito, pois os Habsburgos, em conluio com o Sacro Império que dominavam, desejavam a hegemonia na Europa. A questão é que se, ao final da guerra, os Habsburgos suprimissem a rebelião dos protestantes na Boêmia e em outros reinos, e impusessem o catolicismo como única religião válida, eles concentrariam tanto

poder que prejudicariam os interesses franceses. Daí se entende porque existiu uma aliança entre a França católica e a Suécia protestante, ou seja, para impedir a construção de uma concentração de poderes nas mãos dos Habsburgos. A participação francesa do conflito faz com que se possa concluir que ele não foi apenas religioso, mas também político.

A guerra se desenvolve até o ano de 1648. Com as forças suecas próximas à Praga (a capital dos Habsburgos) e francesas no limite de Munique (ponto de referência dos príncipes protestantes), o Imperador Frederico III concordou em aceitar uma proposta de paz. A casa dos Habsburgos sai derrotada e a França católica, apoiadora dos pequenos principados protestantes do Império, é a grande vencedora.

Derrotados e vitoriosos negociaram diversos tratados de paz, o conhecido Tratado de Westphalia que, em linhas gerais, restabeleceu o equilíbrio de poder na Europa, reconheceu a soberania de distintos países e estruturou as bases do estado moderno. A Guerra dos Trinta Anos seria fundamental para fundar o que hoje chamamos de sistema internacional baseado no estado territorial.

O Tratado de Westphalia

O Tratado de Westphalia, de 24 de outubro de 1648, é um longo documento de 128 parágrafos numerados como se fossem artigos de uma legislação. Trata-se, conforme sua parte introdutória, de um "acordo de paz entre o Santo Imperador Romano e o Rei da França e seus respectivos aliados" (TREATY, 1648, p 1, tradução nossa). O Imperador do Sacro Império à época do Tratado era Fernando III e o rei da França era Luís XIV.

O primeiro artigo revela, de imediato, a natureza do Tratado a ser celebrado. Nele consta que:

> Deve haver um uma paz cristã e universal, e uma amizade perpétua, verdadeira e sincera, entre sua Sagrada Majestade Imperial, e sua Majestade Cristã; como também, entre todos e cada um dos Aliados, e adeptos de sua Majestade Imperial, a Casa da Áustria, e seus herdeiros e sucessores; mas principalmente entre os eleitores, príncipes, e os Estados do Império, de um lado; e todos e cada um dos aliados de sua Majestade Cristã, e todos os seus herdeiros e sucessores, principalmente entre a rainha do Reino da Suécia, os eleitores, respectivamente, os príncipes e os Estados do Império, na outra parte (Treaty, 1648, I, tradução nossa).

A natureza do Tratado é, pois, a pacificação do Sacro Império Romano e das suas regiões limítrofes após a guerra. Mais do que pacificar internamente o Império, o Tratado buscava também estabelecer uma relação amistosa entre o Império Romano e o reino da França para existir "uma boa e confiável vizinhança".

Note-se, ainda, que se trata de uma paz "universal e cristã". Ou seja, englobaria não apenas os príncipes católicos, mas também os protestantes, todos abarcados no manto do cristianismo. Ou seja, a paz não significava, naquele então, apenas a ausência de beligerâncias militares, mas também religiosas. A casa da Áustria, ou seja, os Habsburgos, saíam particularmente derrotados aqui, pois sua aliança com o Papado era precisamente no sentido de forçar o catolicismo como religião única do Império, construindo, assim, sua hegemonia na região. A França católica seria, pois, a grande prejudicada do ponto de vista geopolítico.

Com o fito de produzir uma efetiva conciliação entre as partes beligerantes, o Tratado estabeleceu, em seu artigo II:

> [...] que há de haver, de um e outro lado, um perpétuo esquecimento, anistia ou perdão de tudo o que foi cometido desde o início desses problemas, independentemente do lugar ou da ocasião em que as hostilidades foram praticadas (Treaty, 1648, II, tradução nossa).

Décadas de conflitos teriam certamente a capacidade de estabelecer muitos ressentimentos entre os combatentes. Ressentimentos que, aliás, poderiam ser alimentados e, no futuro, virem à tona na forma de novos litígios. Com a região exausta de uma guerra que, por exemplo, praticamente destruiu os estados germânicos do Império, e que contou com atores externos ao Sacro Império (como França, Suécia e Polônia), a anistia geral e irrestrita foi escolhida pelos embaixadores de Westphalia como uma das melhores formas para diminuir as tensões entre os príncipes europeus. Indivíduos feitos prisioneiros durante o conflito também são todos libertos de seus cárceres.

O artigo III do Tratado igualmente serviu como meio para restabelecer a paz e criar um espaço em que os príncipes não temessem uns aos outros:

> E que uma amizade recíproca entre o imperador, e a maioria dos reis cristãos, os eleitores, príncipes e os Estados do Império, pode ser mantida tanto mais firme e sincera, que nunca devem assistir os inimigos atuais ou futuros dos outros, quer com braços, dinheiro, soldados, ou qualquer tipo de munições; nem ninguém, que é um membro desta Pacificação, sofrerá com a permanência de tropas inimigas no seu país (Treaty, 1648, III, tradução nossa).

O Tratado, portanto, estabelece uma cláusula de não interferência nos assuntos internos de cada país, proibindo qualquer tipo de assistência, por parte dos membros do Império, a qualquer inimigo de um ente do Sacro Império. Relembre-se que a Guerra dos Trinta Anos fomentou alianças entre os príncipes do Império com potências europeias para além dos limites imperiais – como, por exemplo, a França, Suécia e a Polônia. A partir do que passava a ser acordado em Westphalia, nenhum país do Império poderia apoiar qualquer tropa inimiga de qualquer um dos príncipes.

A maior parte dos artigos do Tratado estabelece a devolução de territórios, principados, cidades e castelos a seus antigos chefes antes do início da guerra, além de pagamento de indenizações diversas. O Imperador também chega a renunciar seu domínio sobre determinadas jurisdições, reconhecendo a legitimidade de outros nobres sobre esses territórios. Vejamos, a seguir, alguns exemplos dessas normas.

Restituição do ducado de Wirtemberg **–** Eberhard, duque a partir de 1628, na Guerra dos Trinta Anos, foi aliado de franceses e suecos. O Ducado de Wirtemberg encontrava-se no Centro-Oeste do Sacro Império. Em 1634 as tropas do Imperador Frederico II ocuparam o seu território e o duque passou a viver no exílio. O Tratado de Westphalia, no artigo 32, estabelecia os seguintes termos:

> O mais cristão dos Reis restituirá ao Duque de Wirtemberg, após a maneira a seguir descrita, onde deve mencionar a retirada de tropas, as cidades e os Fortes de Hohenwiel, Schorendorff, Turbingen, e todos os outros lugares, sem reservas, onde mantém guarnições no Ducado de Wirtemberg (Treaty, 1648, XXXII).

Note-se que há uma restauração de um determinado território a um nobre cujo título era "Duque de Wirtermberg". O artigo seguinte, por sua vez, também restabelecia outras possessões territoriais ao Duque:

> Que aos Príncipes de Wirtemberg, dos ramos de Montbeillard, deve ser restabelecido em todos os seus domínios na Alsácia, e onde quer que se situe, mas particularmente nos três feudos de Borgonha, Clerval e Passavant: e as duas partes devem restabelecê-los no estado, direitos e prerrogativas que gozavam antes do início dessas guerras (Treaty, 1648, XXXIII, tradução nossa).

Ou seja, o acordo em Westphalia legitima a existência de um ducado sob o comando dos príncipes de Wirtemberg, restituindo seu território próprio – a sede

do ducado propriamente dita, mas também a região da Alsácia e seus feudos – e assegurando a essa família garantias de que governariam tal território em paz.

Imperador renuncia direitos – Fernando III, no artigo 74, renuncia poderes em relação a diversas cidades localizadas na região da Alsácia. Conforme o texto:

> O Imperador, assim em seu próprio nome, e em nome de toda a casa da Áustria, como também do Império, renuncia todos os direitos, propriedades, domínios, possessões e jurisdições, que até agora pertenciam a ele, ou ao Império, e à Família da Áustria, sobre a cidade de Brisac, o Landgraveship do Alto e Baixo Alsácia, Suntgau, e o senhorio provincial de dez cidades imperiais situadas na Alsácia (Treaty, 1648, LXXIV, tradução nossa).

O Tratado libera a administração desses territórios para os nobres e príncipes locais, com o Imperador não mais tendo o direito de domínio sobre estes territórios. Trata-se, em boa medida, de uma renúncia *de facto* ao controle do território, mesmo que ele continuasse fazendo parte do Sacro Império. Isso porque, a partir do final da guerra, os territórios deixariam de ser propriedade do Imperador e passariam a ser administrados por outros soberanos. O Imperador, portanto, deixa de ser o senhor de várias cidades, abdicando de suas prerrogativas em benefícios de outros soberanos.

Reconhecimento do Ducado de Mântua – Um último exemplo do conteúdo do Tratado que poderíamos abordar é o reconhecimento dos territórios do Ducado de Mântua. Esse pequeno território localizava-se na região da Lombardia italiana e durante uma parte da Guerra dos Trinta Anos foi ocupado por tropas imperiais. No artigo 103 o Imperador define os limites territoriais do ducado:

> O Imperador deve igualmente declarar que dentro da posse do Ducado de Mântua estão compreendidos os Castelos de Reygioli e Luzzare, com seus territórios e dependências, a posse da qual o duque de Guastalla será obrigado a prestar ao duque de Mântua, reservando para si mesmo, no entanto, o direito de seis mil coroas de pensão anual (Treaty, 1648, CIII, tradução nossa).

A linguagem é muito clara e estabelece um espaço territorial para o ducado e uma área de governo para o duque. Com essa delimitação surgem também fronteiras claras entre Mântua e outras unidades político-administrativas. Essa noção da existência e da garantia de fronteiras discerníveis é abordada na parte final do documento:

> Que os lugares que foram restaurados, bem como as fronteiras marítimas, ou no coração do país, são desde agora e para sempre isentos de

> todas as tropas introduzidas durante as guerras, e deixadas (sem prejuízo de outras coisas que é direito de cada um) em total liberdade e à disposição de seus senhores (Treaty, 1648, CXVI, tradução nossa).

Ou seja, determinados governantes teriam "liberdade completa" sobre suas jurisdições, sobre seus territórios definidos pelo Tratado. Mais que isso, no conjunto esses territórios seriam mutuamente excludentes, reforçando a noção de fronteiras permanentes e reconhecidas por todos a partir do próprio reconhecimento da legitimidade dos artigos de Westphalia.

O Tratado também trata da situação dos exércitos com o encaminhamento final da Guerra. Conforme o artigo 118, "as tropas e os exércitos de todos aqueles que estão fazendo guerra no Império serão dissolvidos e desmobilizados", sendo que "cada parte deverá enviar e manter homens em seu próprio domínio, como julgar necessário para a sua segurança" (TREATY, 1648, CXVIII, tradução nossa). As forças de coerção comandadas pelos príncipes deveriam localizar-se apenas internamente a seus domínios, visando a uma proteção interna. Nada, portanto, de um governante manter tropas para além de suas fronteiras. Logo, a ocupação de novos territórios além daqueles delimitados pelo Tratado não seria uma opção viável aos soberanos.

No artigo 121 o Tratado se pretende mesmo perpétuo, acentuando que nenhuma lei civil ou canônica, ou qualquer outro tipo de norma ou disposição particular ou coletiva dos signatários do documento poderia invalidar o seu conteúdo. Ou seja, o Tratado de Westphalia não poderia ser desfeito por qualquer motivo. O respeito aos limites territoriais deveria ser, perpetuamente reconhecido e não contestado.

O que o Tratado de Westphalia estabelece, portanto, é a garantir de soberania de determinados atores sobre determinados territórios, o que configura o que se consolidou como o paradigma do *estado territorial*.

Conclusão

"A Paz de Westphalia", produzida pelas assinaturas dos acordos após a Guerra dos Trinta Anos, analisada de uma maneira crítica, revela que muitos dos princípios estabelecidos acabaram sendo flexibilizados ao longo do tempo, ou mesmo ignorados. Os Tratados não tiveram o condão de estabelecer o fim das invasões sobre determinado território, nem a existência de guerras de conquista ou estratégias de dominação de determinadas populações católicas ou protestantes.

O princípio do estado territorial, que deveria ter sua soberania respeitada, ainda perdurou por muito tempo como uma das questões mais problemáticas das relações internacionais, sobretudo em razão do caráter anárquico do sistema internacional.

Para o seu momento histórico preciso, no entanto, o Tratado de Westphalia foi um avanço e, mesmo com suas imperfeições práticas, tornou-se um marco no esforço de proporcionar estabilidade a uma Europa extremamente fragmentada e em permanente estado de guerra por razões não apenas políticas ou de casas dinásticas, mas também religiosas entre católicos e protestantes.

Referências

FIGGIS, John Neville. **Political Thought from Gerson to Grotius:** 1414-1625. Ontario: Batoche Books, 1999.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Saraiva Educação SA, 2017.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Objetiva, 2014.

MORTIMER, Geoff. **The origins of the Thirty Years War and the Revolt in Bohemia, 1618**. Springer, 2015.

PARKER, Geoffrey. **The thirty years' war**. Routledge, 2006.

TREATY. **Treaty of Westphalia: Peace Treaty between the Holy Roman Emperor and the King of France and their respective Allies.** 1648. The Avalon Project. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp. Acesso em: dia mês ano.

A PANDEMIA DE 1918: A GRIPE ESPANHOLA EM ALEGRETE

***Anderson Romário Pereira Corrêa*[2]**
***Guilherme Vargas Pedroso*[3]**
***Edson Romário Monteiro Paniagua*[4]**

RESUMO: As pandemias sempre tiveram presentes ao longo da história, com impactos demográficos, sociais e econômicos que produziram grandes colapsos. Os séculos XX e XXI vem ressurgir as pandemias: a gripe espanhola de 1918 e a covid-19 de 2020. O presente artigo, debruça-se em compreender alguns aspectos políticos e sociais da gripe espanhola na cidade de Alegrete, localizada na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul. As fontes do presente estudo são: o Jornal a Federação de 1918; Relatório da Intendência Municipal de Alegrete. O Livro de Registros de Entradas e Saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Estas fontes possibilitam perceber e compreender a dinâmica política imposta pela crise sanitária de 1918, as ações do poder público municipal na primeira parte e o impacto social que teve no município a segunda parte do estudo. O município de Alegrete, assim como s demais municípios do Estado do Rio Grande do Sul, lideram praticamente sozinhos e com seus recursos no enfrentamento da gripe espanhola.

Palavras-chave: Pandemia; Gripe Espanhola; Alegrete.

2 Mestre em História (PUCRS), doutorando em História (UFRGS). Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rio Grande do Sul, Brasil. *E-mail*: andersoncorrea@unipampa.edu.br.

3 Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS – Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete.

4 Doutor e Mestre em História (UNISINOS). Docente da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). *E-mail*: edsonpaniagua@unipampa.edu.br.

Introdução

A Primeira Guerra Mundial, (1914-1918) deixou um rastro de 10 milhões de mortos, 20 milhões de feridos e mutilados e uma Europa devastada. No final dessa guerra, na sua esteira, nos anos de 1918 e 1919, a Gripe Espanhola, segundo estimativas, dizimou 50 milhões de pessoas, sem fronteiras, bandeiras e trincheiras. Essa foi a maior pandemia da história da humanidade em meados do Séc. XX, atrás a penas da peste negra do ano de 1346, na Europa, na Ásia e norte da África.

No Brasil, a gripe espanhola (Influenza H1N1) teve seus epicentros nos Estado do Rio de Janeiro e São Paulo. Em São Paulo, se estima que um terço da população (530 mil habitantes em 1918) tenham contraído a influenza e 5.000 mil mortos. No Rio Grande do Sul foram 3.971. No município de Alegrete a pandemia, chegou em outubro de 1918 e matou cerca de 250 pessoas, segundo interpretações médicas da época, com uma curta duração, até o mês de janeiro de 1919. O conhecimento médico estava preso às concepções do Séc. XIX e acreditava-se que a influenza era uma bactéria. Em 1918 alguns estudos médicos de ponta passaram a pensar na possibilidade de a gripe ser um vírus, o que foi se confirmar a partir da década de 1930. O saber médico e as autoridades sanitárias do fim do século XIX e início do Século XX compartilhavam a "teoria dos miasmas", quer dizer, pensavam que as epidemias tinham origem na matéria orgânica em putrefação e nas águas estagnadas. Assim os locais putrefatos e sujos das cidades corrompiam o ar e transmitiam doenças (ABRÃO, 1998,p. 19). Estávamos diante de uma nascente República, sem leis de proteção social, sem legislação trabalhista, previdenciária, um sistema de saúde incipiente e precário, permeado pelo desconhecimento da influenza. O caos parecia ser a ordem, na República Oligárquica, feita por poucos, para poucos. Como a oligarquia local (os coronéis) agiram pra preservar a saúde e a vida das pessoas durante a pandemia da Espanhola em Alegrete?

A Gripe Espanhola no Rio Grande Do Sul

Janete Abrão (1998) em pesquisa sobre a Gripe Espanhola na cidade de Porto Alegre e Renata Ferreira (1997) na cidade de Pelotas, analisaram esse evento a partir dos comportamentos coletivos. As historiadoras afirmam que em meados

do séc. XX, o pensamento médico, higienista e o senso comum possuíam suas características próprias. As conclusões que as historiadoras chegam são convergentes no que diz respeito ao pensamento da época. Tanto na cidade de Porto Alegre, como na cidade de Pelotas, a pandemia era considerada benigna, de que o vírus estava no ar e que era necessário combater a histeria e o pânico, pois esses sentimentos poderiam potencializar o contágio da doença. Na cidade de Porto Alegre em 1918, ocorreram 70 mil casos de Gripe Espanhola, com 1.316 mortes, num universo de 192 mil habitantes, dados esses significativos. A intendência dessa cidade improvisou hospitais em alguns pontos da cidade; criou o comissário de abastecimento; dividiu a cidade em 25 quarteirões sanitários com um médico por quarteirão; estabeleceu o preço mínimo de gêneros alimentícios; proibiu os enterros a mão e estabeleceu a censura sob os órgãos de imprensa. Diversos setores da sociedade se mobilizaram pra minorar o sofrimento das pessoas (ABRÃO, 1998, p. 119).

Renata Ferreira (1997) afirma que, quando chegaram à cidade de Pelotas, as primeiras embarcações com pessoas acometidas pela influenza, os jornais solicitaram providências urgentes. A partir dos primeiros casos, a imprensa muda o discurso, contemporizando, buscando passar tranquilidade à população, pois seria uma gripe comum. Os jornais, Diário Popular e Opinião Pública, afirmavam que o alarme e a depressão eram os maiores responsáveis pela transmissão da epidemia. Existia uma crença antiga de que, nomear o mal poderia atraí-lo. Passados os primeiros dias, a imprensa se divide. O Diário Popular (governista) continua minimizando a situação epidêmica e o jornal Opinião Pública (oposição) assume uma postura mais sensacionalista. No dia 04 de novembro 1918 teve início a censura policial à imprensa (FERREIRA, 1997, p. 140).

A Gripe Espanhola em Alegrete – 1ª Parte

Como o poder público municipal agiu para lidar com a Gripe Espanhola em Alegrete? Na República Oligárquica, (dos Coronéis) a Prefeitura chamava-se Intendência e o prefeito denominado intendente. Em 1919, o intendente Joao Benício da Silva apresentou para o Conselho Municipal o seu Relatório. De acordo com João Benício, a influenza Espanhola, uma devastadora peste da guerra, que, depois de assolar os acampamentos beligerantes da Europa, se disseminou pelos países, penetrou no Rio Grade do Sul pela viação férrea, pela Barra do Rio

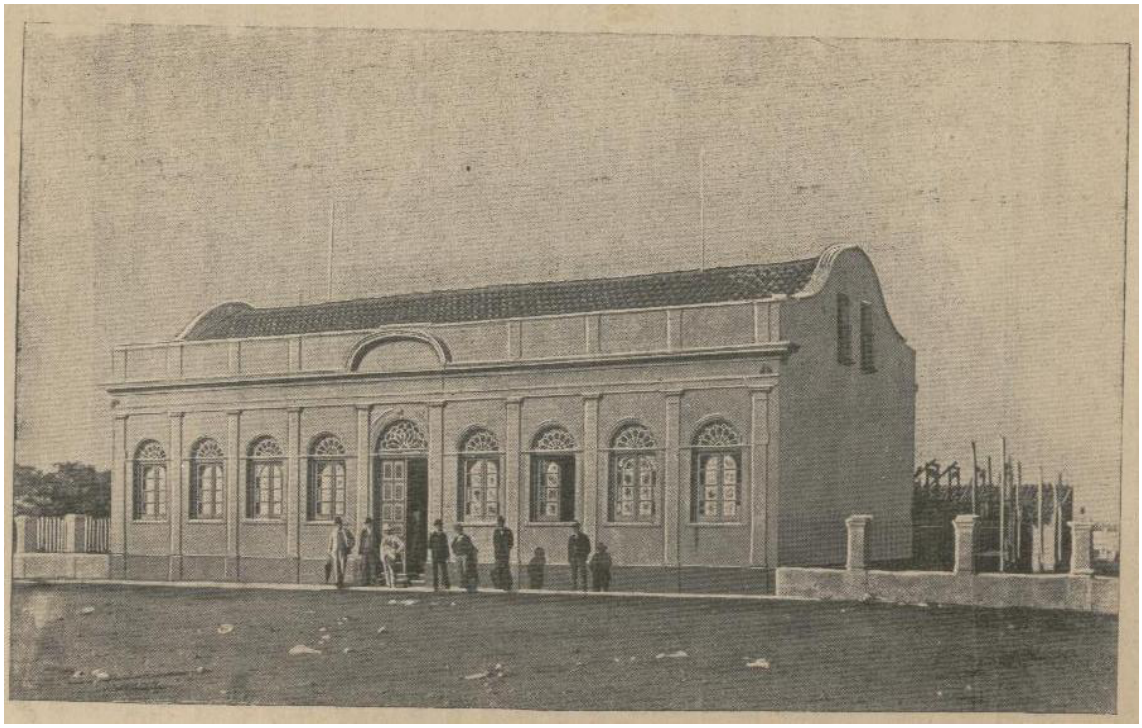
Grande e pelo Rio da Prata. Sobre a origem da pandemia em Alegrete, Joao Benicio escreve "(...) os primeiros casos da influenza foram constatados no dia 26 de outubro, importados de Uruguaiana, por pessoas que tinham ido a passeio ou a negócio. Em seguida, outros casos vindos de Porto Alegre, por estudantes, que retornavam ao seu lar fugindo da pandemia. (...)". No mesmo Relatório, o intendente resume a chegada da pandemia na cidade na seguinte frase: "Assim a pandemia atacou primeiro a classe superior da sociedade estendendose depois à população pobre.".

Nas palavras do Dr. Severino de Sá Brito (Diretor de Higiene) "o número de óbitos de gripe, a meu ver, não é a expressão da realidade, pois os atestados de óbito do aparelho respiratório, digestivo, do sistema nervoso, tuberculose pulmonar, e sem assistência médica, foram em maioria causados por esse mal." Ele afirma que "A enganadora gripe nos arrebatou cerca de 200 vidas (...)".

A primeira vítima da Gripe Espanhola em Alegrete foi o Juiz da Comarca Dr. Manoel Luiz Romero. Também faleceram, ente tantos, Paulo Carus (Juiz Distrital) e o médico Pedro Pittella que foi contagiado com o vírus, enquanto atendia aos enfermos. A polícia ficou sem pessoal. Nem para a guarda da cadeia havia efetivo. Faz-se interessante observar que os furtos e desordens diminuíram pela metade nos meses de epidemia. De 1918 pra 1919 houve uma queda na arrecadação do município. A maioria da população vivia na zona rural e quase 70% da população era. A maior parte do orçamento era destinado à segurança, pra polícia. O município possuía um hospital modesto, a Santa Casa de Caridade. Com a Gripe Espanhola faltaram operários para manutenção e limpeza da cidade, também para as obras e a economia em geral. O intendente comprou mais um terreno e aumentou o cemitério municipal.

No Relatório de 1919 o Intendente afirmou que o estado sanitário da cidade e da campanha era excelente. Outras fontes da época afirmam que a cidade era extremamente insalubre, sem saneamento básico (água encanada e nem esgoto) e com bolsões de miséria em arrabaldes como Canudos e Lata. No Relatório do Intendente Joao Benício, de 1919, ele afirma que Alegrete possuía 15.000 habitantes. Observando-se outras fontes, chegamos a números diversos. Outra fonte apresenta, para o ano de 1921, 30.905 habitantes em todo município. Destes, 11.257 na cidade e 19.648 na zona rural. Nas estimativas de Joao Benicio e Sá Brito a pandemia matou 1,33% da população do município. É possível que tenha sido menos.

FIGURA 1: Santa Casa de Caridade de Alegrete



Fonte: ARAÚJO FILHO, 1908

O intendente Joao Benicio, reuniu, no dia 07 de novembro, o corpo médico da cidade e dividiu-a em seis zonas. Cada zona com o atendimento gratuito de um médico. 1ª zona: Celestino de Mouta Prunes; 2ª Zona: Dr Joao Ayard; 3ª Zona: Dr. Titto Marengo; 4ª Zona: Dr. Alexandre Lisboa; 5ª Zona: Dr. Pedro Pittella; 6ª Zona: Dr. Severino Sá Britto e Mario Brasil. É importante observar que naquela época não havia sistema de saúde público. O número de atendimentos realizados pelos médicos, de acordo com o jornal governista A Federação, foi o seguinte: Lisboa – 200; Ayard -170, Saint Pastous -83; Marengo – 143; Pittella – 127; Prunes -103 e Mena Barreto – 70 (Mena Barreto era o médico da Guarnição). Esses dados mostram que foram feitos 896 atendimentos.

Os primeiros Atos Administrativos (Decretos) do Intendente ocorreram em novembro de 1918. A seguir, uma descrição das ações do intendente de Alegrete pra conter os efeitos da pandemia da Gripe Espanhola no município: ordenou a desinfeção dos domicílios; proibiu aglomeração na gare da estrada de ferro. Criou hospital isolado fora da zona urbana. Criou um hospital no Regalado – internados 32 e faleceram 6. Criou hospital dentro da cidade destinado a recolher os enfermos pobres (no edifício do Colégio Elementar internados 34 e faleceu 1); dividiu a cidade em zonas que entregou a médicos desta localidade; nomeou comissões pra distribuição

de alimentos e medicamentos aos enfermos; o município abriu crédito especial pra socorrer os enfermos da gripe; limpeza de prédios e quintais; suspendeu o funcionamento de escolas, teatros, casas de diversão; proibiu velórios nas igrejas de pessoas mortas com a moléstia; proibiu o transporte de cadáver a mão; tabelou os preços de gêneros alimentícios. O intendente diz, em seu Relatório, que teria incentivado e tido o apoio de pecuaristas para fornecer carne mais barata para a população pobre. Outras ações foram registradas como os grupos solidários e voluntários Comitê da Cruz Banca, Confraria do Carmo, Apostolado da Oração e Filhas de Maria.

Sobre o ano de 1918, havia uma previsão de gastos e aquilo que realmente foi pago. Na previsão, a polícia possuía o maior orçamento, 21,3%; em segundo lugar vinham os Serviços Públicos com 19%; Assistência com 2,6%. Para Assistência Epidêmica não havia previsão orçamentaria de recursos. O que foi efetivamente gasto pelo município? Houve um remanejamento dos recursos. Foram diminuídos os recursos de Obras Públicas, Pessoal Inativo e Auxílios. Aumentaram os recursos pra Assistência Epidêmica, Eventuais e mantiveram a mesma proporão de recursos pra Guarda Municipal e Serviços Públicos. O que realmente foi gasto ficou em 21,1% do orçamento para polícia, 21% para os Serviços Públicos, 6% para Assistência e 6% para Assistência Epidêmica.

A Pandemia pela lente do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete (HSCCA) – 2ª Parte

É de se relativizar a afirmativa do Intendente Municipal João Benício, que em relatório contemporâneo a Pandemia informou que as classes mais abastadas foram as primeiras vítimas da *espanhola*, sendo os mais pobres acometidos posteriormente. Como estudos já demonstraram,[5] no histórico de surtos, epidemias e pandemias, as classes pobres trabalhadoras sempre foram e são as primeiras e principais afetadas por tais enfermidades. Foi assim com a cólera, com a tuberculose, com a espanhola e tem sido com a covid-19. No Brasil, inclusive, terra da falsa democracia racial, é sintomático que a população negra e pobre tenha sido a mais afetada pela doença nos últimos anos (RESENDE, 2021).

5 Ver mais em: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemia na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996. GIL, Lorena Almeida. **Um mal do século:** tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS), 1890-1930. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2004. WITTER, Nikelen Acosta. **Males e Epidemias:** sofredores, governantes e curadores no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2007.

No caso da *tuberculose*, por exemplo, Lorena Gil (2004) observou que o principal grupo acometido pela doença em Pelotas/RS, ao longo da primeira República, eram os trabalhadores homens, negros, jornaleiros – ou seja, com baixa especialização da mão de obra e dependentes da sazonalidade do trabalho – e com idades variando entre 21 e 31 anos. Além de evidenciar que as cidades eram os melhores lugares para a enfermidade se alastrar, visto o número mais alto de concentração populacional. Isso era o resultado, assim como hoje em dia, da precariedade do trabalho e da vida dos trabalhadores e trabalhadoras pobres, dos baixos investimentos em saneamento básico e do tratamento de saúde pública, entre outras questões.

No que tange a Alegrete no contexto da gripe espanhola, não foi possível reduzir a escala de análise ao ponto de enxergar os indivíduos acometidos diretamente pela doença. Isso por diferentes motivos: os locais de atendimento e tratamento não eram centralizados; a crença da população na figura do médico e na instituição hospitalar ainda não estava consolidada como principal prática de cura, tendo a medicina que concorrer com outras diversas práticas; e o auto número de pessoas que não procuravam ajuda "institucionalizada", adoecendo e muitas vezes morrendo em suas próprias casas (WEBER, 1997). Porém, a partir do acesso ao *Livro de registro de entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete,*[6] nos registros referentes aos meses de pico da doença no Brasil, é possível traçar alguns apontamentos e evidenciar casos de indivíduos pobres que foram acometidos pela enfermidade. Falamos em pobres, pois o objetivo do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete (HSCCA), desde sua fundação, era o amparo aos mais pobres e vulneráveis, mesmo que pudesse atender trabalhadores, pensionistas ou pessoas no geral com melhores condições econômicas, a maioria dos sujeitos que por lá passaram, eram pobres.

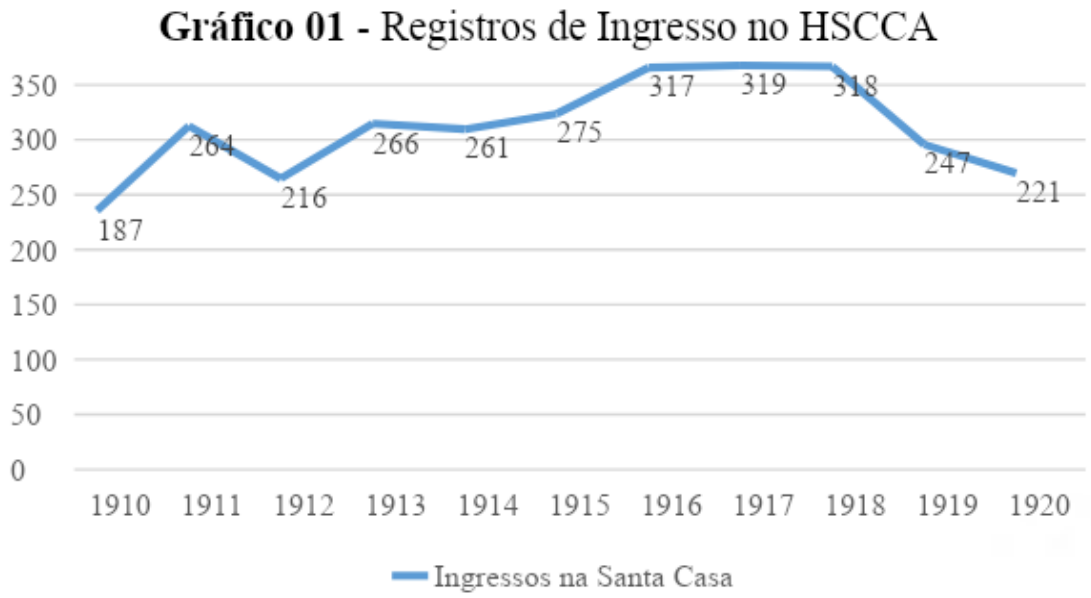
A pandemia da covid-19 que nos afetou drasticamente a partir de 2020 serviu – e serve – para desmanchar a ideia de igualdade racial no Brasil, pois nem em um momento de crise sanitária, onde teoricamente a doença não teria preferencias raciais e classistas, presenciamos o alto impacto que o vírus teve entre as populações pobres e, em especial, negra. Eram as pessoas que precisavam ir às ruas para trabalhar ou buscar uma nova ocupação e não aquelas que usufruíram de o

6 Este Livro faz parte do acervo documental do Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL. Nele, anotava-se informações como: nome, idade, nacionalidade, estado civil, profissão, cor, datas de entrada e saída, moléstia e algumas observações das pessoas que ingressavam na Santa Casa de Caridade de Alegrete entre os anos de 1876 e 1923.

privilégio de poder ficar em suas residências, que foram alvos principais do vírus que ainda circula entre nós.

Ao olhar para os registros dos anos de 1918 e 1919, sobretudo a partir do mês de outubro do primeiro, que é quando a doença chega no município, percebemos duas questões no que se refere ao registro das moléstias: a primeira, que feriu nossas expectativas enquanto pesquisadores, é o fato de não estar registrado "espanhola" ou "grippe espanhola" diretamente, como é possível verificar em outras documentações, como na imprensa e em documentos administrativos da época. A segunda questão é que os termos "grippe" e "grippe pulmonar"[7] passam a ser expressamente presentes na documentação, algo que não ocorre antes e nem depois do período em questão. Isso se deve ao fato do diagnóstico ser muito incipiente logo nos primeiros momentos da chegada da doença, sobretudo em um lugar como Alegrete, distante dos grandes centros e provendo de poucos recursos humanos e financeiros. Assim, os responsáveis pelo registro dos indivíduos que davam baixa certamente estavam guiados pelos sintomas que as pessoas apresentavam no momento de ingresso na instituição. Vejamos abaixo os números de internações ao longo dos anos da década de 1910 no HSSCA.

Figura 2: Gráfico de registros de Ingresso no HSCCA



Fonte: Livro de Registros de Entradas e Saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL

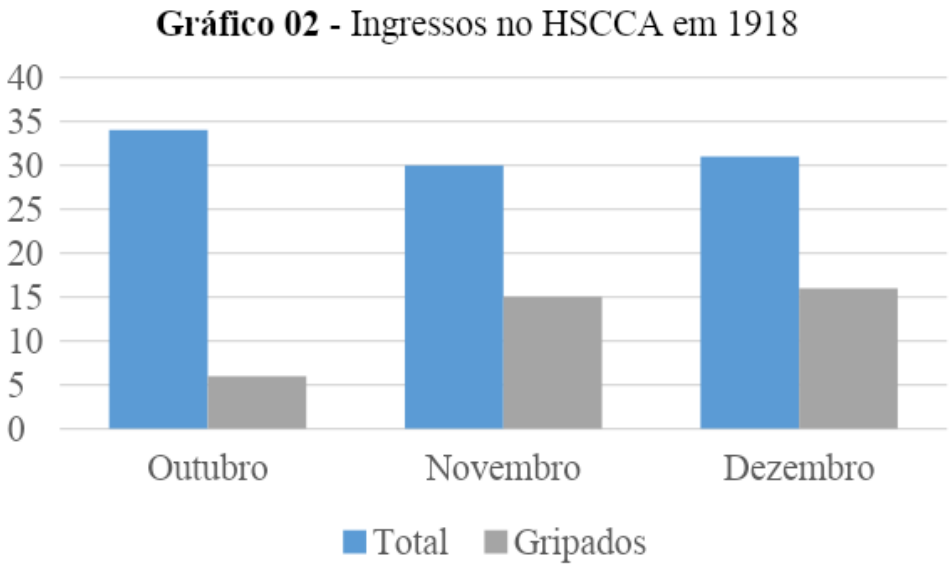
7 Sabe-se que a doença era conhecida como "grippe", "grippe pulmonar", "grippe pneumônica", "peste pneumônica", "pneumônica". Ver mais em: https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola. Último acesso em 15 de março de 2023.

O gráfico acima (01) demonstra que os ingressos no HSCCA obedeceram a um certo padrão, permanecendo ao longo da década de 1910 na casa dos duzentos atendimentos. Isso se altera a partir do ano de 1916, que presencia uma alta nos ingressos na instituição, padrão que se repete em 1917 e 1918. Não temos dados empíricos para explicar o aumento de atendimentos entre estes anos, mas claramente isso não é reflexo da gripe espanhola, que passou a ser uma realidade no município apenas no último trimestre de 1918. Além disso, verificamos as diferenças nos atendimentos mensais e não encontramos discrepâncias antes e depois de outubro de 1918. Então, chegava à doença, mas os atendimentos em um dos principais locais de cura do município não presenciariam mudança na sua rotina de atendimentos? Certamente há de ter alterado o andamento do hospital, visto a gravidade da situação. Porém, como dito anteriormente, os atendimentos para os infectados pela doença podem ter passado para outro setor da instituição[8] ou se davam, em maioria, em outros locais criados justamente para devidos fins, além dos médicos que atendiam os quarteirões e apenas o excedente de pessoas acometidas era atendida no HSSCA.

De qualquer forma, diversos homens e mulheres ingressaram na instituição hospitalar com sintomas gripais e foram internados com o desígnio de "grippe" ou "grippe pulmonar". No período de pico da doença no país – último trimestre de 1918 – observamos que, mesmo não alterando drasticamente a rotina do HSCCA, os ingressos de acometidos pela gripe passaram a ocupar a metade dos registros, como se percebe por meio do gráfico (02) abaixo, que evidencia o aumento de pessoas infectadas nos meses de novembro e dezembro, acompanhando o que aconteceu de forma geral no país e no mundo. Nesse período, foi registrado o ingresso de 95 pessoas no hospital, sendo que 36 destas foram diagnosticadas com "grippe" ou "grippe pulmonar", representando 39% do total.

8 Sabemos que, por exemplo, no início do século XX, quando a tuberculose era uma das doenças mais comuns e ao mesmo tempo mais mortais que acometia as pessoas, a Santa Casa de Alegrete fundou uma ala especial para os atendimentos e tratamento de pessoas que contraíssem aquela enfermidade, altamente contagiosa. Acerca disso, ver: ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete: Editora Nosso Guia, 2007.

FIGURA 3: Gráfico de Ingressos no HSCCA em 1918



Fonte: Livro de Registros de Entradas e Saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL

O primeiro individuo a ingressar no HSCCA com a moléstia foi o argentino Vergílio Muniz,[9] de 34 anos de idade, pardo, solteiro e de profissão maquinista, no dia 22 de outubro do fatídico ano de 1918. Depois dele, casos semelhantes ocorreram com maior frequência, tendo dias que diversos sujeitos ingressavam com tal doença, um após o outro. Aconteceu de ter semanas em que se passava os dias e não aparecia gente procurando ajuda para outro problema de saúde que não fosse a gripe do momento. Foi o que ocorreu entre os dias sete e doze de novembro daquele ano, quando apenas pessoas gripadas procuraram ajuda na instituição de saúde.

Naqueles dias, entre os acometidos, estava Maria Assumpção,[10] mulher negra de 40 anos, cozinheira e solteira. Permaneceu internada ao longo de doze dias no hospital, de onde saiu curada. Tanta sorte ou resistência não teve o jornaleiro Aníbal Alves da Cruz,[11] de 68 anos, branco e solteiro que, acometido pela doença, após oito dias de internação acabou falecendo. E a doença se espalhava por todo tecido social como já demonstramos, atacando as autoridades políticas, os abastados homens e até mesmo as crianças, como foi o caso da menor Anna Maria

9 Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Rg 5948.

10 Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Rg 5969.

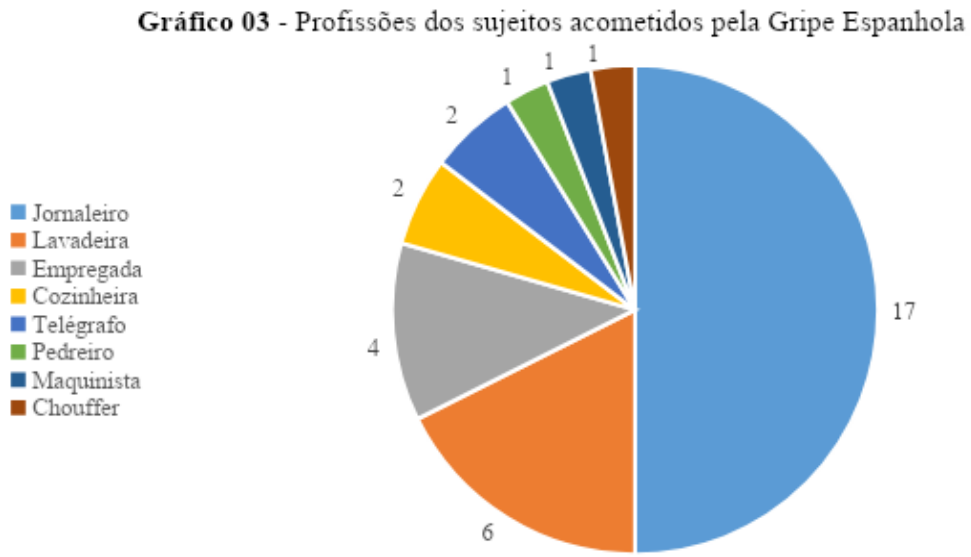
11 Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Rg 5968.

Martinho,[12] com apenas 12 anos, de cor branca, ingressou no hospital dia 17 de novembro de 1918 e lá permaneceu por dez dias até receber alta.

Em relação as cores daqueles sujeitos, percebeu-se que a maioria que ingressou no hospital acometido pela doença não eram brancos, entre os 36 registros de entrada, 16 são de pessoas brancas e 20 de pessoas não brancas, sendo 11 designadas como pardas, 8 pretas e uma como indiatica. Além disso, percebemos que as profissões das pessoas analisadas eram majoritariamente precárias, sazonais e que envolviam o contato com outras pessoas no cotidiano, o que ocasionava a facilidade de uma infecção. Ainda, eram pessoas de pouco aparato econômico, o que fazia com que não pudessem parar de trabalhar, pois o trabalho representava a sobrevivência para além da doença.

No caso dos homens, estavam mais concentrados entre os jornaleiros, que eram aqueles que trabalhavam a partir de jornadas de trabalho, com baixa especialização da mão de obra e conviviam com a sazonalidade da oportunidade de trabalho entre o extenso mundo rural e a reduzida urbe, características do Alegrete daquele período. Já no caso das mulheres, eram em maioria trabalhadoras do grande guarda-chuva que abrange a categoria dos "serviços domésticos", como cozinheiras, lavadeiras etc. na casa de terceiros ou em suas próprias residências.

FIGURA 4: Gráfico de profissões dos sujeitos acometidos pela Gripe Espanhola



Fonte: Livro de Registros de Entradas e Saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL

12 Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Rg 5975.

O padrão de pessoas mais jovens, em maioria homens, e trabalhadores de labores que não garantiam estabilidade social e econômica se repetiu em todos os confins do Brasil no contexto da *espanhola*, com algumas especificidades. Na região sul do estado, na cidade de Rio Grande, Beatriz Anselmo Olinto (1995) demonstrou que os operários e trabalhadores no geral foram os que mais contraíram aquele vírus. Já na região central, em Santa Maria, o Hospital de Caridade daquela cidade teria presenciado uma inclinação do contágio mais acentuada entre os trabalhadores da viação férrea e os militares (ROSSI, 2015). Em ambos os casos, tanto no sul, na capital, na região central ou na campanha (região de Alegrete) a *espanhola* atacou com maior facilidade a população mais empobrecida, aqueles e aquelas que estavam mais expostos, seja física, social ou economicamente.

Conclusão

Observando-se a Estatística de óbitos do período de 1901 a 1920, o ano de 1918 teve, aproximadamente, 250 óbitos acima da média do número de óbitos que vinham ocorrendo. A pandemia da gripe espanhola teve como consequência, anos mais tarde, um maior investimento em saneamento e na criação de Hospitais em várias cidades Brasileiras, inclusive em Alegrete. As ações do poder público municipal de Alegrete foram semelhantes as atitudes do intendente de Porto Alegre. Ao observar a avaliação dos médicos de Alegrete, da Diretoria de Saúde, Sá Brito, sua análise é diferente daquela produzida pelas autoridades de Porto Alegre. As autoridades de Porto Alegre minimizaram os efeitos da gripe espanhola e a autoridades de Alegrete consideraram que inclusive os casos de mortes sem assistências médicas também poderiam ser contabilizados como casos de gripe espanhola. Os investimentos de recursos, em termos porcentuais, pra combater a pandemia, em Alegrete, foram maiores que os gastos do Estado e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Indicativo de diferença no enfrentamento à pandemia por parte da oligarquia local. Aqui, os coronéis investiram mais e trataram de forma mais críticas os dados sobre o número de mortes causadas pela epidemia. Isso seria possível devido às características do PRR local e da presença mais significativa de uma oposição?

É de se estranhar que a *espanhola* tenha recebido tão pouco atenção da historiografia. Uma pandemia que ceifou mais vidas do que a própria guerra que ocupava o mesmo contexto histórico que a doença. Talvez isso tenha acontecido

pela simultaneidade com tantos acontecimentos que abriram as portas do século XX, como a própria guerra e transformações políticas e econômicas e seus impactos advindos desta. Ou, porque a produção do conhecimento apenas não julgou necessário refletir sobre um fenômeno tão pontual, que possivelmente, com os avanços do século XXI não se repetiria nunca mais. Erro deles, erro nosso. O desconhecimento da ciência histórica – não apenas ele, mas, também – tem nos proporcionado o fomento de retrocessos, como o ceticismo a ciência e a disseminação de falsas verdades históricas. Isso ficou evidente nos últimos anos, quando, novamente, fomos atravessados por uma pandemia que tragicamente tirou a vida de milhões de pessoas no mundo. Que possamos a partir do passado, aprender no presente e refletir e projetar para o futuro.

Referências

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O município de Alegrete**. Coqueiro, 1908.

ABRÃO, Janete Silveira. **Banalização da morte na cidade calada**: a Hespanhola em Porto Alegre, 1918. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 51–72, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemia na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FERREIRA, Renata Brauner. **A Gripe Espanhola em Pelotas.** História em Revista. Pelotas, v. 3, novembro 1997, Ed. UFEPE, p. 137-150, 1997.

GIL, Lorena Almeida. **Um mal do século:** tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS), 1890-1930. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2004.

LIMA, Taiane Anhanha. Gripe Espanhola e Futebol no Brasil (Parte 6): Santa Maria/RS. **Ludopédio**, São Paulo, v. 132, n. 53, 2020.

OLINTO, Beatriz Anselmo. **Uma cidade em tempo de Epidemia:** Rio Grande e a Gripe Espanhola (RS – 1918). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 1995.

ROSSI, Daiane Silveira. Um olhar sobre a Hespanhola: possibilidades de pesquisa no Hospital de Caridade de Santa Maria/RS. **Anais** eletrônicos da 3ª Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2015.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar:** medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1997.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e Epidemias:** sofredores, governantes e curadores no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2007.

Referências Documentais

A FEDERAÇÃO, 12/09/1918.

LIVRO DE REGISTROS. Entradas e Saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – Cento de Documentação e Pesquisa de Alegrete CEPAL.

MUNICIPIO DE ALEGRETE, Relatório apresentado pelo Intendente municipal de Alegrete Joao Benicio da Silva ao Conselho Municipal em sua primeira sessão de 20 de setembro de 1919. Livraria Coqueiro, 1920.

GOLPE OU REVOLUÇÃO EM 1964: APONTAMENTOS A PARTIR DE MATÉRIAS VEICULADAS NA FOLHA DE SÃO BORJA (1970-1978)*[13]

Melissa da Rosa Ribeiro[14]
João Pedro da Rosa Ribeiro[15]
Júlia Corrêa[16]
Ana Laura Rodrigues de Souza[17]
Ronaldo Bernardino Colvero[18]

RESUMO: Este trabalho propõe-se a apresentar a nomenclatura revolução encontrada em duas edições do Jornal a Folha de São Borja, no período da Ditadura Civil-Militar brasi-

13 Texto publicado na Revista VERUM.

14 Graduanda do curso de Direito pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. *E-mail*: melisadarosaribeiro1308@gmail.com.

15 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Públicas - PPGPP (Mestrado Profissional), UNIPAMPA - Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. *E-mail:* joaopedroribeirognr@gmail.com.

16 Graduanda do curso de Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. Bolsistas de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. *E-mail:* juliacorrea.prior@gmail.com.

17 Graduanda do curso de Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. Bolsistas pelo Programa de Desenvolvimento Acadêmico - PDA - UNIPAMPA. *E-mail*: ana.lrsouza@icloud.com.

18 Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. *E-mail*: ronaldocolvero@unipampa.edu.br.

leira, iniciada em 1964 e que durou até 1985. Nas reportagens do periódico buscamos identificar as edições que tratam das comemorações do golpe de Estado brasileiro, ocorrido no dia 31 de Março. Entre os assuntos desenvolvidos neste artigo estão o contexto político do período em questão, os conceitos de golpe e revolução e os atos constitucionais que nortearam este regime ditatorial. Como metodologia, em primeiro momento usou-se a revisão bibliográfica, a pesquisa documental, especificamente nas edições dos jornais e para análise deste, foi utilizada a análise de conteúdo. A fonte utilizada para a investigação foi o jornal Folha de São Borja, veiculado desde 1970. Especificamente foram utilizadas uma matéria veiculada no ano de 1970 e outra de 1978, o que fornece à pesquisa um caráter documental. Assim, nos anos em questão, observou-se que o periódico noticiou as solenidades que marcaram o aniversário da "Revolução", sem fazer oposição à comemoração e apenas tratou de narrar os acontecimentos do evento. Portanto, o jornal em questão veiculou em suas páginas a existência de uma revolução em 1964 e não um golpe de Estado, como é pertinente que se diga. Ou seja, destacamos que os eventos noticiados não foram aniversários da revolução, mas de um golpe, que entre suas medidas foi a deposição do Presidente João Goulart.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar (1964-1985); Jornais; Revolução; Golpe.

Introdução

O presente trabalho tem como propósito realizar uma análise sobre os conteúdos proferidos em algumas edições do Jornal Folha de São Borja, diante do contexto da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985). Buscando assim, compreender os desfechos que entrelaçam esse regime que modificou o regime de governo no Brasil sob o olhar deste jornal, diante dos conteúdos expressos por eles em suas edições (nº 7, publicada no dia 7 de abril de 1970 e a nº 422, publicada no dia 1º de março de 1978), como quando o jornal em questão utiliza o termo "revolução" diante do golpe que ocorreu em 1964 no Brasil. Bem como, um estudo sobre o cenário político de São Borja anterior ao Golpe Civil-Militar brasileiro em março de 1964, município sede do jornal em questão.

Diante da proposta deste trabalho, para o melhor alcance dos resultados na execução deste estudo, foi utilizado para a metodologia, a análise de conteúdo, conforme é expressa por Laurence Bardin (2016). Deste modo, a autora aborda que a análise de conteúdo nos serve como técnica de análise comunicacional, no caso das edições dos jornais da Folha de São Borja e das Atas de Sessões Extraordinárias da Câmara Municipal de Vereadores de São Borja, a fim de compreender

os conteúdos expressos nestes textos. Assim como a pesquisa bibliográfica, a partir de autores que estudam a temática, auxiliam para que haja a fundamentação teórica acerca do assunto. Para Marconi e Lakatos (2003), este tipo de pesquisa concentra-se em um apanhado geral sobre os trabalhos já realizados na área. Por fim, é pertinente que se comente: foi usada a pesquisa documental, que em síntese trata os documentos de forma escrita ou não, no que é denominado fontes primárias (MARCONI; LAKATOS, 2003)

Primeiramente, foi realizado um enfoque sobre o período anterior à Ditadura Civil-Militar (1964-1985), tal como o cenário político internacional com o advento da Guerra Fria que foi determinante na intervenção do processo golpista que modificou o regime de Governo no Brasil, instaurando um regime autoritário, descontinuando a democracia brasileira durante 21 anos. Além de contextualizar o cenário político do município de São Borja, mediante a análise de conteúdo das Atas de Sessões Extraordinárias que ocorreram na Câmara Municipal de São Borja do período de março de 1964, para entender como as instituições políticas da cidade estavam atuando, sobretudo os temas relacionados com o Governo de João Goulart, assim traçando um paralelo entre os dois espaços.

Posteriormente, foi trazido um enfoque mais preciso sobre os acontecimentos que aconteceram durante o Regime Militar. Iniciamos expondo conceitos e diferenciando os termos "golpe" e "revolução", focando na argumentação de que o que ocorreu no Brasil em 1964 foi um golpe, pois houve uma ruptura democrática, fazendo surgir um regime antidemocrático e autoritário. Em seguida, foram citados alguns Atos Institucionais (AIs), instrumentos jurídicos criados para regulamentar o Regime Militar, neles haviam diversas ordens repressivas, cassando direitos sociais e políticos, decretando fechamento de instituições políticas, entre outras medidas que não caracterizam um Estado democrático. Por fim, trazendo uma análise de conteúdo do Jornal Folha de São Borja, perante algumas de suas matérias jornalísticas sobre a Ditadura Civil-Militar no período de 1970-1978, traçando um paralelo com as informações trazidas pelo jornal e com os fatos que estavam ocorrendo no Brasil.

Golpe Civil-Militar (1964): Contexto São-borjense

Diante da temática apresentada nesta pesquisa, é fundamental compreender os aspectos sociais e políticos que se faziam presentes no cotidiano do Brasil

antes do Golpe Civil-Militar, perante o cenário das relações internacionais, o Governo da época e das mais distintas forças políticas que estavam imersas nesse contexto, como os militares, que faziam oposição ao governo vigente anterior a ruptura democrática e aqueles que foram precursores do movimento golpista de 1964, bem como os interesses e motivações por trás daqueles que orquestraram o movimento que instaurou um regime autoritário no Brasil, cessando a democracia durante 21 anos, além das ininterruptas violações de direitos fundamentais que foram perpetuadas nesse período pelos agentes que concretizaram a Ditadura Civil-Militar em abril de 1964.

O cenário político internacional apresentava-se um tanto conturbado com o advento da Guerra Fria. A autora Beatriz Figlino (2015) explica que foi um período de conflitos entre as duas grandes potências políticas e econômicas: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de ideologias políticas opostas, respectivamente capitalista e socialista. A autora ainda reitera a consequência destes acontecimentos, como o desencadeamento de conflitos em outros países ao longo do globo, ao ponto que incentivam estes confrontos com a finalidade de angariar poder político, com base em seus próprios interesses, sobretudo, econômicos. Desta forma, descrito por Marcos Alexandre Arraes (2019):

> Nesse contexto, um intricado embate entre duas potências com pretensões hegemônicas no cenário internacional se transformaria em uma batalha direta no campo imagético, buscando, cada lado, construir a si como o modelo de civilização por excelência e ao outro como o seu nemesis, expondo seus supostos e inexoráveis defeitos e maldades, fazendo crer, portanto, serem inconciliáveis (Arraes, 2019, p. 77).

Perante este cenário, que englobava grande parte dos países ao redor do mundo, o conflito ideológico polarizado da Guerra Fria perpassou, inclusive, no Brasil, um país de expressão continental, devido à sua grande extensão territorial na América do Sul. Em esfera nacional, o país estava recém superando uma renúncia inesperada do Presidente Jânio Quadros, sobre a qual Lucas Orsi Rossi (2020) reitera, "Firme em sua estratégia, no dia 25 de agosto de 1961, sete meses após assumir o cargo, Jânio Quadros entrega ao Congresso Nacional sua renúncia ao mandato. Em suas razões, afirma que 'forças terríveis' teriam conspirado contra seu governo [...]." (ROSSI, 2020, p. 324-325). A renúncia gerou uma crise

política, pois havia muitas especulações tendenciosas acerca do rumo que o Brasil iria tomar com a posse de João Goulart,[19] perante o espectro político que o próprio representava diante do contexto conflituoso internacional. Entretanto, após diversas manifestações a favor da legitimidade de sua posse como presidente da República, ele consegue tomar posse, como mencionado por Gláucio Ary Dillon Soares (1994):

> O clima ideológico da Guerra Fria, por sua vez, contribuiu para exacerbar as posições ideológicas antagônicas. A Guerra Fria era a dimensão central da concepção geopolítica dominante nas forças armadas. Quando Jânio Quadros renunciou, João Goulart visitava a China comunista, cujas posições, naquele momento, eram as mais radicais. Assim, aos olhos de muitos militares, confirmava-se a associação entre João Goulart e o comunismo, apoiada na observação de uma certa comunhão ideológica entre o vice-presidente e grupos e partidos de extrema esquerda (Soares, 1994, p. 25).

Com o advento dos conflitos ideológicos[20] que estavam perpassando o imaginário político[21] brasileiro, muito se cogitava quais seriam os interesses demonstrados por João Goulart em sua atuação como Presidente da República, muito disso deve-se ao seu alinhamento político, baseado em questões pautadas nos movimentos sociais, propondo medidas que tomaria quanto às reformas sociais estruturais que realizaria no Brasil. Conforme Lucilia Delgado (2009) expõe, "Na esfera da sociedade civil, no campo do reformismo social,

19 Nascido em 1º de março de 1919, na cidade de São Borja, Rio Grande do Sul, João Belchior Marques Goulart, formou-se bacharel pela Faculdade Ciências Jurídicas e Sociais em 1939, em Porto Alegre. Sendo fundador do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na cidade de São Borja, constituiu sua carreira política no mesmo partido, elegendo-se vice-presidente em 1960 ao lado do opositor Jânio Quadros, como Presidente. Após a renúncia de Quadros em agosto de 1961, Jango, como ficou conhecido, assumiu a presidência após plebiscito que o autorizava a voltar ao país e assumir a Presidência da República, que se encontrava em sistema parlamentarista. Após o golpe de 1964, foi destituído de seu cargo e entrou em exílio no Uruguai, falecendo, ainda no exílio, na cidade de Mercedes em dezembro de 1976. Durante o seu governo, manteve uma política externa alheia à polarização em que o mundo se encontrava, outra característica de sua gestão foi o constante ativismo pelas chamadas Reformas de Base. Fonte: BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Biografia**. Biblioteca da Presidência da República, 2023. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/biografia. Acesso em: 29 de maio de 2023.

20 Os conflitos ideológicos ali mencionados fazem referência a Guerra Fria, um período onde houve um conflito ideológico entre ideias capitalistas e socialistas. Como menciona Tácito Rolim, "Nos conceitos 'Guerra Fria' normalmente se faz alguma referência ao fato de que aquela *disputa ideológica* se deu também no campo econômico e militar, apesar dela não ter ocorrido de maneira direta neste último campo [...]" (ROLIM, 2012, p. 92). Fonte: ROLIM, Tácito Thadeu. **Neste caso, quando o termo "imaginário político" é empregado, remete-se ao contexto.** Tese (Doutorado) - Curso em Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/1362/projeto/Tese-tacito-thadeu-leite-rolim.pdf. Acesso em: 08 de julho de 2023.

21 Neste caso, quando o termo "imaginário político" é empregado, remete-se ao contexto político em que o estava Brasil estava imerso, perante aos recentes acontecimentos, como a Guerra Fria, a renúncia do Ex-Presidente Jânio Quadros, a posse do Presidente João Goulart, sendo assim, as problemáticas que envolviam tais situações.

destacaram-se, por exemplo, a atuação cotidiana das ligas camponesas,[22] do movimento estudantil[23] e das organizações sindicais[24]." (DELGADO, 2009, p. 126), algo visto com muita aversão na época pela ala mais conservadora da sociedade brasileira.

Perante a proposta do artigo, que é realizar a análise dos conteúdos proferidos no jornal Folha de São Borja, para que isso ocorra é necessário compreender o cenário político na qual a cidade que este jornal estava localizado encontrava-se, ou seja, o município de São Borja. Desta forma, é importante especialmente analisar o contexto político e social das instituições políticas vigentes na época, como por exemplo, a Câmara Municipal de Vereadores de São Borja, assim mediante a análise das Atas das Sessões Extraordinárias que foram nos meses de março de 1964, a tal passo que podem servir como parâmetro para compreender as pautas trazidas neste espaço político e comparando com as que estavam sendo discutidas no cenário nacional.

Como já mencionado, os debates em torno das medidas reformistas que o Presidente João Goulart tinha pretensão de realizar eram as temáticas predominantes na política nacional, trazendo grandes conflitos entre os opositores e aliados do presidente. No município de São Borja no período pré-golpe o contexto político era bem similar, compartilhando dos mesmos entraves, com o ambiente

22 As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. Fonte: CAMARGO, **Aspásia. MEMÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS (1955-1964)**. Documentos Revelados, 2016. Disponível: https://documentosrevelados.com.br/memoria-das-ligas-camponesas-1955-1964/. Acesso em: 29 de maio de 2023.

23 "O Movimento Estudantil é caracterizado como um movimento social, formado por estudantes que discutem assuntos ligados à educação [...] incorporando também pautas que extrapolam questões meramente acadêmicas". Fonte: FREITAS, Vanessa Rocha de; GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1968)**. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/vanessa_rocha_de_freitas.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2023. "Os estudantes organizados tiveram um papel político de luta fundamental contra a ditadura militar. Foram às ruas protestar, participar de passeatas, integraram movimentos de luta armada, distribuíram panfletos, lutaram, enfim, contra o sistema repressivo vigente naquele momento". Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório - Tomo I - Parte II - Perseguição ao Movimento Estudantil Paulista**. Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguicao-ao-Movimento-Estudantil-Paulista.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2013.

24 Na década de 1960, as organizações encontravam-se em seu ápice até então, tanto que foram essenciais em 1961, através da greve geral convocada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), para impedir que fosse vetada a posse do Vice-Presidente João Goulart, que durante seu governo dialogou com as organizações sindicais, intercedendo sobre as Reformas de Base e outros temas caros ao Movimento Sindical. Entretanto, com o golpe de 1964, os sindicalistas foram um dos grupos mais perseguidos durante a ditadura, justamente pelo exemplo de luta que representavam. Fonte: GREGÓRIO, Mariany. **O sindicalismo brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos**. Em debate, UFSC, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/21723-Texto%20do%20Artigo-69683-2-10-20120103.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2023.

bastante polarizado[25] entre aqueles deputados favoráveis e aos opositores ao Governo de João Goulart, além da cidade estabelecer significativas relações com o Presidente Jango, já que é sua terra natal, colocando-o como uma figura importante na região devido sua influência política e social.

Ainda na esfera municipal, esta diferenciação ideológica mostrava-se bem acentuada quando eram tratados temas sobre as reformas de base, como na Sessão Extraordinária n° 308, que foi realizada na Câmara Municipal de Vereadores de São Borja, no dia 13 de março de 1964, quando o Vereador Lauro Batista (membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que era aliado do Presidente João Goulart) e o Vereador José Pereira Alvarez (membro do partido União Popular Samborjense (UPS),[26] que atuava como opositor do governo Goulart) discutem sobre as últimas medidas tomadas pelo então Presidente da República:

> [...] Na hora do expediente o Vereador Lauro Batista, teceu comentários do comício realizado em realizado Guanabara em 13 do mês andante e cuida dos 2 decrétos assinados pelo Sr. Presidente da República naquele dia, através do seu discurso teceu um hino de louvor ao atual 1° magistrado de nossa Pátria pela concretização de 2 sonhos do povo, que ficaram efetivados no ato em que o mandatário de n/Pátria praticou através da promulgação dos direitos acima mencionados. [...] O vereador José Pereira Alvarez: com a palavra disse em uma intervenção que sinceramente não acredita na necessidade das tais "reformas", que observa sim: muita (demagogia) digo demagogia e um provável luta de classes, isto é: entre aqueles que sinceramente não acreditam na sinceridade de propósitos do nosso 1° Mandatario e d'queles diferentemente do mesmo assunto (Câmara Municipal de Vereadores de São Borja, 1964, p. 147-148).

Na discussão desta sessão estavam sendo pautadas questões referentes a medidas que o Presidente João Goulart havia tomado recentemente, entre elas dois decretos assinados por ele no dia 13 de março de 1964. Sendo eles, um sobre a desapropriação de refinarias de petróleo que ainda não faziam parte da Petrobras, assim publicado no Diário Oficial da União sob o Decreto n° 53.701, "Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S A - Petrobrás, em caráter de urgência, as ações das companhias permissionárias

25 Alexandre Argon e Patrícia Gonçalves conceituam polarização como, "O termo 'polarização política' denota uma divisão entre dois polos ideológicos opostos, geralmente representados como direita e esquerda. Assim, os indivíduos possuem "ideologias" diferentes, e defendem formas distintas de resolver os problemas da sociedade.". Fonte: ARGON, Alexandre; GONÇALVES, Patrícia. **Ideologia e polarização política no Brasil: origens, causas e consequências**. Revistas Humanidades e perspectivas, 2022. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/157. Acesso em: 29 de maio de 2023.

26 UPS - Partido União Popular Samborjense.

do refino de petróleo." (BRASIL, 1964). Juntamente com o Decreto n° 53.700, que gerou bastante contestação na época, tratando-se da reforma agrária, conforme publicado no Diário Oficial da União, "Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais [...] atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências." (BRASIL, 1964).

Diante disto, o conjunto de medidas e reformas propostas pelo Presidente João Goulart foram amplamente discutidas nos mais distintos espaços políticos, rendendo diversas interpretações, assim como no Poder Legislativo de São Borja. Como recém mencionado, o vereador Lauro Batista (PTB) e o vereador José Pereira Alvares (UPS) deram suas declarações antagônicas acerca deste tema, gerando um embate ideológico polarizado, o que acabou por contribuir para as tensões políticas existentes na época. O vereador Lauro Batista teceu seus comentários favoráveis às medidas propostas por Goulart, acreditando que seriam benéficas a sociedade brasileira, bem como principalmente aos indivíduos mais vulneráveis socialmente, que mais fariam uso de tais medidas.

Já o vereador José Pereira Alvares, do UPS, utilizou-se de sua fala em uma abordagem mais conservadora perante o olhar da época, não acreditando nos propósitos destas medidas, insinuando que seria uma forma populista de fazer política, com uma lógica de "luta de classes" demagógica para alcançar os anseios políticos do presidente, sem considerar e mencionar os impactos positivos que trariam para a sociedade brasileira, principalmente aos que mais precisavam, como por exemplos grupos minoritários. Uma visão que na época representava ideais das classes elitizadas, as mesmas que exerceram expressivas manifestações contra o Governo de João Goulart e favoráveis aos movimentos que geraram o golpe civil-militar em abril de 1964. Como menciona Janaína Martins Cordeiro (2021):

> [...] o discurso anticomunista, anti-Goulart, anticorrupção e a favor de uma intervenção militar que "saneasse" política e economicamente o país, se organizou sob distintos contextos e tradições, locais e regionais. Expressava, assim, anseios e receios cotidianos e indicavam os limites que a proposta reformista do governo Goulart encontrava, principalmente entre as elites, mas não apenas (Cordeiro, 2021, p. 4).

Sendo assim, tais atores que englobavam os eixos de poder no país sentiam-se fortemente ameaçados diante destas pautas, principalmente quando passavam ter a atenção do principal governante do país. Parte desta ala mais conservadora da sociedade brasileira que expressavam grande oposição ao governo de

João Goulart, eram os membros das Forças Armadas, os mesmos que mais tarde lideraram um golpe contra a democracia brasileira, com o apoio de uma parcela da população civil, como reitera Paulo Menezes (2004), "Empresários, militares e EUA gastavam milhões de dólares na campanha contra o governo. No dia 31 de março de 1964, explodiu a revolta das forças armadas contra o governo de João Goulart." (MENEZES, 2004, p. 01). Assim, com o propósito de estabelecerem a ordem política e social que consideravam a "ideal" para o país, usando desta para justificar e garantirem seus próprios interesses. Como exposto por Adriano Nervo Codato (2004):

> É preciso notar, antes de tudo, que a ação militar em 1964 foi reativa. Na visão das próprias Forças Armadas, tratou-se de deter "o caos, a desordem e instabilidade política". A tradução dessa ambição salvacionista – simplesmente a "reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil" [...]. Sob esses lemas genéricos estão abrigados os móveis reais que empurram mais uma vez as cúpulas das Forças Armadas a intervir na política civil: a radicalização do movimento nacional-popular a partir de fins de 1963 (cujo ponto máximo foi o Comício das Reformas em meados de março de 1964) e a subversão da hierarquia militar, avalizada pelo próprio Presidente (cujo ponto culminante foi o discurso no Automóvel Clube em fins de março de 1964). Assim, aparentemente, a única tarefa dos militares deveria limitar-se a promover a exclusão política das classes populares, desarticulando, pela repressão, suas instituições de organização sindical [...] (Codato, 2004, p. 18-19).

A convicção que perpassava o imaginário dos militares que os levaram a orquestrar um golpe antidemocrático e tomar para si o poder político civil, ultrapassando os seus limites em um Estado Democrático, entrelaçou diversas motivações, principalmente sua aversão aos ideais progressistas trazidos pelo Presidente da República João Goulart. Deste modo, os militares, por meio do golpe que realizaram, foram capazes de suprimir os movimentos sociais[27] que estavam imersos nessas reivindicações. Sobretudo, os militares achavam que eram dignos de tomar o poder para si, pois só através das Forças Armadas o Brasil estaria no rumo "correto", assim alcançando o protagonismo político que eles sentiam falta e que acreditavam que lhes era de mérito.

27 "Assim, aparentemente, a única tarefa dos militares deveria limitar-se a promover a exclusão política das classes populares, desarticulando, pela repressão, suas instituições de organização sindical (o CGT, principalmente) e participação autônoma caso das 'Ligas Camponesas'), além do seu canal parlamentar privilegiado (o PTB)." (CODATO, 2004, p. 18-19). Fonte: CODATO, Adriano Nervo. **O GOLPE DE 1964 E O REGIME DE 1968: ASPECTOS CONJUNTURAIS E VARIÁVEIS HISTÓRICAS**. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 40, n. 1, jun. 2004. ISSN 2447-8261. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2735/2272. Acesso em: 21 maio 2023.

Sendo assim, por meio de um Golpe Civil-Militar em abril de 1964, os militares e algumas entidades civis, compostas pelas elites econômicas das mais diversas áreas da sociedade brasileira, com o apoio externo dos norte-americanos, como exposto por José Victor de Lara (2016), "Os documentos revelaram a existência da Operação Brother Sam, arquitetada por Lincoln Gordon e por chefes do Estado Maior dos EUA. A operação forneceria apoio logístico e suprimentos aos conspiradores brasileiros." (LARA, 2016, p. 04). Desta forma, agiram contra as instituições brasileiras, destituindo um presidente eleito democraticamente, instauraram um regime autoritário que perpassaria mais de 21 anos vigente no Brasil, deixando marcas persistentes de violência e repressão.

Revolução ou Golpe: apontamentos sobre os termos no Jornal Folha de São Borja

Ao longo dos anos que sucederam a ruptura democrática brasileira em abril de 1964, os termos "golpe" e "revolução" apareceram nos discursos dos envolvidos com o evento e daqueles que estudam este período. Os favoráveis ao movimento de 1964 tomam para si o segundo termo como nominata aos acontecimentos deste ano. No entanto, muitas foram as discussões e pesquisas em torno destes termos, e com base em pesquisas científicas, o correto é usar-se o termo "golpe". Souza (2017) aponta que, o conceito em questão se relaciona com a maneira que um governante é destituído de seu posto:

> Golpe de Estado é derrubar, de maneira ilegal, um governo, constitucionalmente, legítimo. Os golpes podem ser violentos ou não e podem corresponder aos interesses da maioria ou de uma minoria, apesar de este tipo de ações, normalmente, triunfam quando podem contar com o apoio popular (Souza, 2017, p. 4).

Deste modo, é visto que o comentário apresentado anteriormente, se aplica à ruptura constitucional vivida pelo Brasil em 1964. Prosseguindo, Souza (2017) explana sobre a outra nomenclatura, ou seja, "revolução", que pode ser vista como uma mudança drástica no panorama de uma sociedade. Veja-se o que fala Souza (2017) sobre o assunto:

> Trata-se de uma mudança radical dentro de uma sociedade, que ocorre no contexto político, econômico, cultural e social, onde é estabelecida

> uma nova ordem, que é instituída pelas forças políticas e sociais vencedoras. No sentido conotativo, uma revolução pode ser o sinal de uma profunda transformação (Souza, 2017, p. 5).

O termo revolução pode ser visto em diversos materiais publicitários ou informativos do período. Para compor este texto, tomamos como base os escritos no jornal Folha de São Borja, fundado em 1970 e ativo até o momento desta pesquisa, junho de 2023. O termo em questão é citado nas reportagens que analisamos, que foram ao longo da década de 1970, período fixado para procura de assuntos relativos à Ditadura Civil-Militar brasileira. Em especial, é possível notar o conceito de golpe nas edições que comemoraram o "Aniversário da Revolução".[28] Deste modo, optou-se por apresentar aqui duas matérias que apontam as "comemorações do aniversário do golpe", porém utilizadas pelas instituições como da "revolução" em São Borja. O primeiro exemplar foi veiculado em 7 de Abril de 1970,[29] já o segundo, datado de 01 de Abril de 1978.[30]

Os eventos contaram com a participação de diversos setores da sociedade, entre eles: militares, civis[31] e religiosos. Portanto, é oportuno que se comente sobre o material divulgado, a começar pela reportagem de 1970. O primeiro ponto a se comentar, conforme informa o documento, diz respeito ao local, ou seja, a Praça XV de Novembro,[32] ponto central da cidade de São Borja. Além disso, no nascer do sol, comenta o jornal que foi instalada uma peça de artilharia, que executou uma salva de tiros para cada uma das Unidades Federativas do Brasil. É ponto de convergência, em regimes autoritários e ditatoriais, saudação a datas que lembram o dia de tomada do poder. A saudação, portanto, pode ser notada em São Borja, ao passo de 1970, no 6º ano da ditadura civil-militar do Brasil.

Ainda pela manhã, especificamente às 10 horas, houve desfile militar, acompanhados por autoridades do palanque[33] oficial. No turno da tarde, "[...] com a presença do cel. Haroldo Peçanha, comandante da guarnição militar desta cidade, de outros oficiais e elementos civis, teve lugar a solenidade da descida

28 No dia 31 de Março era comemorado o "Aniversário da Revolução", ou seja, dia da ruptura democrática no Brasil. No entanto, o correto é dizer que este dia marca o golpe no país.

29 Nesta solenidade, o aniversário foi comemorado em 31 de Março.

30 No ano em questão o evento se deu em 31 de Março.

31 Entre os civis envolvidos estão: educadores, educandos, representantes da Prefeitura Municipal e esportistas.

32 Esta edificação consta entre as ruas General Marques, Cândido Falcão, Coronel Aparício Mariense e Presidente Vargas.

33 A Praça XV de Novembro, em São Borja, possui um palanque onde ficam abrigadas autoridades em momentos de desfiles e comemorações que circundam o local.

da bandeira, ocasião em que uma banda militar executou o Hino Nacional" (FOLHA DE SÃO BORJA, 1970, p. 1). Ainda comenta a reportagem que, conforme as ordens do comandante, ao final da apresentação do hino a banda dirigiu-se ao centro da praça e efetuou uma "[...] retrata ao público." (FOLHA DE SÃO BORJA, 1970, p. 1). É nítido que os militares possuíam o controle do evento, como elucida a matéria do jornal.

Já no Estádio General Vargas[34], ocorreu um amistoso futebolístico, entre duas equipes da cidade,[35] em que o troféu era oferecido pela Prefeitura Municipal de São Borja. O espaço educacional da municipalidade também foi cercado de comemorações, conforme diz o periódico, no seguinte trecho: "O 6º aniversário da Revolução, foi também comemorado nas Escolas do Município com hasteamento da Bandeira Nacional e leitura de Mensagem alusiva à data." (FOLHA DE SÃO BORJA. 1970, p. 1). Por fim, é perceptível notar a contribuição dos religiosos da cidade, em especial dos católicos, pois, em concordância com o que remete a matéria, os educandos foram liberados para assistir a "Missa de Ação de Graças, oficiada pelo cônego Wiro Rauber".[36] (FOLHA DE SÃO BORJA. 1970, p. 1).

Da maneira como é narrado, o evento contou com a participação de diversos setores da sociedade, isto é: militares, educadores, educandos, religiosos, representantes da Prefeitura e esportistas. É possível notar o envolvimento dos moradores, ou aqueles que estiveram dispostos a participar. De qualquer forma, não é plausível que se coloque todos os cidadãos na comemoração, na medida que se sabe que haviam pessoas contrárias ao momento político em todo o país. Outro ponto a se destacar, diz respeito à forma como é apresentado o evento, ou seja, na leitura fica denotada uma espécie de harmonia na cidade. Na reportagem em questão não se identificao autor, assim, é complexo que se afirme de quem eram as ideias conjugadas na edição de 1 de Abril de 1970. Por fim, destaca-se que a reportagem não apresenta contrariedade ao governo, apenas relata os acontecimentos, sem fazer críticas ao evento ou ao regime ditatorial. Assim, nota-se a conformidade do jornal com a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), de acordo com o que foi veiculado.

34 O Estádio General Vargas está localizado na Rua General Marques, em São Borja. Atualmente funciona no local um espaço poliesportivo, denominado Parcão.

35 A reportagem não comenta quais eram as agremiações envolvidas na disputa.

36 Este religioso nasceu em Cerro Largo, em 1925 e faleceu em São Paulo das Missões, no ano de 1994. Informação encontrada na página do Facebook da Paróquia Imaculada Conceição de São Borja. Disponível em: https://www.facebook.com/ImaculadaConceicaopasso/posts/recordando-nossos-pastores-pe-wiro-rauber-1925-1994-hoje-iremos-recordar-de-mais/3375937725758496/ Acesso em: jun. de 2023.

FIGURA 1: Jornal Folha de São Borja, Edição nº 7, Dia 07 de abril de 1970

esfile Militar foi o ponto alto das
omemorações sôbre a Revolução

Diversos atos assinalaram, em Borja, a passagem do 6º. aniário da Revolução.
Ao raiar do dia 31, uma peque-eça de artilharia colocada no ro da Praça 15 de Novembro uma salva de tiros, correspon-e cada um dêles a um Estado nido.
Às 10 horas, teve início um le militar, assistido do palan-que oficial pelas mais altas autori-dades militares e civis locais e por grande massa popular.
À tarde, com a presença do cel. Haroldo Pecanha, comandante da guarnição militar desta cidade, de outros oficiais e elementos civis, teve lugar a solenidade da descida da bandeira, ocasião em que uma banda militar executou o Hino Nacional.
Após êsse ato, por deliberação do sr. Cel. Cmte. da Guarnição, a banda deslocou-se para o centro da Praça 15, iniciando então uma retreta para o público.
Enquanto, isso, no Estádio Gen. Vargas, como parte das comemorações, realizou-se um encontro amistoso entre dois quadros de futebol desta cidade, disputando uma taça oferecida pela administração do município.
O 6º. aniversário da Revolução, foi também comemorado nas Escolas do Município com hasteamento da Bandeira Nacional e leitura de Mensagem alusiva à data. Logo após os alunos foram liberados para assistir à Missa de Acão de Graças, oficiada pelo conego Wiro Rauber.

fôlha de
são borja

Edição
de hoje
12 páginas

o I — são borja, 7 de abril de 1970 — nº 7

Nôvo Capítulo

Com a inauguração da Central Automática desta cidade, ocorrida recentemente, chega ao fim uma árdua batalha, que teve início em julho do ano de 1966.
Pois, foi nessa época que o Executivo Municipal, sentindo ao vivo as agruras impostas à população por um sistema obsoleto, de há muito superado, resolveu enfrentar com coragem a tão complexa quanto importante questão.
Nessa luta, porém, não ficou só. À solidariedade dos homens de prôa da vida local, somou-se a dos órgãos oficiais do Estado e da República, sem o que seria impossível realizar-se o que foi feito.
Possui São Borja, agora, uma infra-estrutura adequada à sua expansão no campo das telecomunicações. Com sua integração - anunciada para breve - ao que o Rio Grande já possui de mais avançado e moderno no sistema de Longa Distância, completar-se-á êsse panorama auspicioso e de certo modo privilegiado, pois lamentàvelmente são poucas ainda, as comunidades que foram beneficiadas com a modernização dos seus serviços telefônicos.
Jamais será supérfluo, porém, ressaltar-se a importância do evento que presenciamos. Porque, em realidade, abriu-se um capítulo na vida samborjense. Como disse alguém, vive o mundo uma época de sec...

hora
uma morte na
do Meretrício
cair da noite de
do, mais um cri-
e morte ocorreu
do meretricio

Fonte: Acervo do Jornal Folha de São Borja, 1970

Desta forma, é importante que se diga: o movimento envolvendo militares e civis, no dia 1º de abril de 1964, que depôs o Presidente João Goulart, foi um golpe de Estado, na medida que cassou direitos políticos, fechou casas legislativas e pautou a imprensa. Uma revolução – como comentam os saudosistas em torno do movimento – causa mudanças drásticas na sociedade, na economia, na política, cultura etc. Fato que não pode ser visto no Brasil, uma vez que as estruturas se mantiveram, apenas com mudança no regime de governo. O movimento pode ser visto, além do Brasil, em outros países sul-americanos, como afirmam Richter e Farias (2019). Em cada território vigorava um contexto, no entanto, estes espaços foram atingidos por Golpes de Estado:

> A segunda metade do século passado foi marcada pela proliferação de regimes autoritários em países sul-americanos, a exemplo do Brasil (1964), Chile (1973) e Argentina (1976). Neles, respeitadas as especificidades locais, os militares deflagraram golpes de Estado que romperam com as ordens constitucional e institucional vigentes à época, num movimento de substituição das premissas basilares do Estado de Direito pela busca a todo (e qualquer) custo da segurança nacional (Richter; Farias, 2019, p. 386-387).

Portanto, pode-se ver que, a ruptura constitucional vista no Brasil em 1964, é parte de um processo maior, que envolveu, por sua vez, outros países da Amé-

rica do Sul, tais como Argentina, Chile e Uruguai. Em todos foram cassados direitos civis, impedindo a população de exercer o voto, a escolha de representantes e manifestações. No Brasil, não foi diferente, pois foram cerceados direitos fundamentais dos cidadãos, tais como: ao voto, à oposição e às liberdades individuais. Portanto, o que se alterou na sociedade brasileira, foram a perda dos direitos civis e políticos, que tiveram seus alcances limitados em função do Golpe Civil-Militar de 1964. Cassações de políticos e perda do direito à voto, foram alguns dos eventos ocorridos em todo o Brasil, desde o dia 1° de abril deste ano comentado. Em função do rompimento constitucional, deputados – no âmbito federal e estadual – prefeitos e governadores, tiveram seus direitos políticos cassados, ou seja, extintos, em razão do golpe. Além, é claro, do então Presidente João Goulart, deposto em função dos eventos ocorridos em 1964.

Os direitos políticos foram cerceados pelos Atos Institucionais,[37] que ao total chegaram a dezessete. Por intermédio destes documentos, foram reprimidos indivíduos contrários ao regime e ocorreram limitações nos direitos políticos dos brasileiros. Segundo Richter e Farias (2019) as normativas em questão, foram responsáveis por censurar meios de comunicação, reprimir organizações contrárias ao governo e promover prisões arbitrárias:

> Os AI's permitiram aos agentes do Estado a realização de uma plêiade de ações voltadas à supressão das oposições, à restrição das liberdades de reunião, imprensa e opinião, à instauração da censura aos meios de comunicação, às prisões arbitrárias de suspeitos de sublevação ideológica e à perseguição implacável aos participantes de ligas, organizações e movimentos esquerdistas contrários à situação política (im)posta pelos triunfantes do levante de 1964 (Richter; Farias, 2019, p. 390).

Os autores apontam que, o ordenamento constitucional e os poderes legislativos, encontraram bases nas normativas institucionais. A cassação de direitos políticos se deu mediante o AI 1, datado de 9 de abril de 1964. Neste documento, a Constituição de 1946 era alterada, configurando assim, direito ao Comandante-em-chefe das Forças Armadas o poder de destituir os direitos políticos dos membros do legislativo. Esta afirmação está expressa no art. 10[38] do AI 1:

37 Os denominados AI's, os Atos Institucionais foram decretos do Governo Federal que garantiam a governabilidade dos golpistas de 1964. Os atos tinham conotação de legitimidade política e jurídica. Conforme apontam Richter e Farias (2019), houveram 17 Atos Institucionais, em que o primeiro foi aplicado em Abril do ano do Golpe e o último em 1969.

38 Ato Institucional Número 1. Fonte: BRASIL **Ato Institucional nº. 1.** Diário Oficial da União, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 29 de maio de 2023.

> Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos (Brasil, 1964).

Conforme pode se ver na passagem anterior, o primeiro ato antidemocrático da Ditadura Civil Militar brasileira teceu normativas à cassação de direitos políticos dos legisladores. Por sua vez, o Ato Institucional Número 2,[39] teve relação com a imposição do bipartidarismo. Dentro do ordenamento em questão, poderia haver apenas dois partidos. Como consequência, foram criados Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).[40] As agremiações citadas foram as únicas a operarem, de forma oficial na política brasileira, sendo que, os primeiros que faziam oposição aos governistas, enquanto os segundos, eram apoiadores. Além deste, a normativa federal atribuía que a eleição para Presidente da República deveria ser dada de forma indireta:

> Já o AI-2, de outubro de 1965 (BRASIL, 1965), determinou a realização de eleições indiretas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, sendo-lhe adicionado no mês seguinte o importante Ato Complementar número 4, responsável pela extinção das agremiações políticas em funcionamento durante a fase 1946-1964 - PTB, PSD e UDN, dentre outros menores - e pela consequente instauração do bipartidarismo [...] (Richter; Farias, 2019, p. 391).

No AI 4,[41] os congressistas foram convocados à votação para uma nova Constituição, que deveria substituir a vigente, datada de 1946. No texto introdutório, que antecede os artigos, os sujeitos que redigiram o documento comentam que a Carta Magna vigente até aquele momento não atendia às exigências do país. Portanto, antes de considerar sobre os assuntos, o documento apresenta os motivos para a nova Constituição, conforme pode-se ver a seguir:

39 Ato Institucional Número 2. Fonte: BRASIL **Ato Institucional nº. 2**. Diário Oficial da União, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 29 de maio de 2023.

40 Com a instauração do Ato Institucional nº 2, o regime militar perdeu a sua máscara democrática e decretou um bipartidarismo forçado, instaurando apenas dois partidos de forma obrigatória, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Nacional Libertadora (ARENA), o primeiro foi composto pela Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), por parlamentares mais alinhados à esquerda, e o segundo pela Ação Democrática Parlamentar (ADP), com parlamentares mais à direita e favoráveis ao regime. Fonte: FONTENELLE, André. **Há 50 anos, país passava a ter só 2 partidos. Senado Federal**, 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha-50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos. Acesso em: 29 de maio de 2023.

41 Ato Institucional Número 4. Fonte: BRASIL **Ato Institucional nº. 4**. Diário Oficial da União, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso em: 29 de maio de 2023.

> CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais;
> CONSIDERANDO que se tornou imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução;
> CONSIDERANDO que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária;
> CONSIDERANDO que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964;
> CONSIDERANDO que o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução (Brasil, 1966).

Por fim, comenta-se, aqui, sobre o Ato Institucional nº 5, de 1968. Em aspectos gerais, a normativa suspendia o habeas corpus, direitos políticos, previa o fechamento[42] do Congresso Nacional. Além do mais, o Presidente, através de suas atribuições, tinha o poder de decretar intervenção Estadual e Municipal, conforme o interesse nacional. Outro ponto, neste mesmo âmbito, trata da nomeação dos agentes políticos nestes dois entes, que deveria ser implementado pelo mandatário do executivo federal:

> O Ato Institucional no 5 conferia ao presidente da República poderes praticamente ilimitados. [...] O presidente poderia fechar as casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos dos cidadãos, confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos, censurar a imprensa e decretar estado de sítio. Além disso, ficava suspensa a garantia de habeas corpus para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular (Motta, 2018, p. 202).

Ou seja, as imposições AI 5, foram relacionadas aos direitos civis da população, em seus mais diversos âmbitos, ou seja, nos direitos políticos, civis e na liberdade de expressão, por exemplo, como pode-se ver nas matérias jornalísticas. Assim sendo, outra reportagem a ser analisada foi veiculada no dia 1 de abril de 1978, portanto, 8 anos após a primeira, a qual foi comentada aqui. A reportagem foi exposta na primeira folha do periódico e contou com a manchete: "Solenidade e desfile marcam o 14º ano da Revolução." (FOLHA DE SÃO BORJA, 1978, p. 1). Seguindo, é proferido que ocorreram em 31 de março atividades alusivas à Revolução[43] e contou com a participação expressiva da população. Estiveram presentes representantes do Judiciário,

42 Em seu texto, o AI 5 menciona a palavra "recesso", quando comenta sobre a atribuição do Presidente da República em fechar o Congresso. Fonte: BRASIL. **Ato Institucional nº. 5**. Diário Oficial da União, 1968 Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 29 de maio de 2023.

43 Apesar do jornal denominar Revolução, já foi visto que o evento foi um golpe, que culminou com a deposição de João Goulart, em 1964.

do Executivo Municipal e do Exército. Ainda comenta o jornal que estes sujeitos estavam presentes no momento do hasteamento das bandeiras:

> Inicialmente foram convidados, respectivamente, o Prefeito João Carlos Mariense Escobar, o Coronel Francisco Pereira de Holleben e o Juiz de Direito Dr. Aristides Pedroso de Albuquerque, para hastear as bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul, e de São Borja, sob expectativa dos presentes (Folha de São Borja, 1978, p. 1).

O texto do periódico aponta que foram comentadas considerações do Coronel Francisco Pereira Holleben destacando a importância da Revolução. Ainda diz que, somente a partir do movimento é que a segurança e liberdade do país foram resguardadas. Para encerrar a solenidade: "[...] o Regimento desfilou frente ao Palanque Oficial retirando-se para o Quartel" (Folha de São Borja, 1978, p. 1).

FIGURA 2: Jornal Folha de São Borja, Edição nº 422, dia 1º de abril de 1978

SOLENIDADE E DESFILE MARCARAM 14º ANO DA REVOLUÇÃO

Ontem pela manhã aconteceram, na Praça XV de Novembro, as solenidades alusivas ao décimo quarto aniversário da Revolução de Março de 1.964, com a presença de grande público.
Inicialmente foram convidados, respectivamente, o Prefeito Municipal João Carlos Mariense Escobar, o Coronel Francisco Pereira de Holleben e o Juiz de Direito Dr. Aristides Pedroso de Albuquerque, para hastearem as Bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e de São Borja, sob a expectativa dos presentes.
Posteriormente o Coronel Francisco Pereira de Holleben fez uso da palavra, destacando a importância da Revolução na consolidação de um regime que *pudesse salvaguardar a liberdade e a segurança da Pátria*, cujo texto é *integralmente reproduzido nesta edição.*
Encerrando esta solenidade o Regimento desfilou frente ao Palanque Oficial retirando-se para o Quartel onde foi rezada uma missa pelo evento.
Constou do programa ainda, uma exposição de armas e materiais do Exército que ficaram expostos na praça para a visitação pública. A noite foi realizada uma Rústica Comemorativa, com livre participação de civis e militares.

folha de são borja

ANO 7 – nº. 422 Cr$ 4,00 | SÃO BORJA 01.04.1978

Pronunciamento do Cel Holleben

"O mundo de hoje, vive uma das fases mais conturbadas da história de todos os seus povos. Assistimos fatos estarrecedores que tanto acontece no oriente , como no ocidente, fatos estes, que contrariam os mais elementares princípios da moral cristã, a que nos acostumamos desde o nosso nascimento. Parece que a humanidade foi sacudida por um frenesi de ódio, de agressão, de desumanidade total. Seqüestros, atentados contra a vida de pessoas inocentes, acobertadas pela bandeira da contestação política, extravasam todo um ódio que a lei e a ordem até então reprimira. Procura-se destruir a célula - mãter da Pátria- que é a família - inoculando-a de sexo e tóxico, procurando dividi-la, colocando pais contra filhos e vice-versa, solapando o que de mais grato nos foi dado por Deus. À sombra de tudo isto, está a vaidade humana, o desejo de aparecer e ser saudado, não interessando os meios utilizados para tal fim. As sombras negras de uma terceira guerra mundial, paira sobre o mundo, como se já não bastassem as outras duas, que tanto sofrimento causaram à humanidade. Os interesses pessoais se sobrepõem aos da coletividade e ouvem-se constantemente pessoas que pregam uma crença que nao tem e moral que nao praticam. A maioria de nossos vizinhos e irmãos da América do Sul, são sacudidos dia a dia por perturbações da ordem, que causam a morte de cidadãos, pacatos e inocentes, e têm suas economias abaladas pela prática constante de uma política negra que só visa perturbar a ordem e atender a interesses pessoais de quem a pratica. Ao lado de tudo isto e dentro de todo este quadro, aparece uma Pátria, que apesar de ter sofrido todos estes percalços em tempos felizmente passados, apresenta-se como um fachô de luz em meio às trevas. Seus filhos podem usufruir livremente das dádivas naturais de nossa terra, de suas expressões mais autênticas como o carnaval e o futebol, por exemplo, ir e vir livremente, sem serem massacrados por uma bomba assassina. É um povo que nasceu sobre a égide da cruz e foi abençoado por Deus. Povo que em 1.964, ameaçados os nossos mais caros princípios de moral cristã, veio às ruas e, junto com as Forças Armadas, restituiu ao País a calma, a segurança e a liberdade ameaçadas. E é a este povo que neste momento nos dirigimos. À todas as classes políticas e sociais, conclamando-as à união em torno dos nosso princípios democráticos e cristãos; ao trabalho, para que cada vez sejamos maiores e gozemos das bênesses que o progresso nos traz e que por certo continuará nos trazendo no futuro para que não deixemos as falácias das sereias que cantam melodiosamente, nos encham os ouvidos de promessas que não podem cumprir e que nos mostram aos seus irmãos, sómente as coisas negativas, torcendo fatos e jogando com dados incompletos para nos convencerem que estão certos.

Meus senhores, queremos que fique bem claro: o governo não é contrário a uma oposição democrática. É contrário, isto sim, a uma oposição sistemática e contestatória, que procura destruir e denegrir até aquelas coisas que, qualquer homem de inteligência mediana, vê que foram feitas e estão sendo executadas para o bem do Brasil e de seu povo. Aproveito a oportunidade para ler um decálogo que nos chegou recentemente às mãos, pedindo aos que ouvem neste momento, que procurem associar e comparar as idéias nele expressas, com o que está ocorrendo atualmente no Brasil.

DECÁLOGO DA VITÓRIA COMUNISTA

1 - Corrompa a juventude e dê-lhe a liberdade sexual;
2 - Infiltre e depois controle todos os veículos de comunicação de massa;
3 - Divida a população em grupos antagônicos, incitando-os à discussões sobre assuntos sociais, mesmo que não relacionados com a causa comunista;
4 - Destrua a confiança das populações nos seus líderes;
5 - Fale sempre sobre a democracia e em estado de direito - mas assuma o poder, sem qualquer escrúpulo tão logo se apresente a oportunidade;
6 - Colabore para o esbanjamento dos dinheiros públicos; coloque em descrédito a imágem do país especialmente no exterior provoque o pânico e o desassôsego nas populações através da inflação;
7 - Promova greves, mesmo ilegais, nas industrias vitais do país;
8 - Promova disturbios e contribua para que as autoridades não os coibam;
9 - Contribua para a derrocada dos valores morais, a honestidade e a crença nas promessas dos governantes; nossos parlamentares, infiltrados nos partidos diversos, especialmente dos frágeis partidos democráticos, devem atuar os não comunistas, obrigando-os, sob pena de expor-lhes ao ridículo, dando-lhes pechas, a votar somente o que de interesse da causa comunista;
10 - Procure catalogar todos aqueles que possuam armas de fogo para que as mesmas sejam confiscadas no momento oportuno, tornando impossível qualquer resistência à nossa causa.

(Panfletos distribuídos em Dusseldorf - Alemanha pelos comunistas alemães aos soldados norte-americanos, em maio de 1.918, ao término da Primeira Guerra Mundial.)

Peço que reflitam e comparem o que foi lido com o que está ocorrendo no Brasil, de 1.977 para cá. E fiquem alertas contra as falácias de maus brasileiros, inocentes úteis.

Posso lhes assegurar, no entanto, que as Forças Armadas não esmorecerão no seu trabalho contra a subversão do comunismo internacional e,consciente disto, o Exército prosseguirá, como em 1.964, defendendo os ideais revolucionários, que se identificam com os vossos ideais e os do povo brasileiro, pois nós militares somos também povo, servindo sempre ao Brasil com despreendimento e lealdade."

Fonte: Acervo do Jornal a Folha de São Borja, 1978

Na solenidade, o Coronel Holleben, fez algumas considerações sobre o que pensa em relação a chamada Revolução de 1964. O mesmo comenta que o mundo passava um dos períodos mais conturbados da história, principalmente, no que tange a moral cristã. Seguindo, o militar comentou: "Parece que a humanidade foi sacudida por um frenesi de ódio, de agressão, de desumanidade total. Seqüestros, atentados contra vida de pessoas inocentes, acobertadas pela bandeira da contestação política, extravasam todo o ódio que a lei e a ordem até então reprimira." (Folha de São Borja, 1978, p. 1). Depois, afirma que o Brasil foi livrado dessas mazelas e que seu povo pode usufruir, na forma da liberdade, dos aspectos naturais do país, do futebol e do carnaval, considerado por ele, expressões autênticas do Brasil.

É importante ressaltar sobre a questão da liberdade abordada pelo autor da fala, pois é dito que os brasileiros possuem direitos de ir e vir. No entanto, o interlocutor está proferindo inverdades, pois os Atos Institucionais feriram liberdades de expressão, políticas e civis dos moradores. "Seus filhos podem usufruir livremente das dádivas naturais de nossa terra, de suas expressões mais autênticas como o carnaval e o futebol, por exemplo, ir e vir, sem serem massacrados por uma bomba assassina." (Folha de São Borja, 1978, p. 1). Não é possível, deste modo, ter-se liberdade, na medida que normativas jurídicas restringem a população. Na próxima figura podemos visualizar na íntegra a reportagem.

Outro ponto destacado por Holleben é relativo à moralidade cristã. Segundo comentava, o Brasil surge sob a cruz e as bênçãos de Deus e que os moradores viam este movimento ameaçado antes de 1964. Aponta o povo, assim, juntamente com os militares, como participantes da operação de depôs o Presidente João Goulart em 1964. "Povo que em 1964, ameaçados os nossos mais caros princípios de moral cristã, veio às ruas, e junto com as forças armadas resistiu ao País a calma, a segurança e a liberdade ameaçadas." (Folha de São Borja, 1978, p. 1). É possível que se note o apelo moral e religioso à população, principalmente, nos princípios cristãos. Deste modo, conforme o Coronel Holleben, estas palavras deveriam ser destacadas à população. Para além disso, destaca a oposição, que pode ocorrer, porém, deve ser democrática. "É contrário, isto sim, a uma oposição sistemática e contestatória, que procura destruir e denegrir até aquelas coisas que, qualquer homem de inteligência medida, vê que foram feitas e estão sendo executadas para o bem do Brasil." (Folha de São Borja, 1978, p. 1). De forma genérica, o autor não aponta os aspectos a serem destruídos ou denegridos, e lembra que pode haver oposição, porém, sem contrariar as barbáries do regime.

Por fim, o Coronel aponta premissas para a "Vitória Comunista",[44] no qual teve acesso, ou seja, ideias ditas comunistas e que poderiam chegar ao êxito, caso não fosse a vitória do grupo militar em 1964. Para compor sua reflexão, o autor pede que os ouvintes relacionem as palavras com o contexto vigente no Brasil naquele período. Ao todos, são 10 comentários que o mesmo dirigiu ao público, entre eles estão: o fato que os comunistas querem corromper a juventude através da liberdade sexual; infiltração em veículos de massa; divisão da população em grupos antagônicos; a destruição da confiança dos habitantes nos líderes; comentar sobre democracia e direitos, não praticar isso, ou seja, tomar o poder e retirar estes direitos. Nos cinco primeiros itens, é possível visualizarmos que algumas práticas são desenvolvidas pelo governo militar, como retirar direitos políticos da população e censurar a imprensa, atos objetivamente contrários ao regime democrático.

A liberdade é uma garantia considerada essencial para a dignidade humana, conforme Marilena Chauí explica, "A liberdade declara que todo cidadão tem o direito de expor em público seus interesses e suas opiniões." (CHAUÍ, 2012, p. 151). Diante disto, se analisar o contexto político da ditadura civil-militar (1964-1985), tal direito foi severamente destruído com a implementação dos Atos Institucionais, pois através deles ocorreu uma repressão sistemática aos direitos civis e políticos. Desta forma, essas medidas adotadas serviram para restringir e controlar a liberdade dos cidadãos, passando a extinguir qualquer apelo de demonstração dos traços democráticos durante este período.

Por fim, os cinco últimos comentários acerca dos comunistas estão: esbanjamento do dinheiro público, desassossego na população através da inflação e descrédito da imagem externa do país; promoção de greves nos meios industriais; promoção de distúrbios; trabalhar para o fim dos valores morais da sociedade; e por fim, procurar quais cidadãos possuem armas, para que sejam desarmados. É considerável que se diga: as ideias expressas pelo Coronel Francisco Pereira de Holleben fazem parte de um conjunto de informações que circulam e são atribuídas a Vladimir Lenin.[45] Assim, é importante que se diga: esta informação circula há muitos anos, sendo usada para promover terror social. Ao final, o militar afirmar:

44 "O decálogo de Lenin", ou como foi chamado pelo Coronel Holleben, "O decálogo da Vitória Comunista", é uma série de premissas que, conforme este texto aponta rumos para a tomada do poder a partir do comunismo. No entanto, estas narrativas circulam para disseminar o terror político na população.

45 Em toda a obra de Vladimir Lenin, não é possível encontrar tais ideias, pois o autor não as escreveu e apenas são encontradas publicações sem comprovações. Um dos indivíduos que propagou esta informação é o Deputado Federal Marco Feliciano (PL-SP). Disponível em: https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/photos/a.177040895769271/843941015745919/?type=3&locale=pt_BR. Acesso em: jun. de 2023.

> Posso lhe assegurar, no entanto, que as Forças Armadas não esmorecerão no seu trabalho contra a subversão do comunismo internacional e, consciente disto, o Exército prosseguirá, como em 1.964, defendendo os ideais revolucionários, que se identificam os vossos ideais e os do povo brasileiro, pois nós militares somos também povo, servindo ao Brasil com despreendimento e lealdade (Folha de São Borja, 1978, p. 1).

A democracia e os direitos políticos foram destituídos no Brasil a partir do golpe de 1964 e tiveram sua consolidação jurídica através dos Atos Institucionais. Em síntese apontam Fregonezi e Priori (2017), os AI's foram documentos que fragmentaram qualquer ideia de liberdade ao povo brasileiro. "Os Atos Institucionais quebram com qualquer ideal de liberdade no Regime Militar, apesar deste ainda tentar passar para a população uma falsa imagem de democracia" (FREGONEZI; PRIORI, 2017, p. 2471). Os autores ainda comentam que, os militares, se auto-clamavam como o único grupo a defender o país contra a ameaça comunista.

Diante deste contexto, surgem reflexões acerca da democracia diante ao golpe civil-militar (1964). Considerando que ela excede características superficiais, uma sociedade é considerada democrática quando além das práticas políticas institui e protege os direitos individuais e coletivos dos cidadãos, as ideias de igualdade e liberdade enquanto os direitos civis implicam que as divergências de opinião, as lutas por direitos e as disputas políticas são parte integrante do funcionamento democrático, os conflitos são vistos como forma de expressão e de busca por mudanças e transformações sociais.

Portanto, conforme foi visto nesta seção deste artigo, é possível identificar que houve a propagação do termo "Revolução" no periódico Folha de São Borja, criado no município homônimo. Além disso, é possível notar que a ruptura democrática de 1964 é comemorada pelo jornal, que não tece críticas ao movimento, nem aponta considerações acerca do regime ditatorial instaurado com a anuência de civis e militares na primeira metade da década de 60, do século XX. Outro ponto necessário que se destaque, diz respeito ao envolvimento de diferentes segmentos sociais do município, ou seja, religiosos, educadores, políticos e militares, conforme mostrado na edição de 1970 e 1978.

Conclusão

Neste trabalho, buscamos apresentar o contexto político e social do Brasil, antes de 1964 e após a ruptura democrática assolada a partir de 31 de março des-

te ano. Entre as afirmações, podemos destacar: o movimento antidemocrático contou com a participação de civis e militares e esteve presente em outros países da América Latina, como Argentina, Uruguai e Chile, como parte de deposições e rupturas políticas observadas durante a Guerra Fria.

Para compor as reflexões, fizemos a utilização dos conceitos de golpe e revolução. Em síntese, um golpe é uma forma de destituição política sob vias ilegais, ou seja, sem o consentimento democrático. Já uma revolução faz parte de um processo de transformação, tanto em aspectos econômicos, sociais e políticos experimentados por um país ou território. Como consequência desta pesquisa, evidenciamos que o movimento político praticado contra João Goulart foi um golpe, pois o derrubou da presidência e cassou direitos políticos, civis e sociais dos brasileiros. Além do mais, governou mediante censuras em veículos midiáticos, tais como os jornais, que aqui apresentamos.

Nas reportagens examinadas, notamos o conceito de Revolução empregado em comemorações que marcam o dia da ruptura institucional de 1964. Como já foi comentado, o dia 31 de março do ano em questão, foi marcado por um golpe e não por um processo revolucionário, como apresenta a Folha de São Borja. Ao analisarmos as matérias, constata-se que não existem comentários contrários ao regime ditatorial em questão, apenas menções que ilustram as comemorações do evento. Outros aspectos são relativos ao envolvimento de civis com a solenidades, ou seja, é noticiado que em comemoração houve missas, partida de futebol e envolvimento das escolas do município. Por outro lado, as notícias não apontam protestos e represálias ao evento.

Outro ponto a ser destacado, está relacionado ao discurso proferido, em 1978, pelo Coronel Francisco Pereira de Holleben, no qual aponta movimento para o povo comemore o movimento dos militares, pois, segundo suas palavras, livraram o Brasil do comunismo. A colocação principal em sua fala diz respeito às 10 premissas para vitória comunista, ou seja, pontos a serem implementados para o êxito deste regime. Pode-se afirmar de forma categórica que o Brasil não tinha riscos de movimentos comunistas e que os destaques do Coronel apenas espalham pânico e inverdades à população.

Em próximas pesquisas, é possível buscarmos outros periódicos, assim como investigar na Folha de São Borja, se existem outras matérias relacionadas à temática. Assim, é possível afirmarmos com mais qualidade como o período era narrado nos jornais do município. No entanto, vimos nas duas reportagens

que, o evento de comemoração do golpe, erroneamente chamado de Revolução no texto jornalístico, foi veiculado sem qualquer contrapartida e divulgado somente sob aspectos harmônicos. Não é possível que façamos afirmações sobre o envolvimento do periódico com o regime ditatorial brasileiro iniciado em 1964, no entanto, podemos comentar que o mesmo publicou, sem ressalvas, as comemorações da ruptura democrática nos anos 1970 e 1978. Não é possível dizer que os escritos foram veiculados em função à ditadura civil-militar, pois, nos anos de publicação existia censura aos veículos de imprensa. Em próximas investigações, é possível procurar em outras edições do mesmo jornal, a fim de encontrarmos possíveis respostas à consideração anterior. Entrevistas com sujeitos que vivenciaram o momento, de mesma forma podem ser realizadas, para que possamos melhor compreender os acontecimentos que marcaram a Ditadura Civil-Militar brasileira, iniciada em 1964.

Referências

ARRAES, Marcos Alexandre. **Guerra Fria**: uma arqueologia do conceito (e sua atualidade) a partir do ocidente. Cadernos do CEOM, 2019. Disponível em: https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/4619. Acesso em: 20 de maio de 2023.

ARGON, Alexandre; GONÇALVES, Patrícia. **Ideologia e polarização política no Brasil**: origens, causas e consequências. Revistas Humanidades e perspectivas, 2022. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/157. Acesso em: 29 de maio de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Biografia**. Biblioteca da Presidência da República, 2023. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/biografia. Acesso em: 29 de maio de 2023.

BRASIL **Ato Institucional nº 1**. Diário Oficial da União, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 29 de maio de 2023.

BRASIL **Ato Institucional nº 2**. Diário Oficial da União, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 29 de maio de 2023.

BRASIL **Ato Institucional nº 4**. Diário Oficial da União, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso em: 29 de maio de 2023.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**. Diário Oficial da União, 1968 Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 29 de maio de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BORJA. **Atas Sessões Extraordinárias de 1964**. Arquivo da Câmara Municipal de São Borja. Rio Grande do Sul, Brasil, 1964.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada** - Decreto nº 53.700, de 13 de Março de 1964 - Publicação Original. Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco--1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 de maio de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada** – Decreto nº 53.701, DE 13 DE MARÇO DE 1964 – Publicação Original. Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53701-13-marco--1964-393663-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 de maio de 2023.

CAMARGO, Aspásia. **Memória das Ligas Camponesas (1955-1964)**. Documentos Revelados, 2016. Disponível: https://documentosrevelados.com.br/memoria-das-ligas-camponesas-1955-1964/. Acesso em: 29 de maio de 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Democracia e Sociedade Autoritária**. Comunicação e Informação, v. 15, n. 2, 2012. Disponível em: https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24574. Acesso em: 29 de maio de 2023.

CODATO, Adriano Nervo. **O Golpe de 1964 e e Regime de 1968**: Aspectos Conjunturais e Variáveis Históricas. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 40, n. 1, jun. 2004. ISSN 2447-8261. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2735/2272. Acesso em: 21 maio 2023.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório** - Tomo I - Parte II - Perseguição ao Movimento Estudantil Paulista. Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguicao-ao-Movimento-Estudantil--Paulista.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2013.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A marcha da família com Deus pela liberdade em São Paulo**: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. Revista de História (São Paulo), 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rh/a/N3y4qtLG8XkgR3gKP9yvwBm/. Acesso em: 30 de maio de 2023.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964**: memória, história e historiografia. Repositório Universidade Nacional de Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/7637. Acesso em: 20 de maio de 2023.

FIGLINO, Beatriz. **Guerra fria**: um período, três olhares. Encontro de Pesquisa em Relações Internacionais, 2015. Disponível em: http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/publicacao.asp?codTrabalho=MTg1ODg=. Acesso em: 06 de julho de 2023.

FOLHA de São Borja. **Edição nº 7**. Arquivo da Folha de São Borja, 7 de abril de 1970. São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil, 1970.

FOLHA de São Borja. **Edição nº 422**. Arquivo da Folha de São Borja, 1º de março de 1978. São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil, 1978.

FONTENELLE, André. **Há 50 anos, país passava a ter só 2 partidos**. Senado Federal, 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/10/02/ha--50-anos-pais-passava-a-ter-so-2-partidos. Acesso em: 29 de maio de 2023.

FREGONEZI, Rute Maria Cham; PRIORI, Ângela. **A ditadura militar no Brasil**: golpe, repressão e tortura. VIII Congresso Internacional de História. XXII Semana de História. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3897.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2023.

FREITAS, Vanessa Rocha de; GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **O movimento estudantil como forma de resistência à ditadura civil-militar (1964-1968)**. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/vanessa_rocha_de_freitas.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2023.

GREGÓRIO, Mariany. **O sindicalismo brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos**. Em debate, UFSC, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/21723-Texto%20do%20Artigo-69683-2-10-20120103.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2023.

LARA, José Victor de. **A Participação dos Estados Unidos no Golpe Civil-militar de 1964**: breves apontamentos para uma revisão historiográfica. Anais do XV Encontro Regional de História, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468195370_ARQUIVO_trabalho_anpuh_2016.pdf. Acesso em: 21 de maio de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MENEZES, Paulo Carlos Santos. **O golpe militar de 1964 e resistências**: a resistência da resistência por trás das linhas inimigas. VII Semana de Mobilização Acadêmica (SEMOC), Universidade Católica de Salvador, 2004. Disponível em: http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1733/1/O%20golpe%20militar%20de%201964%20e%20resist%C3%AAncias.pdf. Acesso em: 8 de junho de 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 de maio de 2023.

PEREIRA, Priscila Oliveira. **Golpe civil-militar e a participação dos governadores em 1964**. Revista Tempo Amazônico, 2020. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=2117. Acesso em: 21 de maio de 2023.

RICHTER, Daniela; FARIAS, Thieser da Silva. **Ditadura Militar no Brasil**: dos instrumentos jurídicos ditatoriais para a democracia outorgada. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 11, no 3, setembro-dezembro, 2019, p. 381-405. Disponível em: https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v11n3a32019.pdf. Acesso em: 21 maio de 2023.

ROLIM, Tácito Thadeu. **Neste caso, quando o termo "imaginário político" é empregado, remete-se ao contexto**. Tese (Doutorado) - Curso em Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/1362/projeto/Tese-tacito-thadeu-leite-rolim.pdf. Acesso: 08 de julho de 2023.

ROSSI, Lucas Orsi. **A renúncia de Jânio Quadros como crise constitucional e a saída parlamentarista para a posse de Jango**. RED Unb, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/29920. Acesso em: 22 de maio de 2023.

SOARES, Ary Dillon. **21 anos de Regime Militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Edição Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUZA, Sérgio Rodrigues de. O que diferencia, de fato, um golpe de uma revolução?. Anais da XI Semana de História UFES – **Anais** da Semana de História. UFES: 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23117/15710. Acesso em: 21 de maio de 2023.

NARRATIVAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SEUS CRÍTICOS: CONTRADIÇÕES E DILEMAS

Leandro C. D. Conde[46]

RESUMO: Aqui se propõe um olhar crítico no sentido de uma tentativa de síntese das narrativas sobre o "desenvolvimento econômico capitalista", trazendo as discussões e os embates que permeiam sua elaboração conceitual e institucional. Este trabalho versa, assim, sobre a construção de um entendimento generalizado do desenvolvimento que funcionaria como um fio condutor na agenda da cooperação internacional, tendo aliado a ele outros objetivos políticos, que podem estar claros ou não ao longo. Trata-se de um esforço teórico-descritivo, ancorado na análise da literatura especializada, aliada à revisão bibliográfica. Portanto, o presente manuscrito tem a pretensão de apresentar uma crítica ao "desenvolvimento" enquanto uma crença ocidental e instrumento político.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Crítica; Política; Cooperação.

46 Professor Adjunto de Ciência Política na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no curso de Ciências Sociais – Ciência Política, Campus São Borja. Pesquisa sobre cooperação internacional para o desenvolvimento e análise de política externa. *E-mail:* leandroconde@unipampa.edu.br.

Introdução

Em 1963, Maha Thray Sithu U Than, Secretário Geral interino das Nações Unidas conclamou aos presentes na Assembleia Geral a proclamar a "Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento". O comunicado introduz temas em torno do desenvolvimento que constituiriam a argumentação basilar de todos os discursos sobre o desenvolvimento a partir de então:

> O desenvolvimento não é apenas sinônimo de crescimento econômico. É um crescimento econômico acompanhado de transformações. As intenções, é claro, a luta contra o reducionismo econômico, mas sem negar, apesar disso, o carácter determinante da economia. O "núcleo duro" do "desenvolvimento" é claramente o crescimento, mas que temos de acrescentar algo, neste caso, "algumas mudanças" que ainda estão por definir. Trinta anos mais tarde PNUD dirá. "Assim como o crescimento econômico é necessário para o desenvolvimento humano, o desenvolvimento humano é essencial para o crescimento econômico" (Rist, 2002, p. 108-109).[47]

Embora o relatório de U Thant para a "Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento" tenha lançado as bases para o discurso do desenvolvimento nos anos seguintes, isso não significa que novos conceitos mais elaborados e novas metas não tenham surgido. A década de 1960 cumpriu o papel de elaborar o marco geral do desenvolvimento que segue atual até hoje, deu forma mais precisa ao Ponto IV de Harry Truman, presidente dos Estados Unidos, em 1949, o desenvolvimento ganhou as mentes tanto ao Norte quanto ao Sul da geopolítica mundial (CONDE, 2021).

A estratégia do Ponto IV precisaria completar dois condicionantes para seu êxito, o primeiro se tratava da descolonização e o segundo de convencer a "opinião internacional" de que o desenvolvimento só traria seus frutos prometidos se contasse com um esforço mundial. O contexto da Guerra Fria, que poderia parecer adverso para os objetivos do Ponto IV, acabou avançando a agenda do desenvolvimento. Isto, pois, ao paralisarem o sistema das Nações Unidas pelo emprego do veto, os três D avançaram na agenda da ONU para o lugar de protagonismo, são eles: diretos humanos, descolonização e desenvolvimento (RIST, 2002).

Entra em cena Walt. W. Rostow com seu célebre texto "As Etapas do Crescimento Econômico: Um Manifesto Não-comunista", publicado em 1960, que res-

47 Tradução do autor.

ponde uma questão fundamental que se colocava em sua época: "Como criar o caminho para o desenvolvimento?". Ele mostra como os países do Terceiro Mundo, em referência aos países avançados, poderiam se desenvolver e como a via comunista não deveria ser o meio para tanto. A teoria de Rostow foi uma das mais controversas e debatidas no campo do desenvolvimento econômico naquele período: para alguns se trata de um "manifesto não comunista"; para outros, a abordagem de Rostow utiliza dados de grandes agregados, também utilizados por outros economistas proeminentes como Kuznets e Nurkse (SARMENTO, 2012). A generalização "simples" de Rostow parte da Inglaterra como epicentro de mudanças na sociedade moderna, a Revolução Industrial, fazendo uso dos dados sobre razão capital-produto, formação bruta de capital fixo, renda nacional e demografia, a fim de mapear os principais pontos que caracterizam as etapas do desenvolvimento econômico de certas nações.

Desta forma, a teoria da modernização tornou-se tão atrativa aos tomadores de decisão ao redor do mundo, pois ela apresentava uma forma de criar e de promover o desenvolvimento econômico. Para os adeptos da proposição de Rostow, bem financiados programas de cooperação econômica poderiam servir como o estímulo necessário para que os países atingissem o estágio de "*take-off*", rumo ao crescimento econômico e desenvolvimento. No caso dos países latino-americanos, sobretudo Brasil, Argentina e México, estariam dentro do segundo estágios elaborado prontos para o "*take-off*", à espera do estímulo necessário (SARMENTO, 2012).

Rostow tornou-se membro do governo Kennedy e aconselhou a política de cooperação dos Estados Unidos naquele período, período anterior ao lançamento da "Aliança para o Progresso". Ele chamava atenção para o erro do governo anterior de Eisenhower que gastava os recursos da cooperação em projetos militares e programas de curto-prazo. Os projetos de cooperação dos EUA precisavam visar ao longo-prazo, também desembolsar os recursos necessários para impulsionar os países no sentido do desenvolvimento de forma que os países possam a partir dos próprios recursos seguir em frente (TAFFET, 2007, p. 22). Esse era o único caminho, cristaliza-se a ideia de que era preciso ajuda-los a aprender como crescer (DIAS CONDE, 2021).

A teoria da modernização exercia poder de sedução tanto para o Norte quanto para o Sul. Ao Norte a modernização servia para a manutenção das políticas que favoreciam o crescimento interno e a ajuda internacional em oposição a

estratégia comunista; ao Sul a teoria da modernização trazia consigo a promessa de um futuro melhor. A "inquestionabilidade" do crescimento econômico estava ligada a fé na ciência e tecnologia e a esperança de levar a prosperidade material para o resto do mundo. O crescimento econômico pressupunha a existência de uma linha contínua entre os países pobres e ricos, conferindo caráter progressivo, ordenado e estável aos processos de acumulação e desenvolvimento levando países considerados atrasados ao status de países desenvolvidos. O Sul deveria fazer dentro de poucas décadas transformações econômicas e políticas que os países do Norte levaram algumas gerações para atingir, esse processo deveria ser acelerado desde os primeiros programas de transição econômica nas sociedades do Sul (ANDREWS; BAWA, 2014).

A teoria rostowniana, que apresentamos esquematicamente acima, representa os interesses do *establishment* estadunidense e internacional, ao passo que a teoria da dependência se localiza no outro campo reunindo opositores e críticos à política dos Estados Unidos. Denunciando a desigualdade no funcionamento do sistema internacional que minava a prosperidade do Sul e ao mesmo tempo exacerbava sua situação de dependência e dominação, a "escola da dependência" surge congregando intelectuais de distintas disciplinas, sem um limite claro de atuação, mas com raízes claras no continente Americano. Entre seus principais nomes, inicialmente destacam-se: Paul Baran, Paul Sweezy, Raúl Prebisch, Osvaldo Sunkel com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, Celso Furtado, Andre-Gunder Frank, Orlando Fals Borda e Rodolfo Stavenhagen.

O Imperativo do Crescimento Econômico e seus Críticos

A teoria cepalina e a teoria da dependência foram os aportes mais importantes da América Latina para o debate sobre o desenvolvimento. Trata-se do maior esforço no Sul de se pensar uma teoria autônoma a respeito dos problemas específicos de uma economia periférica. A duas, de forma geral, ressaltam que o subdesenvolvimento é um fenômeno que tem suas raízes históricas e particularidades que precisam ser compreendidas para serem superadas. Uma das ideias principais tanto para os cepalinos quanto para os teóricos da dependência é a divisão do mundo capitalista entre um centro e uma periferia, embora essa elaboração já tenha sido feita pelas teorias do imperialismo no século XX, as duas

teorias dão maior consistência e uma perspectiva vinda da própria periferia (GONÇALVES, 2006). Inicialmente nas Américas, mas posteriormente também abrindo frentes de investigação nos outros continentes com nomes como Samir Amin, Pierre Jalée, Dieter Senghas e Johan Galtung, ou seja, tornando-se uma teoria do Sul sobre o desenvolvimento.

As origens da teoria da dependência na América Latina remontam aos anos 1950 com a CEPAL, no Chile, encarregada de promover o desenvolvimento na América Latina, sob a direção de Raúl Prebisch, que em 1964, viria a ser o primeiro secretário geral da UNCTAD. Criticando a doutrina dominante de sua época, a CEPAL afirmava que os países da periferia não deveriam se especializar em exportadores de matéria prima, mas sim no desenvolvimento de sua indústria e, para tanto, o caminho via substituição de importações era o indicado, sem abrir mão do capital estrangeiro nesta tarefa. O fortalecimento do Estado para que este intervenha a fim de prevenir as desigualdades via reforma agrária e melhor distribuição dos investimentos eram medidas indicadas pela Comissão que, embora mínimas, eram encaradas como "socialismo camuflado" pelo centro.

As formulações cepalinas impactaram o ideário latino-americano influenciando academia e vários governos da região em suas políticas econômicas. A teoria do desenvolvimento periférico da Cepal elabora um amplo e original *corpus* analítico, que forneceu um instrumento próprio para a compreensão dos processos de transformação de economias periféricas, olhando para os países latino-americanos (GONÇALVES, 2006).

Uma das linhas de expansão da economia industrial europeia foi em direção as suas antigas colônias, nesse caso, toda a América Latina, por exemplo, financiando as atividades produtivas exportadoras, que veio a caracterizar o setor capitalista da região. A América Latina se integrou no sistema de divisão internacional do trabalho da ordem econômica internacional de forma rápida basicamente por três fatores: a disponibilidade de terra e mão de obra farta; devido a um importante grupo social burguês voltado para a produção e exportação para o mercado internacional; e pela capacidade do Estado como uma organização político-burocrática capaz de ser instrumento desse grupo social para apoiar e superar os obstáculos dessa inserção (GONÇALVES, 2006).

Para os cepalinos, a divisão internacional do trabalho, onde a periferia se especializava pela produção de produtos primários para exportação para os países centrais, esses que, por sua vez, proveriam aos países periféricos produtos manu-

faturados gera um abismo entre os países. O centro experimentaria elevado desenvolvimento industrial, progresso técnico em todos os setores de sua economia e a melhoria de vida de sua população. A periferia, nessa relação, agregaria somente progresso técnico aos setores voltados à exportação e manteria o restante dos setores econômicos em condições de atraso com grande parte da população na pobreza. Diante dessa constatação, surge a tese da deterioração dos termos de troca, que impacta negativamente na periferia. Isso porque à medida que os países centrais produziam avanços técnicos, esses ajudariam a poupar matérias-primas, e elevar sua produtividade sem muito onerar a produção. Contudo, para os países periféricos esses avanços do centro refletem a diminuição de suas exportações e com isso a queda do preço relativo dos produtos primários em relação aos produtos industrializados no mercado internacional.

Esta situação garante aos países centrais dinamismo em sua economia, uma vez que essa vem do reinvestimento da renda poupada, mas nos países periféricos, o reinvestimento dessa renda não ocorre diretamente no país, o que produz uma estrutura dual, em que convive um setor com uma estrutura capitalista e outro que permanece com uma estrutura pré-capitalista. Por sua vez, o dualismo das economias periféricas faz com que a concentração da renda oriente o investimento, que leva a redução da eficiência econômica e a estagnação. Essa situação na América Latina tornou-se estrutural já que o marco institucional dos países é controlado por grupos que obtém vantagem dessa concentração de renda (GONÇALVES, 2006).

A teoria cepalina, embora tenha representado um avanço frente à teoria ortodoxa do desenvolvimento, sustentou a ideia do desenvolvimento enquanto um *continuum*, no qual o subdesenvolvimento seria um processo histórico da acumulação. Sua preocupação era permitir que os países latino-americanos, através da adoção de políticas necessárias, pudessem atingir o desenvolvimento. As críticas da esquerda à CEPAL denunciavam a Comissão por não estar interessada além da acumulação de capital, sem se preocupar com as condições da acumulação, isto é, as relações de classe. É neste ponto em que se insere a teoria da dependência, repensando o modelo cepalino, aportando outra interpretação da realidade social e econômica da América Latina. Os intelectuais da teoria da dependência criticavam aqueles que afirmavam que o capitalismo era inviável na periferia do sistema mundial. Quando o desenvolvimento capitalista também ocorreria na periferia, mas sob a forma de subdesenvolvimento (RIST, 2002).

Para seus teóricos, a dependência se dá na subordinação entre o centro e a periferia, ela limita o desenvolvimento da periferia, sua situação de atrasada frente ao centro não se explica simplesmente pela condição de exportadora de matérias primas, mas pelo padrão capitalista dos países e sua inserção no sistema capitalista internacional. A superação dessa situação não viria da industrialização, mas do rompimento da dependência, o que é uma questão estrutural. Para Teotônio dos Santos (2008), a situação de dependência não se explica somente pela relação externa, mas ela é uma condição interna que estrutura as sociedades latino-americanas, na medida em que favorece as burguesias dominantes da região.

A teoria da dependência rompe com a ideia do desenvolvimento enquanto um *continuum* que enxergava no subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo. Seus teóricos enxergam ambos os processos como realidades distintas e contrapostas, embora fazendo parte de uma estrutura comum. O subdesenvolvimento passa a ser encarado como uma forma específica do capitalismo, produto do desenvolvimento capitalista mundial. A Teoria da dependência trouxe importantes contribuições ao campo do desenvolvimento, sobretudo, frente ao "etapismo" do desenvolvimento econômico tão forte a época. Foi graças aos teóricos da dependência que o fenômeno do "desenvolvimento" e do "subdesenvolvimento" pôde ser pensado de outra forma que não a que havia sido estabelecida como etapas do crescimento econômico. Mas pela visão histórica das transformações do capitalismo na periferia em função de como este está inscrito no sistema capitalista mundial.

A teoria da dependência pode ser classificada em duas grandes correntes - o que não esgota as possibilidades de classificação de seus autores e suas visões: a corrente weberiana cujos expoentes são Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; e a corrente marxista, que tem André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, e no Brasil Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, como principal expoente.

A corrente weberiana da dependência, conhecida também como da "interdependência", ou do capitalismo dependente-associado, também surge fruto das críticas às teorias econômicas tradicionais. Ela parte da crítica às proposições cepalinas, diante do fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista. Cardoso e Faletto (1981) argumentam que o "desenvolvimento para dentro", muito defendido a época era incapaz de produzir as modificações que criariam uma sociedade dotada de autonomia política e econômica capaz de ordenar seu próprio caminho de desenvolvimento. Era então

preciso fazer uma análise do capitalismo latino-americano a fim de compreender historicamente como ele se constituiu e reproduziu sua base produtiva, e como as economias nacionais se integrarem ao mercado internacional (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Essa corrente demonstra que o mesmo regime de acumulação dos países industrializados não pode simplesmente ser reproduzido na periferia e que a periferia não está fadada ao papel de exportadora de matérias primas, podendo se desenvolver, mas de forma dependente associada tendo em vista a estrutura política interna e a dominação exterior.

A corrente marxista da dependência parte da constatação de que as economias latino-americanas apresentariam características que as impedem de se desenvolverem na mesma trajetória que as economias consideradas avançadas trilharam. Para a corrente marxista, a dependência é uma relação de subordinação entre Estados formalmente independentes, mas que têm suas economias condicionadas ao crescimento de outras. Assim, os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão das economias centrais, que por sua vez, seriam capazes de se autossustentar dado seu elevado desenvolvimento técnico (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Para esta corrente, a compreensão do processo de formação socioeconômico latino-americano passa, impreterivelmente, pela integração da região à economia capitalista mundial. Ao passo que países centrais controlariam os mercados, os países periféricos perderiam o controle sobre seus próprios recursos, visto que o setor exportador de produtos primários levaria a transferência da renda obtida aos países centrais na forma de juros e dividendos. Isso revela que a relação desigual está no cerne da relação entre centro-periferia, porque uma parte do sistema se desenvolve sob o subdesenvolvimento de outra. Diante dessa situação, mostrava-se impossível escapar da armadilha da condição dependente, embora houvesse liberdade no manejo da política econômica.

Essa relação decorre da forma como os países da região se inseriram no comércio internacional, que já era dominado pelos países centrais. A inserção latino-americana como fornecedora de produtos primários responderia às necessidades físicas da acumulação nos países industrializados, que foi fundamental para o desenvolvimento industrial nos países centrais (SANTOS, 2008). No entanto, o que coloca a periferia dependente das mudanças nas economias centrais é a deterioração dos termos de troca, síntese do intercâmbio desigual de mercadorias entre os países, permitindo que sejam realizadas transferências de valor, ao invés de ser a expressão de trocas equivalentes.

Apesar dos importantes aportes da teoria da dependência, ela traz consigo problemas que precisam ser destacados, dentre eles: primeiro, a ideia de que o desenvolvimento do centro dependeu e seguia dependendo exclusivamente do subdesenvolvimento da periferia; segundo, a oposição, ponto a ponto, da teoria da dependência com a da modernização, que faz questionar se a oposição centro/periferia não seria outra versão da dicotomia tradição e modernidade; terceiro, a teoria da dependência também não se preocupa com os aspectos culturais e subjetivos do desenvolvimento, nem sobre as consequências ambientais da industrialização (RIST, 2002, p. 140-141).

Novos Adornos do Desenvolvimento

Em 1970, as Nações Unidas proclamam a "Segunda Década para o Desenvolvimento", trazendo o conceito de "estratégia" de desenvolvimento global e integrado. No mesmo ano, na Conferência de Lusaka, os países não-alinhados adotam o princípio de "autonomia coletiva" cujas sementes foram plantadas em Bandung, convocando para uma sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU a fim de se discutir a produção de matérias-primas e o desenvolvimento.

Celebrada em abril de 1974, a sessão torna pública a "Declaração para a instauração de uma nova ordem econômica internacional" (Resolução nº 3.201, 1º de maio de 1974), dotada de um "Plano de Ação para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica" (Resolução nº 3.202, 1º de maio de 1974). Esta declaração foi seguida, em dezembro do mesmo ano, pelo lançamento da "Carta dos direitos e deveres dos Estados" (Resolução nº 3.281, 12 de dezembro de 1974), anunciando assim as bases da NOEI (RIST, 2002). Na vanguarda desse processo e na elaboração dos textos estavam o Presidente argelino, Huari Bumedian, o Chá do Irã, o Presidente mexicano, Luis Echevarría Álvarez, e o antigo presidente do Grupo dos 77 e secretário geral da UNCTAD, o venezuelano Manuel Pérez Guerrero.

A NOEI representava a preocupação dos países em desenvolvimento quanto à situação da desigualdade econômica e social no sistema internacional. Nesse sentido ela pressupunha o surgimento de uma nova noção do Direito Internacional que se converteria num instrumento de mobilização da sociedade internacional capaz de reconhecer e corrigir os desequilíbrios econômicos entre os Estados. As principais reivindicações da NOEI eram: estabilidade de preços para commodities e matéria prima, transferência de recursos de países ricos para pobres, industriali-

zação e tecnologia, acesso a mercados, reforma no Sistema Monetário Internacional e maior poder nos fóruns internacionais para os países em desenvolvimento.

Entretanto, para Rist (2002), a NOEI contém ambiguidades em suas principais intenções: a crítica dos Estados do Sul a ordem internacional deve-se ao fato de que estes não logram enriquecer, porém, a nova ordem nada mais séria do que a partilha dos benefícios do crescimento econômico, sem uma mudança nos meios para se atingir o desenvolvimento – industrialização. Embora critique as empresas transnacionais e o capital financeiro, e arroguem o direito à "autonomia coletiva" e a defesa da igualdade soberana dos Estados, o que já aparece em Bandung, a NOEI continua a reforçar a antiga ordem ao não propor algo novo para a promoção do desenvolvimento que se mantém nas mesmas bases do pensamento dominante: o crescimento econômico, a expansão do comércio internacional e o incremento da ajuda internacional dos países industrializados. A crítica de RIST é de natureza construtivista, sobre a natureza do conceito de desenvolvimento adotada pelos formuladores e apoiadores da NOEI.

Outro aspecto crítico, agora de natureza material, ainda merece destaque. Diferentemente da teoria da dependência, que enxergava o internacional como um campo onde se davam os efeitos da dominação dos Estados periféricos, problematizando a participação dos países no comércio internacional, a NOEI, por sua vez, enxergava na expansão do comércio internacional o motor do crescimento dos países do Sul. Potencializando o acesso aos mercados dos países industrializados, aumentando a CID, por meio da renegociação da dívida etc. A Nova Ordem internacional não foi elaborada tendo em vista a realidade das populações do Sul, a redistribuição de que trata a NOEI não foi formulada para diminuir a desigualdade social e econômica interna, mas para incrementar a parte dos recursos de suas burguesias nacionais. Se, por um lado, o chamamento da NOEI à "comunidade internacional" expressando a existência de "interesses mútuos" entre os países do Sul no sentido de mudar as regras era um avanço dos países da periferia, por outro, ele perdia de vista a política dos Estados e a dimensão material existente no sistema internacional.No bojo dos eventos da NOEI, foi produzido por iniciativa da Fundação Hammarskjöld e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e um grupo de pessoas críticas ao "desenvolvimento" reunidas em Upsala, Haia e Argel, um relatório mais conhecido pelo título "Que fazer?" no âmbito do desenvolvimento. O relatório trazia pontos de vistas originais, como a mudança no sistema das Nações Unidas para que o organismo se torne mais re-

presentativo das mudanças que ocorreram desde o pós-Guerra, agilizando e descentralizando a ONU para que a cooperação internacional com um incremento de seus recursos via taxa sobre a exploração de patrimônios da humanidade, entre outras inovações.

Tanto o relatório Hammarskjöld e quanto a NOEI, considera Rist (2002, p. 182), buscam tirar proveito das turbulências da década de 1970, mas as suas conclusões sobre o desenvolvimento tomam caminhos diametralmente distintos. Hammarskjöld avança na questão do conteúdo do crescimento econômico em função das suas consequências no longo prazo, sobretudo ecológica, promovendo um "desenvolvimento distinto" que combinasse a satisfação das necessidades, a *self-reliance*, a harmonia com a natureza e as mudanças estruturais.

Dando sequência, a menção oficial ao termo "necessidades básicas" remonta ao discurso anual do Presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, ao Conselho de Governadores do Banco Mundial (1972). Tratando da situação de tamanha pobreza nos países do Sul, McNamara destaca a incapacidade dos governos desses países de saírem dessa situação, buscando em sua apresentação combinar o imperativo do crescimento econômico com a justiça social. A convocação aos países de economia avançada era para que voltassem seus esforços para as necessidades humanas das populações do Sul, tais como: nutrição, higiene, educação, habitação, emprego e saúde. Para tanto, a cooperação deveria ser elevada consideravelmente, mas aliada a maior vigilância na aplicação da ajuda aos países congregando medidas estruturais na sua difusão.

A abordagem das necessidades básicas surge, assim, como resposta à crise da estratégia de modernização, a promessa do crescimento econômico rápido e da transição para a moderna economia industrial que nunca chegara para os países do Sul durante os anos 1960 e 1970. Durante a década de 1970, a OIT e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) também passaram a defender uma estratégia de desenvolvimento que tivesse como alvo as necessidades básicas, associadas às condições de trabalho (OIT) e à dimensão cultural do desenvolvimento (UNESCO).

Obviamente, esta mudança elaborada pelo Banco Mundial não tornava uma proposta humanista, embora a justificativa da ajuda internacional esteja em bases morais. O aumento da atuação do Banco nos países do Sul e em projetos de pequena escala estava em consonância com o objetivo da instituição de elevar a produtividade dos mais pobres para incluí-los no sistema econômico. Não à toa,

as instituições internacionais ligadas ao desenvolvimento como o Banco Mundial e o FMI adaptaram suas políticas de condicionalidades conforme novos conceitos surgiam e ganhavam espaço (ANDREWS; BAWA, 2014).

Coube, então, à gestão McNamara consolidar o Banco como uma grande "agência de desenvolvimento", aumentando exponencialmente a assistência multilateral, obviamente, sob os auspícios dos EUA. Para Washington, segundo Pereira (2014, p. 84), a maior participação do Banco Mundial junto aos demais bancos multilaterais de desenvolvimento cumpria importante papel do ponto de vista geopolítico e sem o custo de precisar aumentar o desembolso doméstico. Isso permitiu aos EUA, ademais, usar da roupagem multilateral para despolitizar a cooperação para o desenvolvimento, evitando tensões diretas com outros Estados.

McNamara havia anunciado que o Banco dobraria seus empréstimos nos cinco anos seguintes, marcando o crescimento do envolvimento do Banco Mundial na cooperação para o desenvolvimento (*foreign aid*). De fato, ao final da década de 1970, os desembolsos que no início estavam em 162 milhões de dólares, alcançaram os 1.6 bilhões de dólares (LANCASTER, 2007). Já havia uma expectativa crescente entre os países de que as instituições multilaterais se engajassem mais na cooperação frente à cooperação bilateral. A visão positiva das instituições multilaterais assentava-se na crença de que eles seriam menos propensos a utilizarem seus recursos como ferramenta para outros interesses que não o desenvolvimento.

O Banco também avançou na produção de um crescente e regular número de publicações especializadas em desenvolvimento, na criação de indicadores sociais e econômicos. Indicadores que se incorporariam às políticas de desenvolvimento *mainstream* e se tornariam referência obrigatória para todos os Estados clientes, tais como a agenda de redução da pobreza (PEREIRA, 2014). Logo, de maneira prescritiva, o Banco Mundial atua em relação ao tipo de políticas públicas de desenvolvimento que os países que recebem seu financiamento ou programas devem implementar:

> A amplitude com que o faz também é significativa, abarcando desde educação, saúde, habitação, energia, agropecuária, política econômica, transporte, infraestrutura, desenvolvimento urbano e rural, indústria, comércio, meio ambiente e administração pública, até a reconstrução nacional em países pós-conflito e a assistência internacional ao desenvolvimento. Por sua vez, dentro de cada uma dessas áreas, o Banco atua em praticamente todos os âmbitos de especialização. Em outras pala-

> vras, não há política de desenvolvimento que não seja objeto da ação financeira e não financeira do Banco (Pereira, 2014, p. 78).

O novo conceito do Banco Mundial chocava-se com uma das principais bandeiras da NOEI, a defesa da soberania dos Estados, o princípio da soberania rejeitava qualquer ingerência externa, o que já estava explícito desde Bandung. Contudo, o novo conceito de necessidades básicas sofisticava a ingerência dando-lhe novos meios de legitimação, por exemplo, sob a bandeira da solidariedade aos mais pobres, no combate ao flagelo da pobreza.

As "necessidades básicas" contaram com o apoio do Banco Mundial, da FAO, da OIT e do Fórum do Terceiro Mundo, o que contribuiu consideravelmente para o avanço da proposta e para a aproximação das ONGs com o Banco Mundial naquele momento. Entretanto, ainda que ampliasse o conceito de desenvolvimento, o aporte do conceito de necessidades básicas, tal como baseada em metáforas biológicas, buscava naturalizar o social, assevera Rist (2002). Compreende-se que desenvolver é lutar contra a escassez para atingir um estado de abundância a fim de acumular e, assim, acumular preenchendo as necessidades básicas. Isso é, obviamente, coerente com a economia dominante, que supõe que a história da humanidade é a da luta contra a escassez e que todos os povos precisam vencer este processo.

A luta contra a pobreza também respondia a reivindicações legítimas de organizações internacionais como a CEPAL e a UNCTAD por alguma redistribuição de recursos dos países do Norte para o Sul, diante da enorme desigualdade entre as nações. Entretanto, esta não pode ser dissociada à luta contra o comunismo e a promoção da segurança dos EUA no contexto da Guerra Fria. Para Kapoor (2008, p. 22), ainda que seja um avanço em relação à preocupação estrita com a modernização e o crescimento econômico, a institucionalização do conceito de necessidades básicas traz um fundamento cultural tão problemático quanto a modernização. De forma arbitrária, a nova abordagem classifica o que é "básico" a partir de um referencial universal, primário e natural, como se o sentido de básico fosse o mesmo para todas as sociedades. E o mesmo para quais seriam as "necessidades" dos pobres do mundo que, incapazes de mudar sua própria situação, precisariam ser resgatados. Como se a situação de pobreza dos países do Sul fosse um problema que decorresse da incapacidade dos pobres de melhorarem seus padrões de vida, desconsiderando as desigualdades estruturais nacionais e globais.

Os projetos de desenvolvimento na base construídos a fim de atacar o problema da pobreza/escassez através ganharam o título de "desenvolvimento cen-

trado no homem e nas suas necessidades básicas" e com suporte cada vez maior do Banco Mundial. As necessidades básicas mantêm sua influência nas políticas de desenvolvimento ainda na atualidade, sobretudo, no tocante à redução da pobreza via expansão do consumo de um conjunto fundamental de produtos e serviços. Isso difere da redução da pobreza através de políticas que garantam níveis básicos de renda para a população.

Ao raiar do século XXI, apesar do fetichismo do mercado, das políticas neoliberais, da imaginada "saída do Estado", do aprofundamento da globalização, são poucos os indícios de que o desenvolvimento tenha perdido seu fôlego, muito menos que o Estado-nação esteja definhando, como categoria analítica ou como a encarnação da soberania e do poder – o Estado enquanto monopólio legítimo do uso da força. O século XXI marca uma inflexão, ainda que recente se tomarmos a hegemonia do Norte no campo do desenvolvimento, com surgimento das potências emergentes,[48] tais como Brasil, Índia, China, Rússia, Turquia, México etc., há o aporte novos fluxos de desenvolvimento aos já existentes fluxos (MILANI, 2018). Eles são caracterizados como um grupo de países em desenvolvimento, que dispõem de capacidades tanto materiais quanto imateriais, que levam a cabo uma cooperação diferenciada, calcadas na experiência comum de países do Sul. São países que rejeitam a relação hierárquica entre doador e receptor, que valorizam a cooperação com benefícios mútuos para as partes envolvidas, que mobilizam seus discursos em torno de um ideal de solidariedade entre os países do Sul (CONDE, 2022). Isto é, um grupo de países que os faz repensar o conceito de desenvolvimento econômico.

Conclusão

Sempre que o debate sobre o "desenvolvimento" é reaberto, assevera Rist (2002), uma grande confusão se instala entre os interlocutores de todos os lados, pois as representações sobre o desenvolvimento são múltiplas e contraditórias. Cada qual tende a defender sua visão de mundo, seus interesses, suas prioridades e desejos. Como todos os mitos e crenças são produtos da história, cada época

48 As potências emergentes são países que na contemporaneidade têm experimentado elevado crescimento econômico, militar e político; apresentam-se com alguma capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos regionais ou globais, sustentado por algum grau de coesão interna e capacidade estatal efetiva (HURREL, 2009, p. 10). Esses países compartilham a crença que têm direito a um papel mais influente nos assuntos internacionais. As potências emergentes também aparecem na literatura sob outros nomes, com algum grau de semelhança entre os conceitos, tais como "grandes mercados emergentes", "*new powers*" e "*rising states*".

pode elaborá-los à sua maneira para que caibam naquele presente, ele se aplicando à crença do desenvolvimento. O desenvolvimento (frequentemente apresentado como sinônimo de crescimento) mudou continuamente ao longo do tempo, passando da acumulação de conhecimento até a ideia de abundância material. Este "núcleo duro" do desenvolvimento é o que permite justificar o programa da modernidade e todas as estratégias de desenvolvimento articuladas na cooperação internacional, muito embora, em algumas sociedades e na visão de alguns, seja sustentada, como vimos, a necessidade de superar a dimensão material e econômica do desenvolvimento/crescimento.

A crença no desenvolvimento que tem suas raízes no imaginário ocidental convenceu e converteu, tanto pela via da força quanto pacificamente, a quase totalidade dos dirigentes políticos, atores econômicos, organizações internacionais e grande parte da população mundial tanto ao Sul quanto ao Norte (RIST, 2002). O desenvolvimento se constituiu, primeiramente, em promessa de abundância generalizada de que todos no mundo teriam o direito de se beneficiar, uma promessa muito sedutora. Contudo, essa promessa amplamente compartilhada jamais foi realizada, embora permaneça nos ideários de muitos como um horizonte atingível para a grande parte das pessoas e um motor do imaginário coletivo.

Ao longo desta pesquisa, buscamos apresentar o desenvolvimento, ou melhor, a crença no desenvolvimento como sendo, ao mesmo tempo, um produto da história, dado seu caráter social (englobando visões de mundo e realidades ocidentais que datam dos dois últimos séculos), e uma instância que produz história (envolvendo instituições, programas e políticas públicas). O desenvolvimento figura no imaginário do conjunto das sociedades, ele tornou-se uma história coletiva. Nesse sentido, ele naturaliza categorias e hipóteses e se constitui, assim, em representação da estrutura política, que está ela mesma envolvida na reprodução do poder político, econômico, social e da desigualdade.

Referências

ANDREWS, N.; BAWA, S. **A Post-development Hoax?** (Re)-examining the Past, Present and Future of Development Studies. Third World Quarterly, vol. 35, nº. 6, p. 922–938, 2014.

CONDE, L. C. D. **Humilhação e Reconhecimento**: Brasil e China em Busca de Status Internacional. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2022.

DIAS CONDE, L. C. **Do Conceito de Desenvolvimento à Cooperação Internacional como uma Agenda de Política Externa:** Considerações Teóricas e Conceituais. Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 7, p. 193-212, 2021.

DUARTE, E. H. P.; GRACIOLLI, J. E. **A Teoria Da Dependência:** Interpretações sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf. Acesso em: dia mês ano.

GONÇALVES, T. F. Relações entre Centro e Periferia nas Teorias Cepalina e da Dependência, 2006. Disponível wm: https://chacombolachas.wordpress.com/2008/03/08/relacoes-entre-centro.

HURRELL, A. **Os Brics e a Ordem Global**. FGV Editora, 2009.

KAPOOR, I. **The Postcolonial Politics of Development**. New York: Routledge, 2008.

LANCASTER, C. **Foreign Aid**: diplomacy, development, domestic politics. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

MILANI, Carlos R. S. **Solidariedade e Interesse**: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

PEREIRA, J. M. M. **As ideias do poder e o poder das ideias:** o Banco Mundial como ator político-intelectual. Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 56, jan.-mar., 2014.

SANTOS, T. **A teoria da dependência:** um balanço histórico e teórico, 2008. Disponível em: http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf. Acesso em: dia mês ano.

SARMENTO, D. S. **Notas sobre o take-off:** a teoria rostowiana revisada. Teoria e Evidência Econômica - Ano 18, n. 38, p. 144-167, jan./jun., 2012.

CONCENTRADO É MAIS BARATO? EVIDÊNCIAS DA RELAÇÃO ENTRE RECEITAS DE CAMPANHA E GEOGRAFIA ELEITORAL

Márcio C. Carlomagno[49]

RESUMO: Defensores do modelo de distritos uninominais argumentam que uma de suas vantagens seria reduzir gastos de campanha. Contudo, ainda não há evidências empíricas sobre essa relação no Brasil. Para testar indiretamente essa alegação, unindo a literatura sobre geografia eleitoral e de financiamento de campanhas, verifico se candidatos com votações geograficamente concentradas realmente tendem a ter campanhas mais baratas. Para isso, mobilizo dados da eleição para deputado federal e estadual, em 2022, no Estado do Rio Grande do Sul, contemplando 509 candidatos a deputado federal e 773 candidatos a deputado estadual. O principal resultado encontrado é que, em nenhuma dimensão (seja através da correlação de Person ou usando um modelo de análise de correspondência, seja para o conjunto completo de candidatos ou somente para os eleitos, em ambos os cargos), ao contrário do argumento popularmente difundido, estratégias mais geograficamente concentradas não produzem campanhas eleitorais mais baratas, não existindo relação estatística significativa, seja positiva ou negativa, entre as duas variáveis. A relevância da pesquisa, portanto, está em contribuir e prover insumos para o debate público sobre reforma política e eleitoral.

Palavras-chave: sistema eleitoral; financiamento eleitoral; geografia eleitoral; reforma política; engenharia constitucional.

49 Professor do Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA – Campus São Borja). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). *E-mail:* marciocarlomagno@unipampa.edu.br.

Roads? Where we're going, we don't need roads.

O Problema: dinheiro e estratégias geográficas[50]

Duas grandes tradições da ciência política brasileira têm andado em paralelo. É chegada a hora de sua união. Por um lado, a literatura reiteradamente demonstra a importância do dinheiro para a probabilidade de ser eleito (MANCUSO, 2015; SPECK & MANCUSO, 2013), bem como as teias de financiamento eleitoral (HOROCHOVSKI et al., 2015; 2016). Por outro lado, pesquisadores demonstram como a escolha de áreas de campanha eleitoral mais geograficamente concentradas ou dispersas são uma das mais importantes escolhas na estratégia eleitoral a ser adotada por candidatos a cargos proporcionais (AMES, 1995a, 1995b), bem como a mudança recente desses padrões (AVELINO et al., 2011). Concomitantemente a isso, ao tratar sobre reforma do sistema eleitoral brasileiro, sistematicamente defensores do modelo do chamado "voto distrital", ou distritos uninominais, na terminologia correta (ou mesmo do modelo de distrital misto) argumentam que uma das vantagens deste modelo seria reduzir gastos de campanha (CAREY, 2016; FLEISCHER, 1983; LAGO & RAMOS, 2012; POMPEU, 2010). Em fato, tal alegação faz sentido lógico, além de ser suportada por evidências de países que adotam tal modelo. Contudo, essa hipótese ainda não foi empiricamente testada no Brasil. Disto deriva minha questão de pesquisa: candidatos com votações geograficamente concentradas realmente tendem a ter campanhas mais baratas, comparativamente àqueles com campanha mais dispersa?

Para responder a isso, mobilizo dados da eleição para deputado federal e estadual, em 2022, no Estado do Rio Grande do Sul. Ao todo, foram tratados 509 candidatos a deputado federal e 773 candidatos a deputado estadual. O recorte na eleição de 2022 foi estabelecido por ser a eleição mais recente, no momento de confecção deste artigo. Além disso, o marco legal sobre financiamento eleitoral alterou-se profundamente desde 2014 (e, também, entre as eleições de 2018 e 2022), de modo de um estudo longitudinal iria requer outros controles, que fogem ao escopo dessa pesquisa.[51]

50 Agradeço à minha gata, Hannah Clarice, pela companhia durante a confecção desse artigo.

51 Uma possível objeção ao desenho aqui apresentado seria o recorte em apenas um estado. O Rio Grande do Sul foi escolhido, além do critério da conveniência, em virtude do caráter de novidade dessa pesquisa. Embora seja relativamente fácil processar os resultados para todo o Brasil, isso exigiria uma série de controles estatísticos que considero mais pertinente sejam deixados para uma segunda fase. Além disso, o teste de hipóteses aqui realizado pode servir de base para o aprofundamento da questão em pesquisas futuras.

Tenho por hipóteses:

H_1: Conforme sugeriu os resultados de Avelino, Biderman e Silva (2011, 2016), de que a tendência histórica tem sido os eleitos obterem padrão mais disperso dos não-eleitos, acredito que tal resultado tende a se replicar aqui.

H_2: Campanhas mais geograficamente concentradas resultam em campanhas mais baratas para os eleitos, mas esse resultado não é esperado para os derrotados.

H_3: A inserção da dimensão da competitividade eleitoral deve ajudar a refinar os resultados de H_2.

H_4: Os resultados para deputados federal e estadual devem apresentar padrões semelhantes.

Desenho da Pesquisa

O objetivo da pesquisa é verificar a relação entre financiamento de campanha e padrões geográficos eleitorais, controlando pela competitividade dos candidatos. Portanto, precisamos de indicadores adequados para cada dimensão.

A começar pela dimensão da geografia eleitoral, iremos utilizar o G de Florence. Barry Ames (1995b, 1995a) propôs o argumento que, no Brasil, a despeito de se adotar o sistema proporcional para eleição de deputados federais, estaduais e vereadores, em que o distrito é todo o estado, candidatos concentravam seus esforços em criar bases eleitorais geograficamente concentradas, reproduzindo assim, de modo informal, um sistema distrital uninominal. Contudo, os indicadores e métricas adequados para mensurar isso foram alvo de longos debates nas décadas seguintes. A utilização do índice G de Florence foi proposta por Avelino, Bideman e Silva (2011), e se apresenta como solução metodológica para mensurar sem viés o fenômeno da concentração geográfica de votos no Brasil. O índice G é um valor único para o candidato, no agregado de todos os municípios, e em sua versão tradicional varia de zero (dispersão máxima) a um (concentração máxima). Aqui, eu proponho uma adaptação, subtraindo 1 do cálculo do G, para inverter as ordens – a fim de facilitar a compreensão dos resultados posteriores. Dessa forma, na minha adaptação do G o valor um indicará a dispersão máxima e vice-versa, ao contrário da versão clássica. O índice, já adaptado por mim, é calculado da seguinte forma:

FIGURA 1: Cálculo utilizado na pesquisa

$$= 1 - \sum_{M} \left(\left(\frac{V_{cm}}{V_c} \right) - \left(\frac{V_m}{V_t} \right) \right)$$

Fonte: Adaptado de Avelino, Bideman e Silva (2011)

Em que *Vcm* são os votos do candidato em cada município, *Vc* é o total de votos do candidato, *Vm* é o total de votos de todos os candidatos àquele cargo em cada município e *Vt* é o total de votos de todos os candidatos àquele cargo em todo o estado.

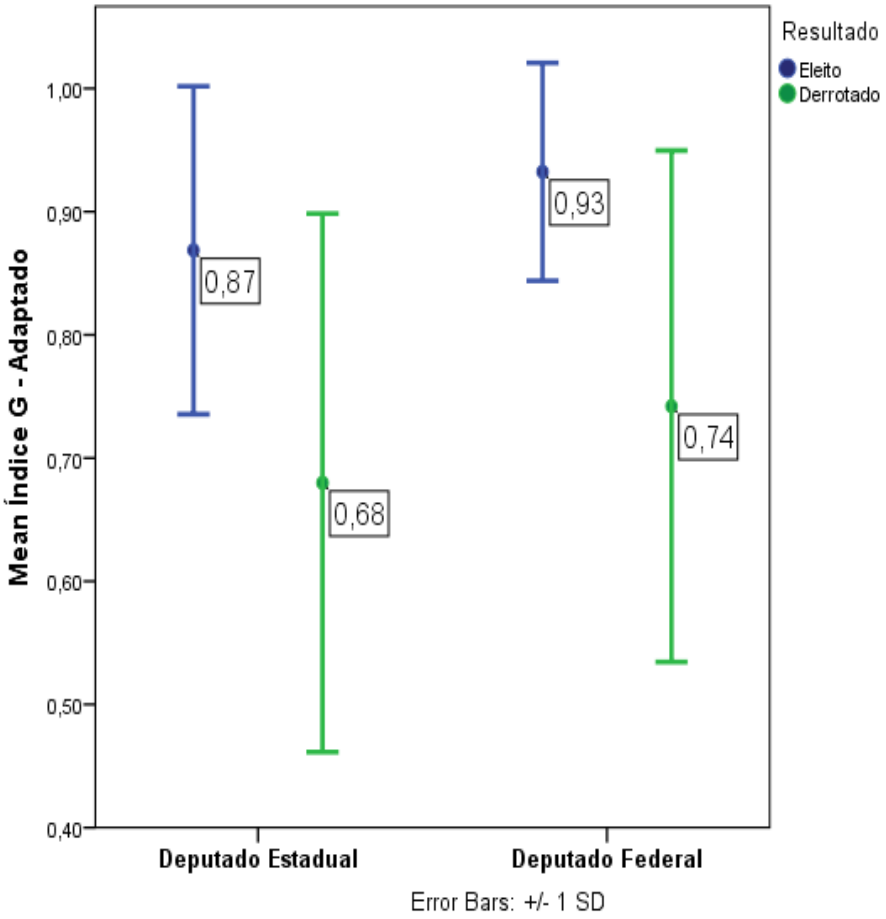
Na contraparte das receitas de campanha, como este artigo está tratando de apenas de um estado, não precisamos adotar métodos para controlar a comparabilidade dos valores monetários entre distintas unidades da federação, como o fazem Sacchet e Speck (2012) ou Carlomagno e Codato (2018). No entanto, padronizamos os valores das receitas individuais dos candidatos em Log10, como requisito estatístico para proceder com os adequados testes. Por fim, para calcular a competitividade dos candidatos utilizo a votação dos candidatos separada por decil, como já é tradicional na literatura brasileira (SILVA & CERVI, 2017).

Ainda sobre o desenho de pesquisa, é muito importante salientar que existem limitações no modelo aqui tratado – como é próprio a qualquer pesquisa científica. Talvez a principal limitação seja a transposição inexata de comportamentos sob dado conjunto de regras eleitorais para um outro conjunto, hipotético. Os dados aqui tratados foram captados no regramento atual, mas a própria mudança legal (para um sistema de distrito uninominal) pode ensejar a um comportamento distinto de todos os *players*, o que poderia levar a outros resultados. Dessa forma, esse teste enquanto simulação de um cenário possível para a reforma eleitoral, ainda que válido, não deve ser tomado como atestado absoluto sobre o fenômeno, mas um indicador a ser considerado em conjunto com outros resultados e proposições.

Resultados

Inicialmente, podemos verificar a distribuição básica das estatísticas de financiamento e concentração eleitoral, conforme a divisão das categorias propostas (cargo e resultado eleitoral).

FIGURA 2: Gráfico com o Índice G adaptado, por cargo e resultado



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do TSE, ano

De imediato, já é possível confirmar a primeira hipótese, na esteira de Avelino, Biderman e Silva (2011). Em fato, as médias do padrão geográfico dos eleitos tendem a ser muito mais dispersas do que dos derrotados, tanto para federais quanto para estaduais, conforme indicado pelos valores presentes no gráfico 1. O padrão dos estaduais é levemente mais concentrado, bem como o desvio padrão maior.

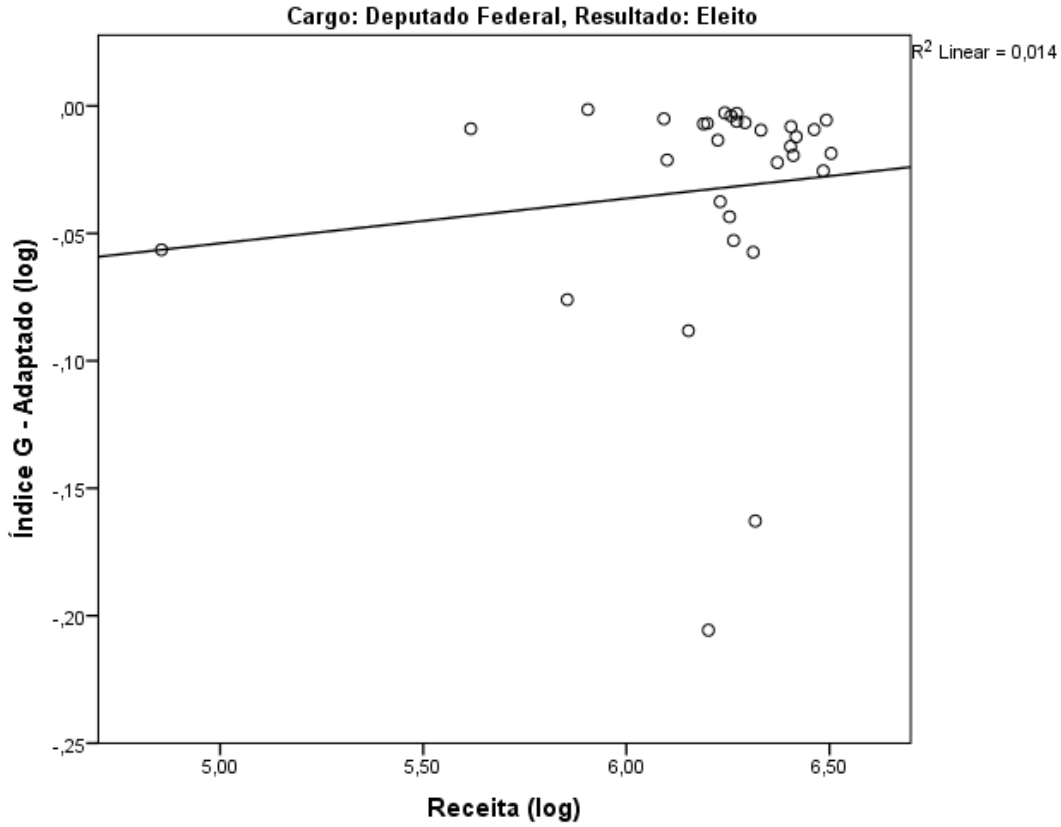
A segunda hipótese – que é a questão central deste artigo – visa comparar os padrões somente dos candidatos com mesmo resultado eleitoral – eleitos com eleitos, derrotados com derrotados. Inicialmente, podemos comparar a correlação entre as duas variáveis, na tabela 1, e, no gráfico 1, a mesma dispersão para uma das categorias (eleitos para deputado federal), selecionada como ilustração (a fim de não poluir desnecessariamente com as demais categorias). Vale pontuar que testes alternativos foram realizados para os valores originais (não logados) e os resultados encontrados foram equivalentes.

FIGURA 3: Tabela de correlação entre receita de campanha (log) e índice G adaptado (log)

		Pearson Correlation	Sig. (2-tailed)	N
Deputado Estadual	Eleito	,128	,354	55
	Derrotado	-,022	,554	709
	Todos	,060	,095	764
Deputado Federal	Eleito	,119	,524	31
	Derrotado	-,059	,203	471
	Todos	,047	,295	502

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE, ano

FIGURA 4: Gráfico de dispersão entre Índice G adaptado e Receitas de Campanha (somente Deputados Federais Eleitos)



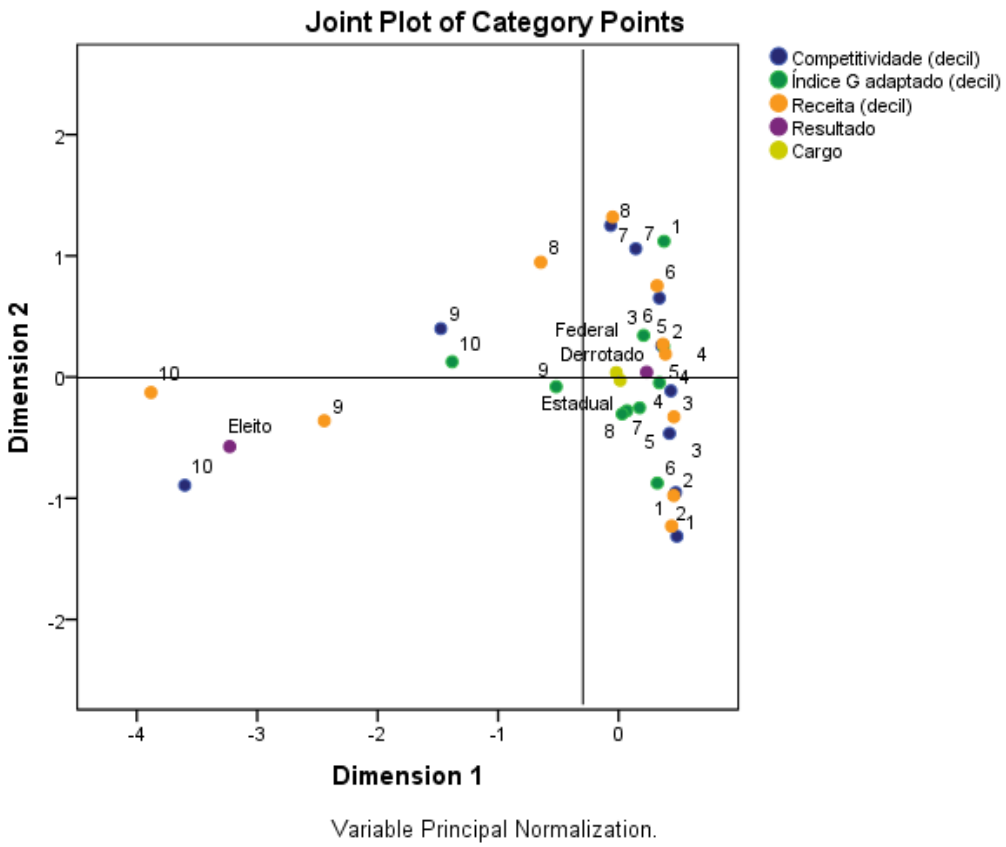
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE, ano

Os resultados são surpreendentes por, ao rejeitar a segunda hipótese, se constituírem em uma evidência contra o argumento comum de que campanhas geograficamente concentradas – como as que ocorrem em distritos uninominais – seriam mais baratas. Em fato, o resultado do teste de Pearson demonstra que para nenhuma categoria (seja eleitos, derrotados ou ambos juntos, em nenhum

dos dois cargos) houve significância estatística, portanto, não existindo relação (seja positiva ou negativa) entre as variáveis.

A seguir, pode-se tentar salvar o modelo com uma abordagem categorial e a inserção da dimensão da competitividade. Para isso, os três indicadores escalares (índice G, receitas e votos) foram categorizados em decis e procedi com uma análise de correspondência múltipla. Os valores numéricos no gráfico a seguir se referem aos decis (a opção apenas pelo número foi para contribuir com a não poluição visual do gráfico). Lembrando que, no caso dos decis, os inferiores são os que contém os valores mais baixos e os superiores são os com valores mais altos. Na dimensão da competitividade, por exemplo, todos os eleitos se encontram nos decis 9 e 10.

FIGURA 5: Gráfico de análise de Correspondência Múltipla



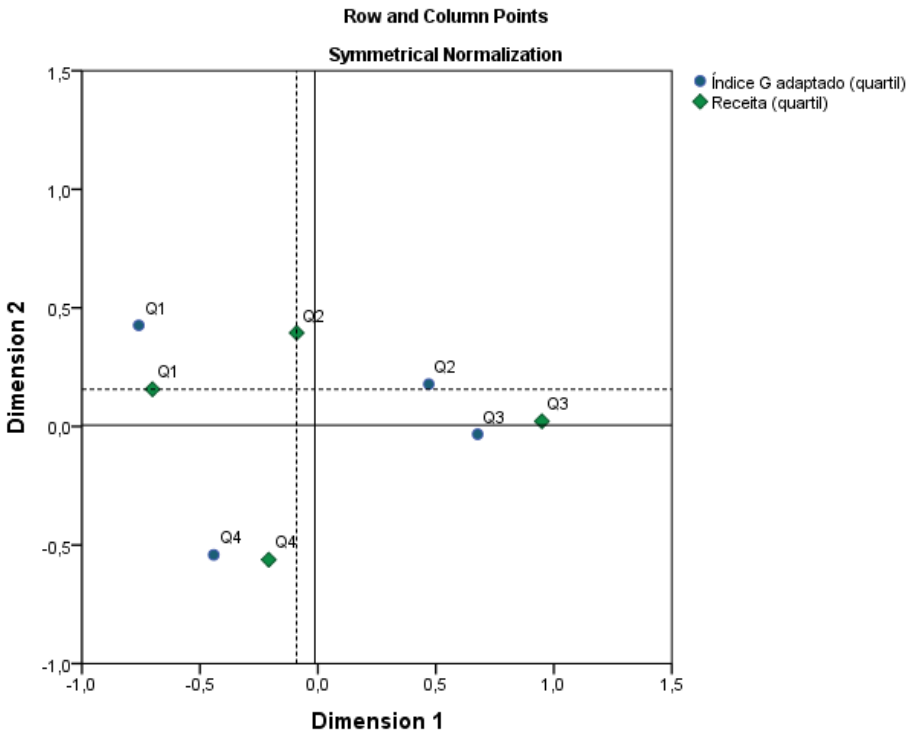
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE, ano

Sobre o sumário do modelo, o Alpha de Cronbach em 0,657 indica boa consistência interna, enquanto a inércia total de 0,843 (e inércia média de 0,421) indica alto poder explicativo do modelo nas distribuições encontradas. Sobre os resul-

tados, primeiro, a respeito dos cargos, cabe pontuar que ambos se encontram em ponto quase idêntico pois as demais distribuições são equivalentes entre eles. Nos dois quadrantes à esquerda se encontram a totalidade dos decis superiores das três variáveis tratadas. Isso indica, primeiro, grande associação entre elas, segundo, confirmando o que a literatura reiteradamente já demonstrou, uma verdadeira separação entre eleitos e derrotados. Mesmo inserindo a dimensão da competitividade, estratos como os decis 7 e 8 pouco mudam em relação ao vasto universo dos derrotados. Portanto, é nessa divisão que reside uma verdadeira distinção das categorias.

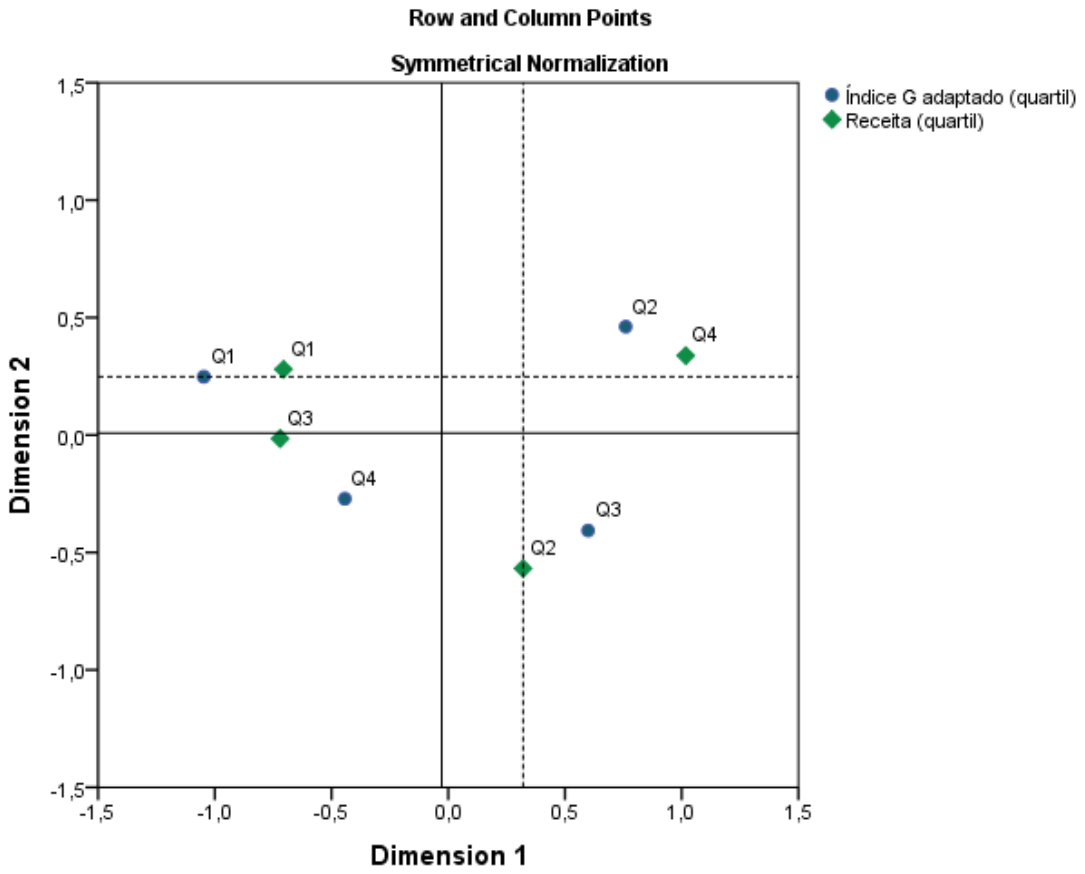
Fruto dos resultados indicados no teste anterior, a seguir foi estabelecido um recorte ainda mais preciso, olhando apenas para o conjunto de eleitos, separadamente em deputados estaduais e deputados federais. Aqui, foi realizada uma nova classificação dos indicadores, agora em quartis. Esses quartis se referem exclusivamente ao subconjunto analisado. Portanto, se está tratando de diferenças mínimas, entre os 55 estaduais e 31 federais. A intenção é saber se diferentes estratégias implicam em diferentes padrões de gastos, considerando somente cada subconjunto. As linhas pontilhadas indicam as medianas dos resultados.

FIGURA 6: Gráfico de análise de Correspondência entre receitas e índice G adaptado (somente deputados estaduais eleitos)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE, ano

FIGURA 7: Gráfico de análise de Correspondência receitas e índice G adaptado (somente deputados federais eleitos)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE, ano

Inicialmente, na visualização do gráfico conseguimos identificar diferenças sutis. No caso dos estaduais, os quadrantes indicam associação entre os respectivos quartis 1, 3 e 4, nas duas variáveis. Isto é, uma associação positiva entre dispersão geográfica e altos gastos de campanha. Os eleitos que tiveram padrões geográficos mais concentrados (Q1 do índice G adaptado) também tiveram menos gastos (Q1 das receitas), e vice-versa, indicando na direção proposta pela hipótese 2. Já no caso dos federais o cenário é um pouco diferente. O quartil 1 das duas variáveis estão associados, indicando na mesma direção do encontrado para os estaduais, mas há uma proximidade, no quadrante superior direito, entre Q4 das receitas e Q2 do Índice G. Isto significa que os maiores gastos de campanha foram realizados por eleitos que tiveram um padrão mais para concentrado do que para disperso.

Essa complexidade indica resultados inconclusivos, o que é claramente atestado pelas estatísticas do teste. A inércia de ambos os modelos é baixa, em

0,147 para estaduais e 0,313 para federais, sugerindo que o poder explicativo das variáveis sobre a distribuição é baixo. E, apesar de graficamente visualizarmos alguma associação, o *p-value* (sig.) do teste de qui-quadrado (respectivamente, 0,525 e 0,375) indicou que os resultados não são estatisticamente significativos.

Conclusão

Começando pelas hipóteses. H_1 foi confirmada. Como era logicamente esperado, na esteira de Avelino et al. (2011, 2016), os eleitos claramente obtêm padrão geográfico mais disperso comparativamente aos não-eleitos. H_2 foi rejeitada, o que consiste no mais relevante achado dessa pesquisa – e por isso irei tratar no parágrafo seguinte. H_3 também foi rejeitada: a dimensão da competitividade não refinou os resultados, cuja grande clivagem continua sendo entre eleitos e derrotados. H_4 foi parcialmente confirmada: embora existam distinções pontuais, em linhas gerais os padrões para deputados federal e estadual são semelhantes.

Voltando ao principal resultado, de H_2. Esta pesquisa demonstrou que, ao contrário do argumento de que estratégias mais geograficamente concentradas poderiam produzir campanhas eleitorais mais baratas, no atual sistema eleitoral (o que implica nas limitações inferenciais tratadas na seção de desenho de pesquisa) e no recorte de tempo e espaço tratado nesse artigo, não há relação entre o padrão geográfico escolhido pelos candidatos para suas empreitadas eleitorais e os gastos de campanha.

Dessa forma, a minha recomendação é que o hipotético barateamento das campanhas sob um sistema (análogo ao) distrito uninominal não deve ser considerado um argumento relevante nos debates sobre a mudança do sistema eleitoral brasileiro até que se tenha novas ou diferentes evidências sobre esse fenômeno específico.

Referências

AMES, B. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. **The Journal of Politics,** *57*(2), 324–343, 1995ª.

AMES, B. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. **American Journal of Political Science,** 39(2), p. 406, 1995b

AVELINO, G., BIDERMAN, C., & SILVA, G. P. da. A concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações. **Dados** - Revista de Ciências Sociais, 54(2), p. 319–347, 2011.

AVELINO, G., BIDERMAN, C., & SILVA, G. P. da. A concentração eleitoral no Brasil (1994-2014). **Dados,** 59, p. 1091–1125, 2016.

CAREY, J. M. Legislative accountability: should brazil break up its big electoral districts? **E-Legis,** 19(1), p. 72–86, 2016.

CARLOMAGNO, M., & CODATO, A. Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira. **Colombia Internacional,** 95, p. 79–107, 2018.

FLEISCHER, D. Voto distrital e os partidos políticos. **Revista de Ciência Política**, 26(3), p. 67–81, 1983.

HOROCHOVSKI, R., JUNCKES, I. J., SILVA, E. A., SILVA, J. M., & Camargo, N. F. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Opinião Pública,** 22(1), p. 28–55, 2016.

HOROCHOVSKI, R., JUNCKES, I. J., SILVA, J. M., & CAMARGO, N. F. Redes De Partidos Políticos Tecidas Por Financiadores: Um Estudo Das Eleições De 2010 No Brasil. **Teoria e Sociedade**, 23(2), p. 49–78, 2015.

LAGO, I. C., & RAMOS, F. O Voto Distrital no Contexto da Reforma Política: implicações na institucionalidade democrática e no princípio da representação. **Política Hoje**, 20(2), p. 708–740, 2012.

MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, 23(54), p. 155–183, 2015.

POMPEU, C. **Especialista propõe estratégias para barateamento das campanhas.** Agência Câmara de Notícias, dezembro 9, 2010.

SACCHET, T., & SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, 18(1), p. 177–197, 2012.

SILVA, B. F. da, & CERVI, E. U. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 23, p. 75–110, 2017.

SPECK, B. W., & MANCUSO, W. P. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, XIV(2), p. 109–126, 2013.

PODE UMA DEMOCRACIA SOBREVIVER A TANTA NOTÍCIA FALSA? UMA REFLEXÃO SOBRE DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA E FAKE NEWS

***Marina Sanches Wünsch*[52]**
***Diego Santos*[53]**

RESUMO: Captar o "espírito" de determinado tempo, enquanto esse período ainda é o presente, não é uma das tarefas mais simples. Dito de outra forma: é bem mais fácil fazer conjecturas e trazer definições sobre determinados momentos quando já se tem um adequado distanciamento temporal. Em que pese tal advertência, neste artigo tentaremos refletir sobre a aparente ameaças às democracias no contemporâneo, especialmente no que concerne a intensiva utilização de notícias falsas (*fake news*) para promoção de desestabilização política. Com opções metodológicas que remetem à revisão teórica e ao ensaísmo, falaremos sobre diversas visões conceituais de democracia, o que é a autocracia

52 Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, bolsista CAPES, com período sanduíche junto ao Max-Planck-Institut für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Pesquisadora nas áreas de Direito Internacional e Teorias Críticas, com ênfase em Direitos Humanos. *E-mail:* marinawunschs@gmail.com.

53 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor substituto na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Já realizou trabalhos sobre: territorialidade indígena na Amazônia, esfera pública e democracia, organização dos partidos políticos, estatutos partidários e legislação eleitoral brasileira. *E-mail:* diegoalberto_santos@yahoo.com.br.

e, especialmente, como tais temas podem estar relacionados ao fenômeno das notícias falsas e às violações de direitos humanos.

Palavras-chave: Democracia; Direitos Humanos; Notícias falsas; *Fake News*.

Introdução

Conforme antecipado no resumo, este texto, ao recorrer a opções metodológicas que remetem à revisão teórica e ao ensaísmo, tenta apresentar algumas questões relacionadas à democracia no contemporâneo e à proliferação de notícias falsas como aparato político, tanto no que diz respeito à competição por cargos, quanto no que concerne à própria desestabilização dos regimes. Para tanto, divide-se o trabalho em duas partes: *1. Democracias e autocracias*; e *2. Democracia e notícias falsas*.

Na primeira, pensa-se a democracia em termos teóricos: o que é, quais são suas características e, especialmente, qual o motivo de ser um regime frágil e exigente quanto à estabilização. Na segunda parte, traz-se informações sobre pleitos eleitorais, aspectos judiciais e legislativos, tanto no Brasil, quanto em outras partes do mundo, para tentar ilustrar como, nos últimos tempos, *as fake news* têm sido amplamente utilizadas para garantir o sucesso eleitoral de certos candidatos e, ao mesmo tempo, para criar um ambiente de desconfiança e polarização política.

Dentre as conclusões possíveis, verificar-se-á, por exemplo, que no caso brasileiro, está se criando um ambiente perfeito para a desinformação e, consequentemente, para limitação do exercício pleno dos direitos civis e políticos, já que não se pode falar em escolhas livres quando estas são feitas com base em informações falsas, impulsionadas por plataformas digitais.

Democracias e Autocracias

Acredito que se fosse feita uma busca pelo termo democracia, tanto nas redes sociais, quanto nos veículos midiáticos tradicionais, o resultado apontaria para uma frequência considerável da utilização dessa palavra. Coloco aqui em termos especulativos e hipotéticos por uma questão de responsabilidade com o método científico, mas utilizo esse recurso retórico para expressar a seguinte percepção: no contemporâneo, muito se fala em democracia – seja no Twitter, seja na Rede

Globo de televisão –, contudo, não necessariamente isso significa que há um consenso sobre o que ela é ou sobre o que ela precisa ser. Ou seja: na cabeça de cada indivíduo pode existir a defesa da democracia enquanto conceito abstrato, mas as pessoas podem divergir sobre que atitudes ou características são democráticas. Eis a matriz de várias disputas e conflitos do presente: a divergência quanto ao que, de fato, condiz com o que é democrático.

Democracia é um conceito plural e tentar defini-lo é muito mais trabalhoso e problemático do que a utilização cotidiana do termo permite supor. No contemporâneo, fala-se tanto desse regime (que é preciso preservá-lo, que está sob ameaça, que termos que nos esforçar para sua manutenção), contudo, tamanha popularidade, quando limitada à reflexão superficial, não deixa ver que indivíduos e grupos sociais distintos divergem sobre o que significa, de fato, a democracia.

Tratando-se de um termo que remete à antiguidade da cultura ocidental europeia e que historicamente vai sendo debatido por diversos pensadores, a democracia vai assumindo várias formas e sendo objeto de diferentes juízos de valor. Podemos pensar, portanto, se o mais adequado não seria falar em democracias, no plural.[54] Antes de adentrar mais nessa questão do "pluralismo democrático", talvez seja interessante pensar sobre o que a democracia não é. Dessa forma, poderíamos tentar encontrar uma definição pelo contraste, pela exclusão.

O termo democracia vem da Grécia Antiga, sendo utilizado para definir um regime baseado na participação daqueles que eram considerados cidadãos. Na etimologia da palavra, *dêmos* significa povo e *kratía* significa força/poder, demonstrando que a premissa inicial era "o poder que emana do povo", em uma democracia direta. Nesse raciocínio, a palavra autocracia seria um antônimo adequado, uma vez que significa regime no qual "o governante tem poder excessivo", ou seja, no qual há concentração de poder. De maneira simplificada: há democracia quando há distribuição de poder e não há quando o poder é concentrado.[55]Sendo assim, são exemplos de autocracias: os regimes totalitários e os regimes autoritários. Exemplos de totalitarismos? Alemanha durante o nazismo, Rússia stalinista. Exemplos de autoritarismos? Ditaduras na América do Sul, como no Brasil (entre 1964 e 1985) e no Chile (entre 1973 e 1990).

Não vamos nos dedicar a detalhar, minuciosamente, o que compõe cada uma das autocracias. Contudo, podemos sintetizar da seguinte forma: de acordo

54 Aqui, penso nos temas trazidos por Peter Mair no texto *Democracies*, de 2008.

55 Pensar na obra de Montesquieu, aqui, não é mera coincidência.

com o cânone liberal, democracias lidam com pluralismo político, garantia de liberdades individuais, com distribuição de poder, enquanto autocracias lidam com política de partido único, com centralização de poder, com o cerceamento de direitos individuais.

Olhando, por exemplo, a obra *Origens do totalitarismo*, de Hannah Arendt, podemos depreender como algumas características totalitárias: a transformação das classes em massa (o oposto da soberania do individual); a busca por romper com as tradições sociais, legais e políticas até então vigentes, o que resultaria em uma espécie de refundação institucional; o estabelecimento de uma política exterior voltada para o domínio mundial (sanha expansionista); e a ampla utilização de ideologia como aparato de convencimento (aqui, é importante destacar que a autora entende ideologia como algo que vale por si; que se emancipa da realidade que percebemos com nossos sentidos e insiste em uma realidade "mais verdadeira"; e que busca uma explicação total, do passado, do presente e do futuro).[56]Já os autoritarismos também são um tipo de autocracia, ou seja, também são regimes que vão lidar com governantes com poder excessivo. Apesar de não se verifica neles o grau de controle do totalitarismo, nem o alto grau de ideologização e massificação, também vão lidar com questões como cerceamento de direitos individuais, perseguição às oposições, violência social, censura *et cetera*. Como diz Pedroso (1998, p. 103):

> Ele [Juan Linz] define regimes autoritários como "sistemas políticos com pluralismo limitado e não responsável; sem uma ideologia elaborada e dirigente (porém com mentalidades específicas); sem mobilização política intensiva ou extensiva (exceto em alguns pontos do seu desenvolvimento) e nos quais o líder (ou, às vezes, um pequeno grupo) exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas realmente bem previsíveis".

Sabendo, agora, o que a democracia não é, temos que tentar encontrar uma definição sobre o que ela é, do contrário, incorreremos no mesmo problema descrito no início desse tópico.

A democracia encontra raízes em tempos anteriores à Cristo, na Grécia Antiga. Lá, a democracia era direta e exercida pelos cidadãos, só que a cidadania pertencia a poucas pessoas. Dessa forma, era um regime político de limitada participação, o que explica como a democracia podia ser direta (pessoas reunidas em um espaço

56 Qualquer semelhança com o tema *fake news* não é mera coincidência.

para decidir, por escolha direta, os rumos da *polis*). Platão, em *A República*, questiona esse "governo de todos", sugerindo que o povo seria tão diverso e tão cheio de desejos díspares, que a democracia seria uma "[...] prazenteira forma de governo, cheia de variedade e desordem, [...] conferindo indistintamente uma espécie de igualdade tanto aos que são iguais quanto aos que não são" (PLATÃO, 2011, p. 343).

A democracia representativa, essa em que votamos em parlamentos e presidentes, os quais, depois de eleitos, vão assumir os rumos do Estado, é bem mais recente e é fruto, substancialmente, de uma série de transformações ocorridas a partir do século XVIII (revoluções burguesas, ideais iluministas *et cetera*). Contudo, podemos ser mais abrangentes e dizer que, a partir da ascensão modernista, uma série de pensadores vão trazer contribuições ao debate democrático, ainda que sejam muito diferentes entre si. Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau podem ser amplamente utilizados para refletir sobre aspectos do regime democrático (ou sobre a ausência dele).

Nesse trajeto, quando chegamos ao século XX, a ciência política contemporânea tem que lidar com concepções democráticas extremamente diversificadas, sobretudo porque esse século foi fértil para proliferação de conceitos de democracia. Aliás, o regime democrático demonstrou-se diverso não apenas no âmbito dos conceitos, Peter Mair, em *Democracies*, desenvolve argumentos fundamentais para nos fazer pensar que é possível encontrar e caracterizar uma série de variações na estrutura dos governos democráticos.[57]Mair explica que, antes de 1970, havia um grupo pequeno e homogêneo de democracias, por isso os estudos focavam na quantidade dos regimes democráticos e na tentativa de entender por que alguns países se tornaram democráticos e outros não. Nesse período particular, a não democracia era entendida como plural, manifestada em diversas formas, enquanto a democracia era "simplesmente uma".

No entanto, com a proliferação das democracias, a questão central deslocou-se para a qualidade de tais regimes, resultando no questionamento: por que algumas democracias são melhores que as outras? Por essa razão, Mair aponta que, hoje, há um grande interesse na comparação entre as diferentes formas de democracia.

Especificamente sobre a pluralidade de conceitos de democracia surgidos no decorrer do século XX, gostaríamos de exemplificar tal questão a partir das proposições de Joseph Schumpeter e de Robert Dahl.

57 Foi no século XX, aliás, como nunca antes na história, que houve uma proliferação de estados democráticos, conforme aponta Boix (2003).

Schumpeter, na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942, apresenta a democracia como a competição livre por voto livre. O "[...] método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor" (SCHUMPETER, 1961, p. 322-323). Eis o paradigma minimalista da democracia,[58] o qual coloca a votação como o principal aspecto democrático.

Já em Dahl encontramos um exemplo do paradigma maximalista. No livro *Poliarquia*, publicado na década de 70, esse autor define que a democracia era mais que processo eleitoral, sendo essencial que a participação da sociedade se materializasse de outras maneiras. Nesse sentido, além da existência de eleições livres e justas, seria fundamental, entre outros aspectos, a liberdade de expressão, a presença de meios alternativo de informação e a autonomia associativa.

A democracia, nessa proposição teórica, vai assumir a conotação de regime hipotético, ideal, o ponto extremo de uma escala, no qual a responsividade governamental atinge seu nível máximo. Dessa forma, todo regime até então denominado de democracia deveria ser, na realidade, chamado de poliarquia:[59] "[...] nenhum grande sistema do mundo real é plenamente democratizado, prefiro chamar os sistemas mundiais reais [...] de poliarquia" (DAHL, 2012, p. 31).

Esse autor crê que os processos de democratização, surgimento de partidos de oposição e competição, dão-se de maneiras diferentes em cada uma das nações, de acordo com as variações nos eixos contestação pública (liberalização) e direito de participação (inclusividade). Com o processo de democratização formado por essas duas dimensões, Dahl propõe quatro cenários extremos: 1. Hegemonias fechadas, com baixos índices de contestação pública e participação 2. Oligarquias competitivas, com alta contestação pública e baixa participação; 3. Hegemonias inclusivas, com baixa contestação pública e alta participação; e 4. Poliarquias, com alta contestação pública e alta participação.

A democracia estaria mais próxima do cenário número quatro. Na realidade, ela o ultrapassa, com níveis máximos de competição e de participação, ou seja, com a plena capacidade de concorrência por votos e de participação do povo, não somente por meio do voto, mas com base em outros aparatos.

58 Guillermo O'Donnell problematiza essa classificação do modelo schumpeteriano como minimalista. Para ele, Schumpeter afirma que o método eleitoral não exclui outras formas de garantir liderança, "[...] se a 'competição para a liderança' tem algo a ver com 'os princípios legais e morais da comunidade', sua definição ou sua descrição de como funciona 'o método democrático' arrisca-se a não ser tão minimalista como indicaria uma leitura isolada da célebre definição – e como foi interpretada por um número bastante amplo de autores" (O'DONNELL, 2011, p. 22).

59 "Por considerar as democracias efetivamente existentes pobres aproximações do ideal democrático, Dahl sugeriu que estas fossem chamadas de *poliarquias*" (LIMONGI, 2012, p. 11).

Fizemos todo esse percurso teórico para ilustrar não só a dificuldade de conceituar democracia, mas a dificuldade em estabilizá-la. Sendo um regime complexo, que pode conter mais ou menos características mínimas e que exige compromisso amplo dos cidadãos, os quais, individualmente, podem divergir sobre isso, temos a democracia como um regime que pode ser volátil e que conforme vai perdendo apoio, conforme vai sofrendo com o descrédito da política tradicional, pode se transformar em seu oposto (autocracias). Por isso, no contemporâneo, muito se teme os efeitos das notícias falsas sobre a política e sobre a democracia. Falaremos disso, nos próximos tópicos.

Democracia e Notícias Falsas

Ao longo da história, a desinformação sempre foi utilizada como ferramenta política.[60] Contudo, nos últimos anos, a tecnologia e a internet potencializaram a utilização de notícias falsas para manipular a opinião pública e influenciar o processo eleitoral. Tal cenário contribui para uma certa volatilidade das democracias e para a dificuldade em estabilizá-las. A legitimidade de um processo eleitoral democrático, enquanto livre e justo, passa a ser questionada quando "o sistema de comunicação talha diretamente a construção de vontades e das informações pertinentes" (MASCARO, 2013, p. 86).

A relevância da *internet* em campanhas políticas teve forte crescimento a partir de 2008. A disputa eleitoral para a presidência dos Estados Unidos, entre Barack Obama e John McCain, contou com um grande investimento em plataformas como Myspace, Facebook e YouTube, além de anúncios e de *links* patrocinados no Google. Desde então, as redes sociais e a *internet* ganharam cada vez mais destaque em eventos políticos, como na Primavera Árabe, nas jornadas de junho de 2013 (no Brasil), no *Brexit* e nas eleições estadunidenses de 2016 (ARRUDA; TADEU, 2020).

Hoje, a falta de acesso à *internet*, inclusive, é um obstáculo na vida de alguém na hora de exercer seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais. A *internet* é uma ferramenta que garante mais acesso à informação e que pode contribuir para

60 Na Alemanha, por exemplo, durante o regime nazista, Hitler estabeleceu o Ministério do Reich para Esclarecimento Popular e Propaganda, fundamental para a campanha antissemita, que incentivou a passividade e a aceitação de medidas contra os judeus. Outro exemplo, é a campanha dos EUA durante a guerra do Vietnã. As vezes chamada de "Campanha do Otimismo", esta empregou a "Teoria do Dominó" como uma tática de medo para suprimir a oposição à guerra. A chamada "Teoria do Dominó" significa: quando uma nação da região caísse sob o domínio do comunismo, as nações vizinhas logo cairiam também, como num jogo de dominó (POSETTI; MATTHEWS, 2018, p. 03-04).

uma democracia mais representativa. No Brasil, a Lei nº 12.965, de 23/4/2014, conhecida como *Marco Civil da Internet*, estabelece que o acesso à *internet* é essencial ao exercício da cidadania e, consequentemente, elenca quais seriam os direitos dos usuários (BRASIL, 2014).

Em outras palavras, o efetivo exercício da democracia significa não apenas direitos políticos iguais, direito de voto por exemplo, ou seja uma igualdade formal, mas a garantia de maiores condições de igualdade material. Essa igualdade passa, também, pelo acesso à informação. E, o acesso à *internet* e as novas tecnologias ampliam o espaço de participação e o exercício da cidadania.

Ao mesmo tempo, grande parte dos internautas não verifica a veracidade ou a fonte das informações, o que auxilia na disseminação de informações equivocadas. Dessa forma, as *fake news* encontram terreno fértil nas redes sociais, já que os utilizadores privilegiam conteúdos que confirmam suas visões de mundo (DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 157). Tal realidade pode se aprofundar, ainda mais, com o uso da inteligência artificial, capaz de produzir e reproduzir conteúdo por meio de sinais distorcidos, ou seja, englobando montagens, memes e qualquer outro conteúdo com a finalidade de desinformar.

Durante as eleições brasileiras de 2018, a utilização e a difusão de notícias falsas e de desinformação durante a campanha eleitoral chamou a atenção da missão de observadores da Organização de Estados Americanos (OEA) para as eleições brasileiras. Na ocasião, Laura Chinchilla, chefe da missão de observação eleitoral da OEA, afirmou que o Brasil enfrentava um fenômeno "sem precedentes" em relação a difusão de notícias falsas e que o fato preocupava o grupo de especialistas; ainda para a especialista da OEA o uso de notícias falsas para mobilizar vontades dos cidadãos é fator que tem preocupado a Organização (MELLO, D., 2018).

A repercussão destas e de uma série de outras denúncias do uso da tecnologia para interferir nas eleições brasileiras de 2018, levou o Congresso Nacional Brasileiro a criar, em 2019, uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar ataques contra a democracia, o uso de notícias falsas nas redes sociais e assédio virtual, a também chamada comissão das *Fake News* (BRASIL, 2019). O trabalho da comissão encerrou-se em dezembro de 2022, com a apresentação do relatório final.

Cabe ressaltar que, os trabalhos da CPMI das *fake new* foram profundamente impactados pela pandemia da covid-19. Ainda assim, houve contribuições importantes, dentre eles cita-se a confirmação da existência de uma rede de disparos

ilegais em massa, que havia atuado de maneira muito forte e evidente durante as eleições de 2018. Segundo o relatório da Comissão, o trabalho de investigação permitiu o acesso a parte do banco de dados de CPFs utilizados por uma das empresas responsáveis pelos disparos em massa, permitindo-se assim confirmar, de maneira imediata, a utilização fraudulenta de informações privadas de idosos no registro fraudulento de *chips* de celulares e de contas de WhatsApp (BRASIL, 2022, p. 681-682).

Ainda segundo o relatório da CPMI, informações importantes que tiveram origem no trabalho desta, foram utilizadas pelo Digital Forensic Research Lab (DFRLab)[61] que, em conjunto com o Facebook, conduziu uma investigação que acabou com a derrubada de 87 canais – 33 contas, 14 páginas e 1 grupo do Facebook, além de 38 contas do Instagram. Por fim, dentre as conclusões apontadas pela CPMI está a necessidade de melhorar alguns tipos penais, certos dispositivos legais, procedimentos de investigação, o aparelhamento de nossas autoridades de investigação e, também, a educação dos internautas (BRASIL, 2022, p. 682).

Igualmente, desde 2018, a Justiça Eleitoral brasileira busca atuar no combate à disseminação de notícias falsas relacionadas às eleições e à Justiça Eleitoral. Com isso, em agosto de 2019 foi lançado o Programa de Enfrentamento à Desinformação, o qual se tornou permanente em 2021. Os termos do programa apontam os perigos da proliferação de notícias falsas para a estabilidade democrática, especialmente no contexto de um pleito geral, e a necessidade da cooperação das plataformas digitais nas medidas que buscam coibir ou neutralizar a divulgação de conteúdo inautêntico pela *internet* (JUSTIÇA ELEITORAL, 2023).

O programa conta com as principais instituições democráticas brasileiras, como a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Além disso, fazem parte as principais plataformas de mídias sociais e de serviço de mensagens do mundo como Google, Facebook, Instagram e WhatsApp, bem como as agências de checagem de notícias, segmentos da imprensa, telecomunicações, tecnologia da informação, provedores de *internet*, agências de checagem e partidos políticos, entre muitos outros. Segundo dados do Programa de Enfrentamento à Desinformação, entre 2018 e 2023 foram feitas 415 checagens de desinformação pela Justiça Eleitoral. Especificamente, com relação as eleições de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral em seus canais abrigou 142 novos vídeos que explicavam teorias falsas propagadas na *internet* (TSE, 2023).

61 Laboratório da entidade Atlantic Council responsável por pesquisas acerca do ambiente da desinformação e de desrespeito aos direitos humanos na rede mundial de computadores.

Ainda em 2022, a Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (MOE/OEA) foi enviada para acompanhar as eleições brasileiras. A MOE/OEA apresentou seu relatório preliminar após o segundo turno das eleições no Brasil, em 1 de novembro de 2022. Segundo o documento, durante a campanha, atores políticos também contribuíram para a disseminação da retórica polarizadora e para a desinformação. Nesse sentido, a Missão ecoa a Declaração Conjunta sobre Liberdade de Expressão e *Fake News*, Desinformação e Propaganda que prevê que os atores estatais não devem fazer, endossar, encorajar ou disseminar declarações que sabem ou razoavelmente deveriam saber que são falsas ou que mostram um desrespeito manifesto por informações verificáveis (OEA, 2022).

Diante de fatos como os relatados, a qualidade e a liberdade da disputa eleitoral democrática se colocam a prova, além disso, demonstram como o uso negativo da tecnologia rompem com elementos essenciais da democracia representativa, como o respeito às liberdades fundamentais e a celebração de eleições livres e, principalmente, justas. A realidade brasileira serve de exemplo para demonstrar que, atualmente, está se criando um ambiente perfeito para a desinformação e, consequentemente, limitador do exercício pleno dos direitos civis e políticos, já que não se pode falar em escolhas livres quando estas são feitas com base em informações falsas, impulsionadas por plataformas digitais.

Assim, a preocupação com a estabilidade da democracia é uma realidade e deve ser um compromisso do cidadão e das instituições democráticas. Por isso, destaca-se três movimentos em curso no Brasil. No judiciário, aguarda-se a decisão de duas ações de Repercussão Geral, Recurso Extraordinário nº 1057258 e Recurso Extraordinário nº 1037396, envolvendo respectivamente o Google e o Facebook. Ambas as ações discutem a imposição de condições para a responsabilização civil de provedor de *internet*, *websites* e gestores de aplicativos de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos de terceiros.

Hoje, a príncipio, a empresa hospedeira de sítio na *internet* não é responsabilizada pelo conteúdo publicado por terceiros, como, por exemplo, notícias falsas. Contudo, essas decisões são paradigmáticas, pois podem atribuir, à empresa hospedeira de sítio na *internet*, o dever de fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.

Essa discussão, que envolve o papel e as obrigações das plataformas digitais frente ao combate a desinformação, também, está em curso no legislativo. Atual-

mente, tramita no Congresso Nacional o projeto de lei nº 2630, de 2020, conhecido como Lei das *Fake News*, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na *Internet*. O objetivo da lei é estabelecer normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na *internet*, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei (BRASIL, 2020).

O projeto tem provocado um debate na sociedade, se de um lado há pessoas favoráveis ao projeto e que defendem a importância da aprovação da lei, há também aqueles que criticam o projeto e que se referem ao texto como "PL da Censura". Inclusive, muita desinformação acerca do projeto de lei está circulando pela *internet*. Nosso objetivo não é discutir o projeto de lei, mas destacar os movimentos em curso e a importância para o fortalecimento da democracia.

Tais movimentos são importantes e fazem parte do processo de responder às mudanças provocadas pelo uso tecnologia e seu impacto na democracia. Não obstante, uma conclusão é uníssona no combate as *fake news*: a importância da educação da população. A educação é um meio eficaz para fomentar a consciência dos cidadãos com respeito a seus próprios países e, desta forma, lograr uma participação significativa no processo de tomada de decisões, e reafirmando a importância do desenvolvimento dos recursos humanos para se alcançar um sistema democrático sólido (OEA, 2001).

E, este é dever do Estado, o próprio marco civil da internet dispõe: "Art. 26. O cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico" (BRASIL, 2014).

Como afirmam Carneiro Leão, Teixeira e Bragato (2018, p. 125), essa organização política (a democracia) sempre requer a produção de subjetividades e, por isso, devemos criar uma multidão capaz de uma ação política democrática e de uma autogestão do comum; isso apenas será alcançado com a investimento nos direitos sociais, econômicos e culturais, somente assim será possível combater a desinformação.

Conclusão

Neste artigo evidenciou-se o impacto da *internet* e das novas tecnologias para a estabilidade das democracias modernas. A *internet* pode ser uma ferramenta de fortalecimento da democracia, ao proporcionar maior acesso à informação e participação democrática. Paradoxalmente, conforme ressaltado ao longo do artigo, passou a ser considerada uma forma de ameaça à democracia, com o uso das *fake news*. As *fake news* promovem desinformação entre a população e vem influenciando no pleno exercício dos direitos políticos e na realização de eleições livres e justas.

A partir do percurso teórico realizado, verificou-se a dificuldade em conceituar a democracia, já que esta vai assumindo várias formas e sendo objeto de diferentes juízos de valores ao longo da história. Mais fácil, por outro lado, é compreender o que a democracia não é. Em oposição à democracia, temos as autocracias – regimes que vão lidar com governantes com poder excessivo.

Os regimes autoritários se fortalecem com o cerceamento de direitos individuais, perseguição às oposições, violência social, censura *et cetera*. As notícias falsas, por sua vez, prosperam, justamente, em ambientes politicamente polarizados, na ausência da tolerância e pluralismo político. Portanto, movimentos em direção a práticas como estas são sinais alarmantes de como a democracia vem se fragilizando.

Por meio do exemplo brasileiro, demonstrou-se como a utilização da desinformação como recurso político se tornou presente e uma preocupação central nas últimas disputas eleitorais. Com isso, observa-se alguns movimentos no sentido de coibir tais práticas. No Brasil, a justiça eleitoral vem desempenhando um papel importante ao adotar medidas de combate à desinformação.

Ainda, casos paradigmáticos estão em curso no poder judiciário, acerca das responsabilidades quanto a propagação de desinformação. Já no legislativo está em tramitação um projeto de lei que, dentre outros, tem como objetivo o fortalecimento do processo democrático por meio do combate à desinformação e do fomento à diversidade de informações na *internet* no Brasil.

Diante deste cenário, retoma-se a pergunta: pode uma democracia sobreviver a tanta notícia falsa? A democracia, por ser um regime complexo, é difícil de estabilizar. Ao longo da história esta foi colocada à prova inúmeras vezes. Na contemporaneidade, as *fake news* são um novo elemento que pode impactar a

democracia. Mas, é em ambientes já instáveis onde aqueles que propagam mais desinformação se beneficiam. Para entender melhor, a leitura da democracia não pode ser adstrita aos seus contornos legais ou formais, mas deve ser observada, atentamente, as efetivas condições institucionais e sociais que permitem a participação ativa, livre, informada da população no processo democrático.

Precisamos de tempo para analisar o impacto dos movimentos em curso no Brasilo. Mas, para além destes movimentos específicos, devemos criar uma multidão capaz de uma ação política democrática consciente e plenamente informada. Com isso, a sobrevivência da democracia perpassa pela educação como meio eficaz de combate as *fake news*.

Referências

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARRUDA, Gabriela; TADEU, Daiane. A desinformação influência eleições ao redor do mundo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 12 fev.2020. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-desinformacao-influencia-eleicoes-ao-redor-do-mundo/. Acesso em: 01 mai.2020.

BOIX, Carles. **Democracy and Redistribution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BRASIL. Senado Federal. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News**. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2292 . Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News: Relatório Final apresentado pela relatora**. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2292&tp=4. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. Projeto de lei n° 2630, de 2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944 Acesso em: 23 mai. 2023.

CARNEIRO LEÃO, Daniel; TEIXEIRA, João Paulo A; BRAGATO, Fernanda Frizzo. Reflexões sobre o exercício democrático: uma análise teórico-crítica dos limites do direito e da conjuntura jurídico-política atual. **Revista Thesis Juris**, v. 7, p. 113-134, 2018.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C.L.. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa , v. 18, n. 32, p. 155-169, abr. 2018 . Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S218354622018000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 maio 2020.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C.L.. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa , v. 18, n. 32, p. 155-169, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S218354622018000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 maio 2020.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa** - Versão monousuário 1.0. São Paulo: Objetiva, CD-ROM, 2009.

JUSTIÇA ELEITORAL. **Programa de Enfrentamento à Desinformação**, 2023. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao/#. Acesso em: 10 jun. 2023.

LIMONGI, Fernando. Prefácio. *In*: DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 11-22, 2012.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. Disponível em: http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. **Os partidos políticos e a democracia**. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218738808O9jEJ7wj1Ds10DV6.pdf. Acesso em: 10 dez. 2013.

MAIR, Peter. Democracies. *In*: CARAMANI, Daniele (ed). **Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, p. 108-132, 2008.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, Daniel. Para OEA, difusão de notícias falsas no Brasil não tem precedentes. **Agência Brasil**, 25 out 2018. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/para-oea-difusao-de-noticias-falsas-no-brasil-nao-tem-precedentes. Acesso em: 02 mai. 2020.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado**: Teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado**: Teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Missão de Observação Eleitoral da OEA apresenta seu relatório preliminar após o segundo turno das eleições no Brasil**, 2022. Disponível em: https://www.oas.org/fpdb/press/Informe-Preliminar-de-la--MOE-Brasil-2022-PT.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **La Carta Democrática Interamericana**, 2001. Disponível em: http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic_Charter.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

PEDROSO, Elizabeth. Regimes Políticos. *In*: PETERSEN, Aurea et al. **Ciência Política**: Textos Introdutórios. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 93-117, 1998.

PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

POSETTI, Julie; MATTHEWS, Alice. A Short Guide to the History of 'Fake News' and Disinformation. **International Center for Journalists** (ICFJ): p. 03-04, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv00014a.pdf. Acesso em: 10 dez. 2013.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **No Dia Internacional da Checagem de Fatos**, TSE alerta: verifique a procedência de conteúdos na internet, 2023. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Abril/no-dia-internacional-da-checagem--de-fatos-tse-alerta-verifique-a-procedencia-de-conteudos-na. Acesso em: 10 maio. 2023.

MAPEAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: CONCENTRAÇÃO POR UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS

João Pedro da Rosa Ribeiro[62]
Muriel Pinto[63]
Melissa da Rosa Ribeiro[64]
Pawily Nataly Martins Pinheiro[65]

RESUMO: Este texto presta-se a discutir a seleção do Programa Residência Pedagógica em nas unidades da federação brasileira. Este programa, é uma *public policy* voltada para educação, envolvendo nível superior e básico. Assim sendo, a mesma propõe-se a fomentar o desenvolvimento dos professores em formação que permeiam os cursos de licenciatura do país. Instituições públicas e privadas podem ser contempladas com a seleção ao

62 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Labpoliter (Laboratório de Políticas Públicas e territórios fronteiriços) Pesquisa sobre Geografia, Políticas Públicas e Educação. *E-mail:* joaoribeiro.aluno@unipampa.edu.br.

63 Professor dos cursos de Ciência Política (Bacharelado), Ciências Humanas (Licenciatura) e Políticas Públicas (Mestrado Profissional) pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Líder do Grupo de Pesquisa Labpoliter (Laboratório de Políticas Públicas e territórios fronteiriços) Pesquisa Geografia Humana, Representação Social, Políticas Públicas e Políticas Públicas Educacionais. *E-mail:* murielpinto@unipampa.edu.br.

64 Graduanda do curso de Direito pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. *E-mail:* melissaribeiro.aluno@unipampa.edu.br.

65 Graduanda do Curso de Pedagogia, Faculdade Anhanguera. Pesquisa sobre Educação. *E-mail:* pawilynatanypinheiro@gmail.com.

Residência Pedagógica. Para examinar-se em quais Estados do Brasil foram executados a política em questão foram analisados os editais de seleção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição de implementa e avalia o projeto em estudo. Aplicou-se, assim, portanto a análise documental, que abrigou as normativas da CAPES e a pesquisa bibliográfica, disposta a embasar trabalhos com base em produções previamente elaborados. Para o compor o método, usou o comparativo, a fim de confrontar quais Estado brasileiros tiveram maior recebimento do programa em questão. Como consequência da pesquisa, observou-se concentração do Programa Residência Pedagógica em unidades federativas do Sul e Sudeste, em especial São Paulo, Minhas Gerais e Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Residência Pedagógica; Políticas Públicas; Políticas Públicas Educacionais.

Introdução

O Programa Residência Pedagógica é uma política pública educacional, que visa a formação de professores, tanto da rede básica, quanto os licenciados nas instituições de ensino superior. O referido projeto tem suporte e supervisão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que conforme suas normativas, implementa e avalia as políticas públicas sob sua reponsabilidade. Em relação aos sujeitos envolvidos, portanto, envolvem-se docentes da rede básica e superior e os discentes, que fazem parte dos cursos de graduação em nível de licenciatura.

A primeira edição desta política educacional deu-se início em 2018, com duração de 18 meses. Ademais, houve mais duas edições, com início em 2020 e 2022, da mesma forma com a mesma duração, ou seja, um ano e meio. Os objetivos do Programa Residência Pedagógica estão relacionados com a formação de professores, todavia, existem objetivos a serem desenvolvidos. Entre eles estão a integração entre redes educacionais de nível superior e básico; fomentar a pesquisa dos envolvidos, é outro ponto a ser destacado, pois, é necessário que os envolvidos transformem as práticas pedagógicas em instrumentos de divulgação científica, ou seja, que relatem suas experiências aos pares; além do mais, busca fortalecer a identidade dos docentes em formação. Já sobre a relação entre teoria e prática, é objetivado que os envolvidos no programa estimulem estes pontos, a fim de tornar o processo de ensino-aprendizagem; por fim, é importante que haja valorização dos docentes da educação básica, assim sendo, este um dos objetivos desta política pública.

Dentro do organograma implementado pela CAPES, o projeto conta com 4 atores distintos, sendo eles: residente (licenciado), preceptor (professor da educação básica), docente orientador (supervisiona um núcleo) e coordenador institucional (responsável por vários núcleos). Conforme as normativas da CAPES, todos os atores possuem tarefas, direitos e obrigações. Além disso, deve existir relação entre os atores, isto é: desenvolvimento das tarefas em consonância e trabalho em conjunto.

Por seguinte, é possível comentar-se sobre a problemática que envolvem esta pesquisa. Os Estados brasileiros possuem diferentes contextos, tanto educacionais, como sociais e econômicos, assim, é necessário entender-se em quais territórios estão dispostos o Programa Residência Pedagógica, já que o mesmo é uma política nacional. Assim, para compor a problemática deste trabalho, buscou-se pesquisar em quais unidades da federação encontram-se a execução do Programa Residência Pedagógica, ou seja, qual a quantidade de seleções da *policy* em questão, no nível nacional.

A fim de expor-se um trabalho ao rigor científico, é imprescindível que se aponte o processo metodológico aplicado. Para compor este trabalho, usou-se os editais da CAPES que previam a seleção de instituições de ensino superior para executar o Programa Residência Pedagógica. Ao todo, foram 3 editais explorados, assim sendo, estes documentos públicos mostram quais educandários superiores foram selecionados e onde encontram-se dispostos pelo território brasileiro. Em relação às técnicas de pesquisa, foi aplicada a análise documental e bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2003). A pesquisa documental ficou a cargo dos editais da CAPES e pesquisa bibliográfica relaciona-se com os escritos acerca da política pública Residência Pedagógica. Sob o método executado, lista-se o comparativo, usual para dados concretos, segundo apontam as pesquisadoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2003).

Desenvolvimento

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é uma política pública educacional, que visa o aperfeiçoamento dos estudantes de licenciaturas de universidades privadas e públicas do Brasil. O foco principal do programa, segundo consta em sua página oficial,[66] é oferecer aperfeiçoamento inicial aos docentes que irão

66 Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica Acesso em: mai. 2023.

atuar na educação básica, ao final de suas licenciaturas. Assim, demandas relacionas à teoria e prática podem ser dispostas nas atividades do programa. Neste ponto, importante o fomento destas práticas, uma vez que, é necessário aos licenciandos reflexões sobre a educação e o processo de ensino-aprendizagem. Bendrath e Reis (2021), referindo-se ao projeto afirmam: "Em seu contexto, a proposta do programa tenta reduzir as lacunas existentes na formação docente, especialmente quando observada a relação dicotômica entre teoria e prática" (2021, p. 2).

Autores como Lemos et al. (2020) apontam as mesmas questões acerca do Programa Residência Pedagógica. Entre os pontos listados pelos autores, comenta-se sobre a possibilidade de imersão dos licenciandos na rede básica. E, por fim, tem-se a figura dos professores da instituição de ensino superior, que prestam apoio e orientam os preceptores e residentes:

> O Programa Institucional Residência Pedagógica (Programa RP), lançado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no mês de março do ano de 2018, tem como objetivo promover a imersão do licenciando nas escolas de Educação Básica a partir da segunda metade do curso. Nessa perspectiva, o professor em processo de formação inicial é inserido no ambiente da escola para realizar as intervenções, acompanhado pelo professor da escola com experiência na área de ensino do graduando. Além da figura do professor preceptor, há também a figura de um docente da Instituição de Ensino Superior (IES), cujo papel, entre outros, é também orientar as atividades que serão aplicadas aos discentes nas escolas (Lemos et al. 2020, p. 66-67).

No endereço eletrônico oficial, citado anteriormente, encontram-se os 5 objetivos PRP.[67] O primeiro, diz respeito à relação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, que deve ser praticada e fortalecida ao longo da estadia no programa. Como consequência do primeiro, objetiva-se, também, induzir a pesquisa e produção acadêmica dos atores. Ou seja, as reflexões e analises acerca da educação básica geram dois objetivos à esta política educacional. Outro ponto a ser fomentado, diz respeito a construção da identidade profissional do licenciando, previsto, portanto, entre os propósitos do projeto. Já em relação aos docentes já atuantes no ensino básico, o projeto se propõe a valorizar suas experiências e saberes. Objetiva-se, além disso, a colaboração entre IES,[68] redes de aprendizagem e educandários na formação inicial de docentes. A seguir, expressa-se os objetivos desta política de formação de professores:

67 Pode-se fazer o uso da sigla "PRP" para designar o Programa Residência Pedagógica.

68 IES – Instituições de Ensino Superior. Podem ter caráter público ou privado. Ou seja, estes dois modelos são contemplados na política do Residência Pedagógica.

> 1. Fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
> 2. Contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;
> 3. Estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
> 4. Valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional;
> 5. Induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula (Programa Residência Pedagógica, 2018).

Como pode ser visto no item 4, da citação anterior, envolvem-se diferentes atores e entes federados do Brasil. O projeto articula os docentes da educação básica – nível estadual e/ou municipal – e os sujeitos pertencentes às instituições de ensino superior. Um dos pilares desta política, é a relação que estes diferentes atores devem desenvolver ao longo do trabalho. Ou seja, existe o chamado regime de colaboração entre os envolvidos na política pública em questão. Sobre o material financeiro disponibilizado, sabe-se que, é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que desde 2007 preocupa-se com a formação de professores. Além disso, evidencia-se nesta ação pública, a Política Nacional de Formação de Professores, regida desde 2018 pela CAPES:

> O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e, segundo o Edital Capes nº 6/2018, tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do/a licenciando/a na escola de Educação Básica a partir da segunda metade da licenciatura em curso (MARTINS FILHO; SOUZA; MARTINS, 2021, p. 13).

Em conformidade com os objetivos citados anteriormente, os autores apontam que os residentes devem, ao colocar-se no programa, terem experiências pedagógicas em sala de aula. Esta atividade, por sua vez, deve ser acompanhada de um professor da rede básica, com formação na área do projeto e por um docente orientador. Este último, por sua vez, é oriundo de IES:

> Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, a regência de sala de aula e a ação pedagógica a serem acompanhadas por um/a professor/a da escola básica com experiência na área de ensino do/a licenciando/a e orientado por um/a docente da sua Instituição Formadora (MARTINS; SOUZA; MARTINS, 2021, p. 13).

Durante a execução, receberam e recebem[69] auxílio do governo federal, discentes e docentes das instituições de ensino superior; e profissionais da rede básica. Para a execução são envolvidos 4 atores: residentes (alunos de licenciatura), preceptores (professores da rede básica), docente orientador (responsável por um núcleo e deve estar vinculado à um instituto de ensino superior) e coordenador institucional (sujeito incumbida de dirigir todos os núcleos, assim como o sujeito anterior, deve fazer parte do quadro efetivo de um IES). Portanto, tem-se a relação entre diferentes setores da educação e distintos representantes da União. No quadro a seguir, pode-se ver o quadro de valores atribuídos a cada um destes atores.

FIGURA 1: Quadro dos atores do Programa Residência Pedagógica

Função	Valor do auxílio[70]	Instituição	Atribuição
Residente[71]	R$ 700,00	Discente de instituição de ensino superior	Está vinculado ao Programa Residência Pedagógica, ao qual atribui-se turmas para o exercício docente.
Preceptor	R$ 1.100,00	Professor da rede básica	Atua no acompanhamento e orientação dos residentes
Docente Orientador	R$ 2.200,00	Docente de IES	Responsável pela elaboração e planejamento de subprojeto
Coordenador Institucional	R$ 2.100,00	Docente de IES	Foco na elaboração do projeto institucional e na coordenação dos subprojetos

Fonte: Elaboração própria, ano. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica.

Segundo a Portaria nº 82, de abril de 2022, os sujeitos citados no quadro anterior possuem atribuições definidas. Sobre o residente, a normativa prevê 5 incisos, que vão desde o planejamento das atividades pedagógicas – sob supervisão do preceptor e orientador – até o acompanhamento das atividades de avaliação do programa. Em parágrafo único, a portaria em questão aponta que não pode haver execução das atividades após a colação de grau. Em função desta recomendação, deve-se atentar para o término do curso, para que haja encerramento do vínculo:

69 No momento ocorre a terceira edição do PRP, iniciada em 2022.

70 Os valores expressos neste quadro foram atualizados em 2023. Durante o último edital, ou seja, em 2022, os valores pagos eram: R$ 400,00 (residente); R$ 765,00 (preceptor); R$ 1.400,00 (docente orientador); e R$ 1.500,00 (coordenador institucional).

71 O aluno de licenciatura somente estará apto a participar do programa caso tenha curso 50% do seu curso ou esteja no 5º período/semestre.

> I - desenvolver as atividades de residência pedagógica, planejadas juntamente com o docente orientador e o preceptor; II - elaborar os planos de aula sob orientação do docente orientador e do preceptor; III - cumprir a carga horária de residência estabelecida pela CAPES; IV - registrar as atividades de residência pedagógica em relatórios ou em relato de experiência, conforme definido pela CAPES, e entregá-los no prazo estabelecido; V - participar das atividades de acompanhamento e de avaliação do projeto colaborando com o aperfeiçoamento do programa; e VI - comunicar qualquer intercorrência no andamento da residência ao preceptor, ao docente orientador, ao coordenador institucional ou à CAPES (CAPES, 2022, p. 11).

Já em relação ao preceptor, são indicados 11 incisos. Entre eles, destaca-se: o acompanhamento e a avaliação dos residentes; auxílio na elaboração de materiais pedagógicos; fomento a reuniões com residentes, a fim de socializar as práticas; informar ao docente orientador a suspensão ou cancelamento de bolsas, entre outros. Este ator é de grande importância, uma vez que trabalha no educandário e pode dar suporte pedagógico, emocional, intelectual e diagnosticar a realidade escolar aos residentes. Todos os envolvidos são importantes para a execução do projeto, no entanto, o preceptor trabalha em conjunto aos residentes e o docente orientador. A seguir, é possível ler-se as atribuições do docente da rede básica:

> I - planejar e acompanhar as atividades dos residentes na escola-campo, zelando pelo cumprimento das atividades planejadas; II - orientar, juntamente com o docente orientador, a elaboração de relatórios, relatos de experiência ou outros registros de atividades dos residentes; III - acompanhar e avaliar o residente na aplicação de seus planos de aula e na execução da prática pedagógica; IV - auxiliar na elaboração de materiais didático-pedagógicos a serem utilizados pelos residentes; V - informar o docente orientador sobre a frequência e a participação dos residentes nas atividades desenvolvidas na escola-campo; VI - informar ao docente orientador situações que possam implicar o cancelamento ou a suspensão da bolsa do residente; VII - reunir-se periodicamente com os residentes e outros preceptores, para socializar conhecimentos e experiências; VIII - participar das atividades de acompanhamento e de avaliação do projeto colaborando com o aperfeiçoamento do programa; IX - participar de reuniões, seminários e atividades relacionadas ao PRP, quando convocado pela IES ou pela CAPES; X - elaborar relatório com as atividades executadas na escola-campo, a fim de compor a prestação de contas da IES; e XI - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES quanto ao PRP (CAPES, 2022, p. 11).

Sobre as atribuições dos docentes da instituição de ensino contemplada com Programa Residência Pedagógica, relacionam-se com o acompanhamento e

a coordenação do projeto. Em relação ao docente orientador, são apresentados 16 incisos. Os deveres tem concordância com a orientação, avaliação e acompanhamento dos residentes, no que diz respeito a elaboração de relatórios e materiais didático, por exemplo. Além disso, se conecta com o coordenador institucional, no que tange o cadastro e o gerenciamento de bolsas do seu núcleo. Outro ponto a ser regido por este ator, diz respeito ao fomento à pesquisa e atividades de extensão no seu núcleo:

> I - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades acadêmicas e pedagógicas do núcleo sob sua responsabilidade, em interlocução permanente com a coordenação institucional e com os demais participantes do subprojeto; II - acompanhar, orientar e avaliar os residentes em seu processo formativo e na sua imersão nas escolas de educação básica; III - reunir-se periodicamente com os preceptores, residentes e outros atores envolvidos nas atividades do subprojeto; IV - incentivar a participação em pesquisas, projetos de extensão e outras atividades que enriqueçam a formação dos residentes e dos preceptores; V - divulgar os documentos oficiais e demais informações relevantes sobre o PRP entre os participantes do núcleo; VI - orientar a elaboração de relatórios, relatos de experiência ou outros registros de atividades dos residentes, além de responsabilizar-se pelo recolhimento desses documentos quando solicitado pela coordenação institucional. VII - participar de seleção das escolas de educação básica, dos preceptores e dos residentes; VIII - orientar o residente na elaboração de seus planos de aula e na execução da prática pedagógica, em conjunto com o preceptor; IX - orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos a serem utilizados pelos residentes nas atividades realizadas nas escolas; X - participar de reuniões, seminários e atividades relacionadas ao PRP, quando convocado pela IES ou pela CAPES; XI - fornecer ao setor responsável pelos registros acadêmicos da IES informações referentes às atividades desenvolvidas pelos residentes e suas respectivas cargas horárias, quando solicitado; XII - manter o coordenador institucional atualizado sobre eventual evasão no núcleo; XIII - auxiliar o coordenador institucional no cadastro dos bolsistas e no gerenciamento do pagamento das bolsas dos participantes do seu núcleo, quando necessário; XIV - auxiliar o coordenador institucional na elaboração dos documentos solicitados pela CAPES e em outras atividades que se fizerem necessárias; XV - elaborar relatório com as atividades executadas no núcleo, a fim de compor a prestação de contas da IES; e XVI - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES quanto ao PRP, zelando para que sejam cumpridas por todos os participantes do núcleo (CAPES, 2022, p. 10-11).

O coordenador institucional, segundo afirma a Portaria nº 82, por exemplo, deve reger toda a seleção, na procura por docentes orientadores, preceptores e residentes. No desenvolver das atividades, este ator deve comprometer-se em

acompanhar as ações dos subprojetos vinculados ao seu projeto institucional. Em relação a articulação entre os envolvidos, é dever coordenador institucional, participar de reuniões, avaliações e seminários, ou eventos similares fomentados pela CAPES:

> I - responder pela gestão do PRP perante a IES, as secretarias de educação e a CAPES; II - coordenar o processo seletivo dos docentes orientadores, dos preceptores e dos residentes, observando os requisitos para participação no PRP; III - acompanhar as atividades dos subprojetos junto aos docentes orientadores, zelando pelo cumprimento das atividades previstas no projeto institucional; IV - reunir-se periodicamente com os participantes do programa, visando garantir o bom andamento dos subprojetos; V - divulgar os documentos oficiais e demais informações relevantes sobre o PRP entre os participantes do programa; VI - participar das atividades de acompanhamento e de avaliação do programa, com vistas ao seu aprimoramento; VII - assinar documentos relacionados ao programa, solicitados pela CAPES. VIII - coordenar a inserção e a atualização dos dados do projeto institucional nos sistemas de gestão da CAPES; IX - cadastrar no sistema de pagamento da CAPES os bolsistas na modalidade de Docente Orientador, e gerenciar o pagamento das bolsas para esses participantes; X - monitorar e acompanhar o pagamento dos bolsistas vinculados ao PRP na sua IES; XI - comunicar imediatamente à CAPES qualquer alteração ou descontinuidade das atividades do projeto Institucional ou de seus subprojetos; XII - articular-se com as secretarias de educação e com os diretores das escolas para definir estratégias que viabilizem a participação e a permanência dos professores da educação básica no programa; XIII - gerir o pagamento dos bolsistas da IES de acordo com as atividades que desempenham no programa; XIV - solicitar aos participantes a documentação comprobatória do atendimento aos requisitos previstos nesta portaria e manter essa documentação arquivada na IES, conforme legislação pertinente; XV - suspender ou cancelar o pagamento das bolsas nos casos previstos neste regulamento e nos editais do PRP, garantindo a ampla defesa dos bolsistas implicados; XVI - elaborar e apresentar os documentos e relatórios solicitados pela CAPES, referentes ao período em que esteve na função, mesmo que já não esteja mais vinculado ao PRP ou à IES; XVII - manter-se atualizado em relação às normas e às orientações da CAPES quanto ao PRP, zelando para que sejam cumpridas por todos os envolvidos na implementação do programa na IES; e XVIII - participar, quando convocado, de reuniões, seminários, avaliações ou quaisquer outros tipos de eventos organizados pela CAPES no âmbito do PRP (CAPES, 2022, p. 9-10).

Com as passagens acima, pode-se ver que o Programa Residência Pedagógica possui, em sua base o intuito de relacionar diferentes sujeitos da educação, portanto, um processo colaborativo:

> O PRP envolve a participação de: licenciandos (Residente) que tenham cursado, no mínimo, 50% do curso; docente de uma Instituição de Ensino Superior (IES) (Coordenador Institucional), que fica responsável pelo projeto institucional de Residência Pedagógica; docentes da IES (Orientador) que orienta a imersão dos residentes no futuro local de atuação profissional; professores da Educação Básica (Preceptor) que acompanha os residentes na escola. A ideia é que o licenciando possa desenvolver um conjunto de atividades (planejamento, regência de sala de aula, intervenção pedagógica, dentre outras que envolvem o fazer professoral), sob supervisão de docentes mais experientes, no caso, que atuam tanto na escola quanto na universidade. O Programa acontece em regime de colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o governo federal, por intermédio da CAPES (Farias et al., 2020, p. 3).

Fala-se desta forma, pois, os projetos e ações devem ser planejados e estruturados em conformidade com os atores selecionados para execução. A pesquisa, é outro elemento reforçado pela portaria. Este ponto é de grande importância, uma vez que, a educação precisa ser pensada e analisada, fato que somente pode ser visto em práticas de pesquisa e socialização. Para além, é conformidade desta política, a avaliação das atividades praticadas. Neste sentido, os envolvidos põem-se a considerar os problemas e pontos positivos de suas ações.

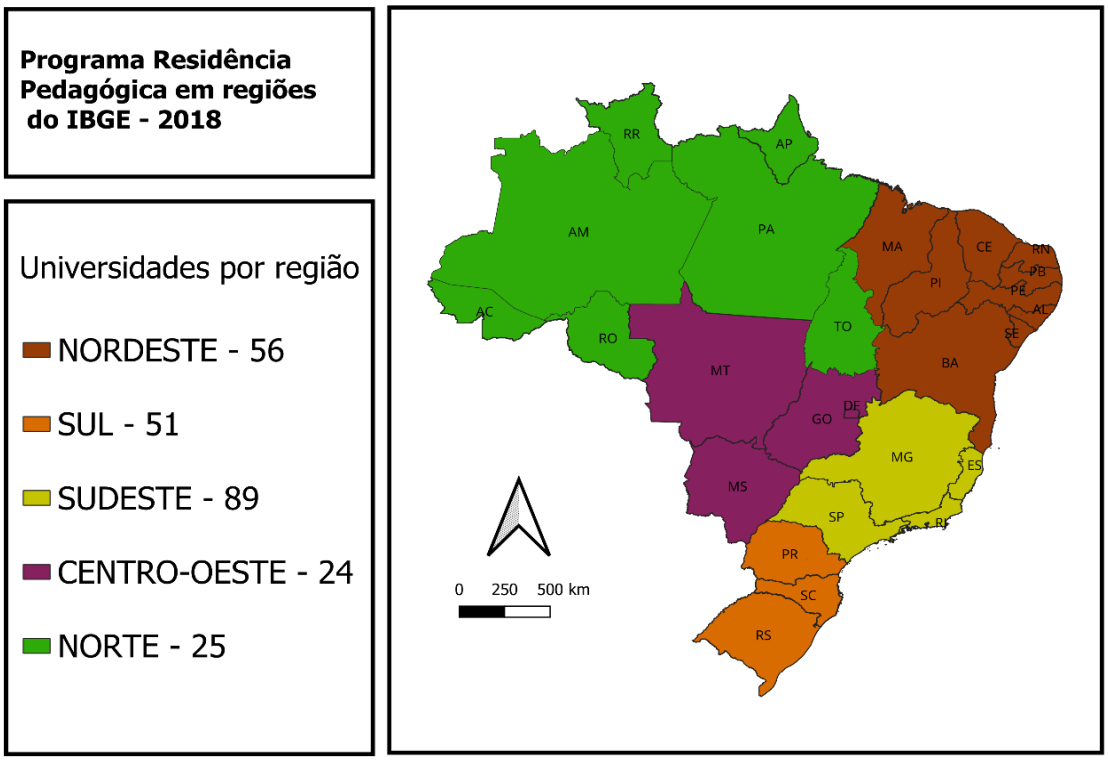
A primeira edição foi executada em 2018. Após esta, houve a etapa de 2020. Atualmente, o programa está em seu terceiro momento de execução, que se iniciou em 2022. Em todas as edições, o tempo de duração do Programa Residência Pedagógica foi de 18 meses. Em 2018, 2020 e 2022, respectivamente, foram selecionadas 245, 250 e 230 IES, distribuídas por todas as Unidades Federativas do Brasil. Durante as 3 execuções, o Estado de São Paulo, foi o que mais teve instituições de ensino superior selecionadas. Em sua etapa inaugural a UF em questão esteve em 43 instituições dispostas em seu território. Já na segunda e na terceira edição, respectivamente, foram 39 e 35 institutos educacionais contemplados. Os dois Estados com menor número de IES selecionadas foram o Acre e Rondônia, com 2 instituições nas 3 edições.

No entanto, de maneira inicial, serão apresentados os dados referentes as divisões territoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,[72] que propõem Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Nos ano de 2018, assim sendo, a

72 Existem diferentes formar de regionalizar o Brasil. Uma delas é a classificação oficial do IBGE, que divide o território em Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Além dessa, pode-se recortar o espaço brasileiro conforme Milton Santos, na sua denominação chamada "4 Brasis", estruturada em: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada.

primeira edição do Residência Pedagógica, a primeira região citada apresentou 24 IES com regência do projeto. Já em 2020, o número decresceu para 22 e na última etapa desta política pública, os dados seguiram o mesmo índice da segunda edição. A região Norte brasileira apresentou nas 3 execuções do projeto, os menores números de IES selecionadas. Desta forma, é necessário que a CAPES e Ministério da Educação fomente e distribuam maiores cotas desta política educacional aos Estados do Norte. Além disso, é necessário que sejam abertos centros de educação superior nestes espaços, pois, apenas com este tipo de instituição, podem haver ações pedagógicas. O fato de novas universidades, por exemplo, também iria de encontro ao desenvolvimento das escolas da rede básica. Fala-se isso, em função da cooperação entre os atores que o PRP constrói. A seguir, pode-se notar a distribuição do Residência Pedagógica por região em 2018.

FIGURA 2: Programa Residência Pedagógica em regiões do IBGE - 2018

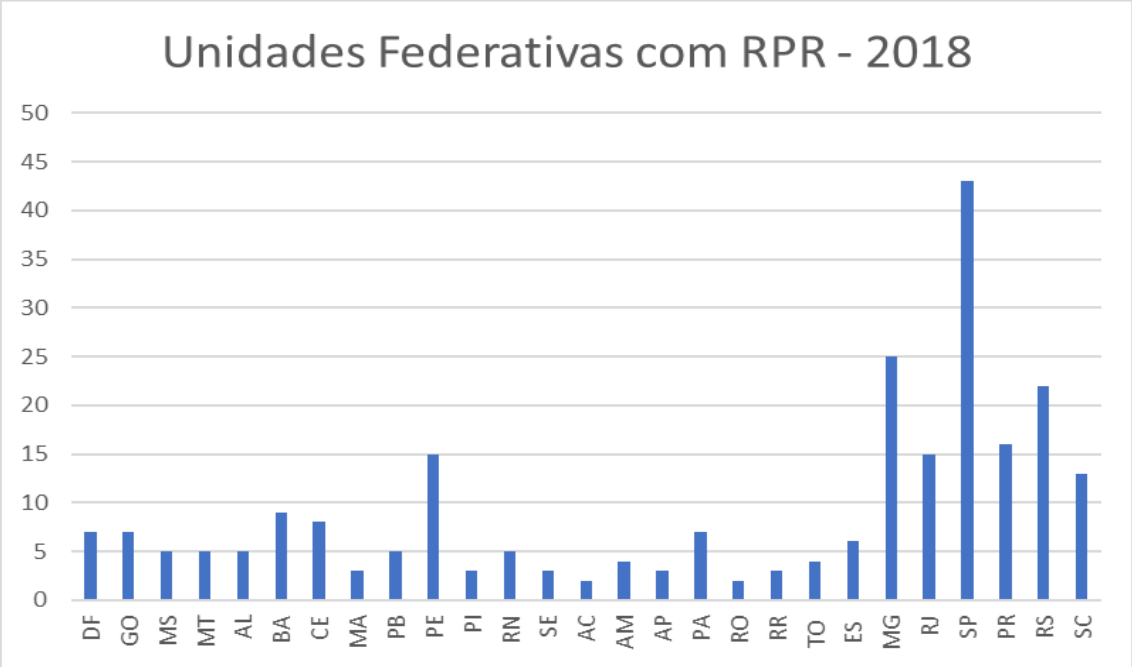


Fonte: Elaboração própria, ano. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/29052018-resultado-final-edital-6-2018-residencia-pdf. Acesso em: mai. 2023.

Outra região com diminuta participação, é a Centro-Oeste, que na primeira etapa, contou com apenas 24 projetos do Residência. Em comparação com os seus vizinhos nortistas, apresentaram, portanto, menor número. Em 2020, no en-

tanto, chega-se à 25 instituições superiores aprovadas para implementar a política em questão. Já na edição atual, retorna à marca da primeira edição. Este espaço brasileiro é singular, uma vez que abriga a capital Federal, Brasília. Esta unidade, em composição territorial é a menor da região e recebeu o mesmo número de edições do programa em 2018, em relação aos vizinhos goianos, conforme pode-se observar o gráfico a seguir.

FIGURA 3: Unidades Federativas contempladas com o Programa Residência Pedagógica na edição de 2018.



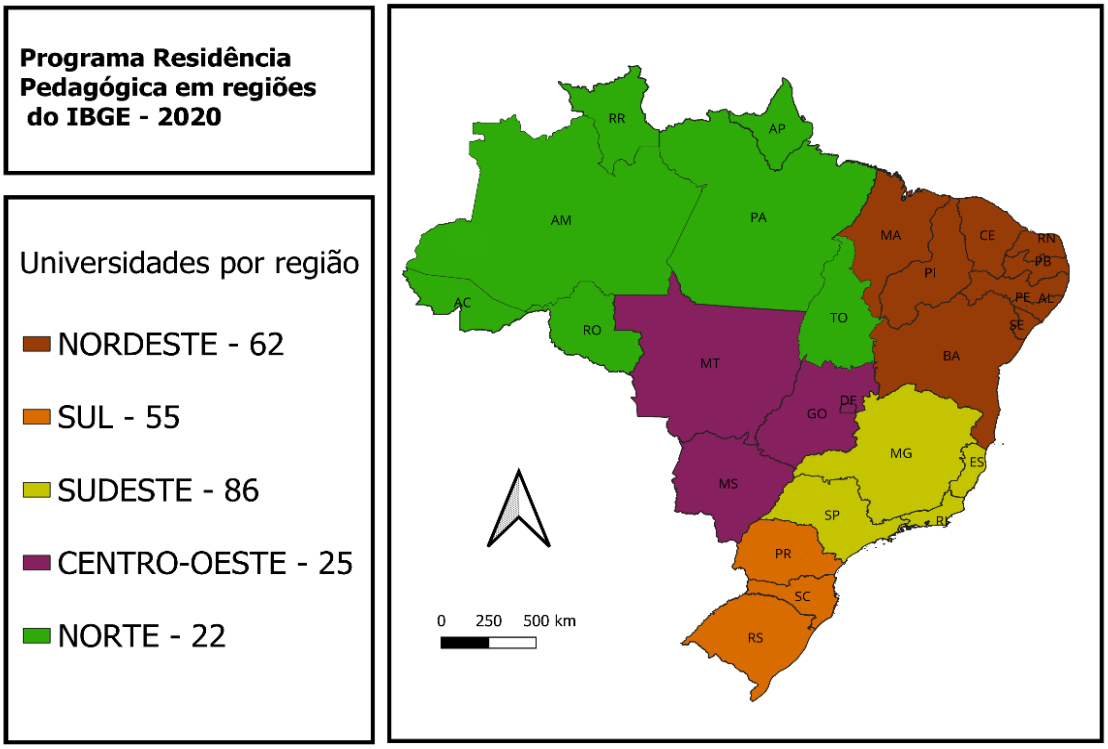
Fonte: Elaboração própria, ano. João Pedro da Rosa Ribeiro. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/29052018-resultado-final-edital-6-2018-residencia-pdf. Acesso em: mai. 2023.

Para ter-se um panorama espacial, segundo o IBGE, o DF[73] possui cerca de 5,7 milhões de km², enquanto Goiás,[74] 340 milhões de km². Mesmo em área territorial diminuta, Brasília, recebeu cotas similares do programa. No entanto, em 2020 e 2022, os dados foram alterados, pois, Goiás passou de 9 para 10 IES contendo o projeto, da segunda para terceira etapa de execução. Enquanto o DF, obteve 6 e 4 instituições com abrangência do PRP de 2020, para 2022. Na imagem a seguir, tem-se os índices por região em 2020.

73 Consulta disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df/brasilia.html? Acesso em: mai. 2023.

74 Consulta disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go.html? Acesso em: mai. 2023.

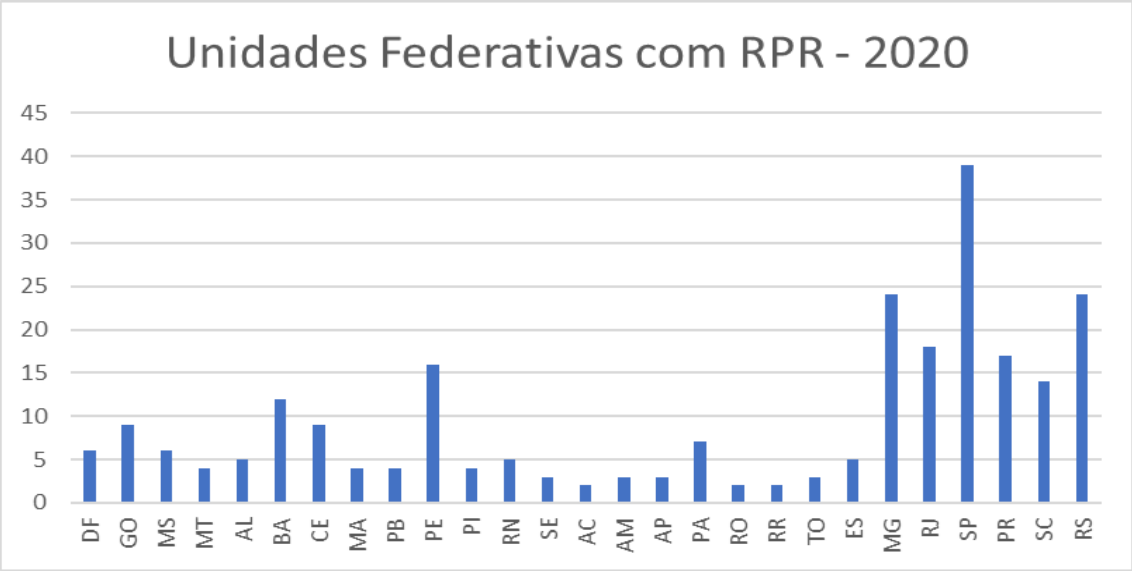
FIGURA 4: Programa Residência Pedagógica em regiões do IBGE - 2020



Fonte: Elaboração própria, ano. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/22052020-edital-1-2020rp-resultado-final-pdf Acesso em: mai. 2023.

Sobre a região Nordeste, os números crescem, em relação aos vizinhos do Norte. O espaço em questão apresenta o maior número de Unidades Federativas, no total 9 entes federados estaduais. De modo geral, a segunda edição foi a mais volumosa aplicação do Residência neste espaço, 56 institutos de educação superior. Os números aumentam em 2020, para 62. E decrescem em 2022, com 55 IES contempladas. Na figura a seguir, é possível observar o PRP nas Unidades Federativas em sua edição de 2020.

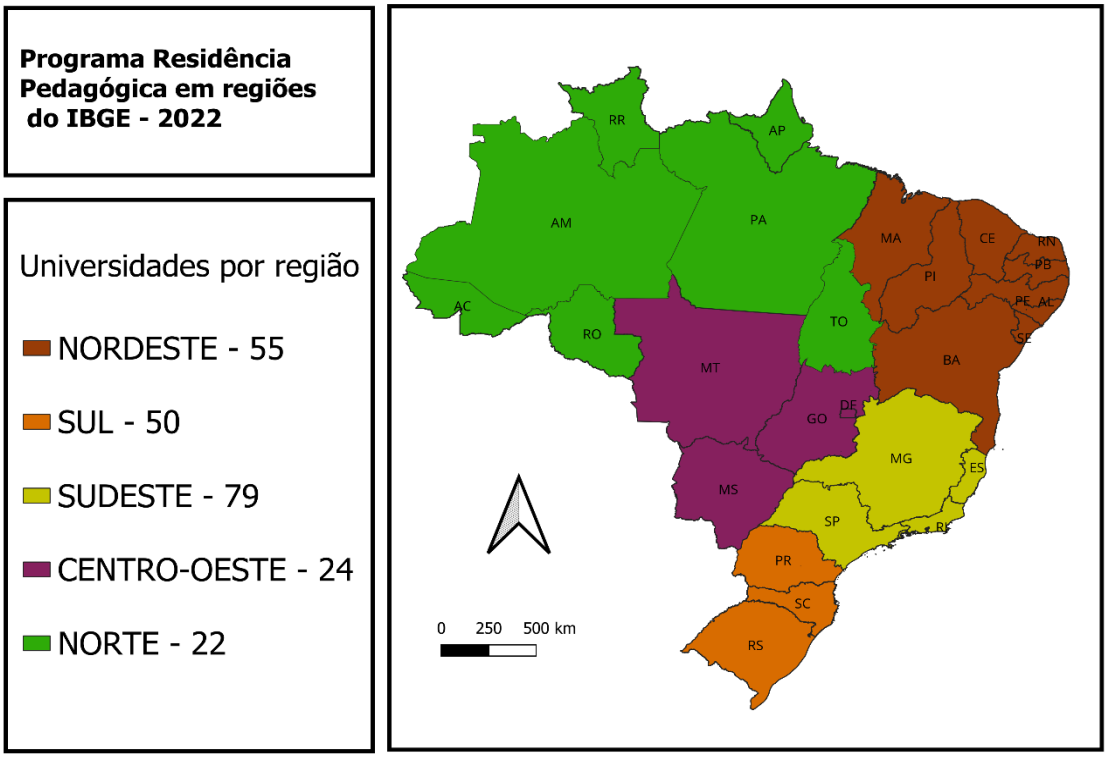
FIGURA 5: Unidades Federativas contempladas com o Programa Residência Pedagógica na edição de 2020.



Fonte: Elaboração própria, ano. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/22052020-edital-1-2020rp-resultado-final-pdf. Acesso em: mai. 2023.

Nas três edições, o Estado de Pernambuco foi o mais assíduo no recebimento do PRP, com 15, 16, e 14, IES, respectivamente, nos anos de 2018, 2020 e 2022. Já a UF com menor quantitativo, foi Sergipe, que possuiu nas 3 execuções do programa apenas 3 instituições de ensino superior preteridas. Pode-se ver, portanto, uma discrepância mesmo dentro de uma região, como é possível notar na relação entre Pernambuco e Sergipe. Outra Unidade Federativa importante, no que tange o Residência Pedagógica, é a Bahia. Na primeira edição, obteve 9 IES com o PRP. Houve acréscimo em 2020, para 12 seleções e queda para 11 na última edição. De modo geral, é necessário que o governo federal ocupe espaços com menor abrangência do programa, tal como Sergipe. Além do mais, é urge a necessidade de criações de universidades e centros de ensino superior nos Estados do Norte, Nordeste e Norte. A seguir, é possível visualizar-se as regiões do IBGE em 2022, que receberam o Residência Pedagógica.

FIGURA 6: Programa Residência Pedagógica em regiões do IBGE – 2022.



Fonte: Elaboração própria, ano. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/resultados-dos-editais/05092022_Edital_1794069_SEI_CAPES___1793630___Edital24_22.pdf. Acesso em: mai. 2023.

Sudeste e Sul, abrangem dos Estados com maior quantidade de recebimento do programa. São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, foram os líderes nas 3 edições. O Sul, por exemplo, em nenhuma amostra superou os números do Nordeste. No entanto, possui a UF mais meridional do Brasil, que apresenta dados relativos ao Residência Pedagógica em grande escala. Estes territórios, apenas refletem os melhores índices econômicos e sociais, na seleção de políticas públicas educacionais.

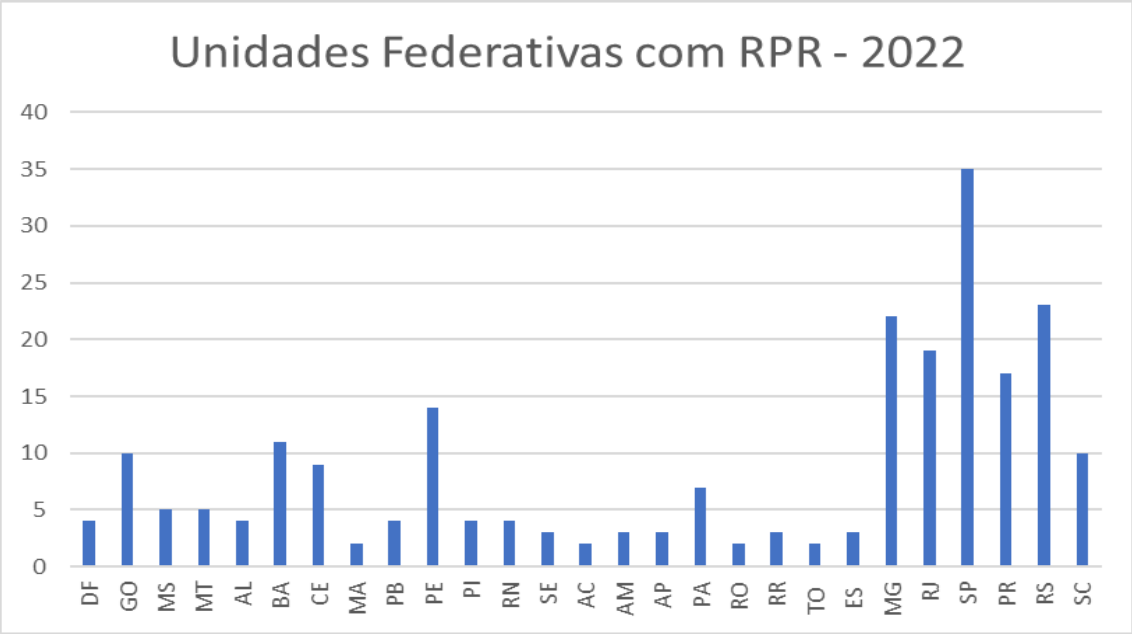
Nestes espaços, portanto, há maior desenvolvimento econômico, o que os diferencia dos demais Estados brasileiros. Neste texto organiza-se a regionalização do Brasil conforme o IBGE. No entanto, é possível recortar espacialmente somente os Estado do Sul e Sudeste, que formam, segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), a Região Concentrada, marcada pelo alto desenvolvimento da ciência:

> A Região Concentrada, abrangendo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela implementação mais consolidada dos dados da

> ciência, da técnica e da informação. Nessa Região Concentrada do país, o meio técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, a uma vida comercial mais intensa. Em consequência, a distribuição da população e do trabalho em numerosos núcleos importantes é outro traço regional (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 269).

Portanto, o panorama social e econômico, é preponderante, para que existam, neste espaço territorial, maior concentração do Programa Residência Pedagógica. Vale ressaltar a região Sudeste – voltando as regiões do IBGE – como um todo, foi a líder de recebimento do Residência Pedagógica nas três edições, ou seja, em ordem teve-se: 89, 86 e 79 centros de ensino superior selecionados. São Paulo e Minas Gerais, em 2018, foram as líderes, com 43 e 25 aparições do PRP. Já em 2020, houve decréscimo, ou seja, 39 e 24. Já na última edição Minas Gerais teve queda para 22 e São Paulo para 35. Para entender-se estes números, é possível observar-se a figura a seguir.

Figura 7: Unidades Federativas contempladas com o Programa Residência Pedagógica na edição de 2022.



Fonte: Elaboração própria, ano. João Pedro da Rosa Ribeiro. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/resultados-dos editais/05092022_Edital_1794069_SEI_CAPES___1793630___Edital24_22.pdf. Acesso em: mai. 2023.

Em linhas gerais, a concentração de IES que receberam o Programa Residência Pedagógica está destinada as regiões Sul e Sudeste. De forma mais específica,

os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, são os que possuem maiores seleções da política educacional em questão. Como já foi dito, estes espaços são favorecidos em função do alto desenvolvimento científico e informacional, presente, sobretudo pelo capital estrangeiro. Pode-se, por fim, afirmar que Sul e Sudeste, apresentam índices discrepantes, em comparação com os demais, com exceção do Espírito Santo, que iniciou com 6, na segunda edição foi para 5 e atualmente conta 3 IES recebendo o PRP.

Já em relação ao Norte, é necessário atenção, principalmente nos espaços estaduais de Roraima, Acre e Rondônia. A CAPES e o Ministério da Educação, podem, conforme forem suas possibilidades, fomentar o desenvolvimento educacional praticado nestes territórios. Além destes, as políticas públicas na área da educação podem ser melhoradas, no que tange o PRP, no Nordeste. Em especial no Estado sergipano, que apresentou apenas 3 seleções do PRP em todas as edições do projeto. Por fim, é necessário atenção, também ao Centro-Oeste, que apresenta números semelhantes entre os Estado participantes desta regionalização, porém, índices diminutos, se compararmos com seus vizinhos do Nordeste e Sudeste.

Em síntese, pode-se visualizar a concentração de execuções do Programa Residência Pedagógica no Sul e Sudeste, especificamente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O primeiro, desponta como principal centro de aplicação da *policy* em questão. Os motivos que levam este estado se sobressairaos demais, podem ser estar relacionados a maior economia e população do Brasil. Em relação aos territórios que menos recebem o PRP, os motivos podem ser os mesmos, ou seja, baixo desenvolvimento econômico, além de diminuta população. Para entender os motivos são necessárias investigações mais abrangentes. O foco deste texto foi apresentar em quais unidades federativas o Programa Residência Pedagógica encontram-se atualmente e nas suas duas primeiras edições.

Conclusão

Como pode ser visualizado na seção de desenvolvimento, o Programa Residência Pedagógica é uma política pública de educação, que visa integrar e fomentar a educação, em nível de formação de professores. Desta forma, a instituição mantenedora aponta objetivos e caminhos a serem percorridos na realização do projeto. As objetivações são executadas pelos atores, que segundo aponta a CA-

PES, possuem direitos e obrigações. Desta forma, foram apresentados os pontos da normativa que comentam sobre estas questões.

Em relação aos dados apresentados, é nítida que o projeto está disperso a todo o território brasileiro, isto é: em todas as unidades da federação. No entanto, os números apontam que ocorre mais seleções de instituições de ensino superior no Sul e Sudeste, sobretudo neste último. Estes elementos são importantes, na medida que, mostram-se em quais locais o projeto está disseminado. Como já se disse: todos os estados brasileiros recebem a *policy* em questão, entretanto, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e sobretudo São Paulo ocupam as primeiras colocações, se compararmos com os demais.

É plausível que Sul e Sudeste tenham maior desenvolvimento desta política pública, pois, são os locais com maior concentração de renda e educação, em contrapartida com Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Nos espaços em questão, existem uma menor taxa de desenvolvimento técnico e científico, principalmente em função dos aportes de capital e disseminação de investimentos. Conforme Milton Santos e María Laura Silveira, (2006) é possível que se façam divisões no Brasil que levem em consideração o elemento econômico. Desta forma, os maiores recursos encontram-se na chama Região Concentrada, que abarca, Sudeste e Sul. Por fim, este é um possível motivo para o maior recebimento nestes espaços.

Em futuras pesquisas, podem-se ser abarcados outros elementos, para que se possa melhor compreender a relação entre índices econômicos e educação, especificamente na formação de professores. Todavia, o Ministério da Educação, por meio de investimento públicos pode e deve fornecer aos Estados com menor recebimento do Programa Residência Pedagógica, pois, é de interesse nacional a formação de professores, em todos os espaços educacionais do país.

Referências

BENDRATH, Eduard Angelo; REIS, Jaqueline Rocha dos. **Residência Pedagógica espelhada na Residência Médica:** formação de professores sob nova perspectiva? Caderno de educação física e esporte. V. 19, n. 3, set./dez, 2021. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/26966. Acesso em: mai. 2023.

BRASIL. **Programa Residência Pedagógica.** Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica. Acesso em: abr. 2023.

_____. **Edital nº 24/2022** – Programa Residência Pedagógica. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/resultados-dos-editais/05092022_Edital_1794069_SEI_CAPES___1793630___Edital24_22.pdf. Acesso em: mai. de 2023.

_____. **Edital nº 01/2020** – Programa Residência Pedagógica. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/22052020-edital-1-2020rp-resultado-final-pdf. Acesso em: mai. de 2023.

_____. **Edital nº 06/2018** – Programa Residência Pedagógica. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/29052018-resultado-final-edital-6-2018-residencia-pdf. Acesso em: mai. de 2023.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria nº 82.** Brasília: Ministérios da Educação, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de educacaobasica/28042022_Portaria_1691648_SEI_CAPES___1689649___Portaria_GAB_82.pdf. Acesso em: abr. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMOS, Aline et al. **Reflexões sobre o ensino de línguas adicionais no Programa Residência Pedagógica:** uma aproximação entre escolar e universidades. *In*: MARTINS, Claudete da Silva Lima et al. (org.) Programa Residência Pedagógica na Unipampa: formação docente no horizonte de inovação pedagógica. São Leopoldo: Oikos, 2020.

MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypyczynski; SOUZA, Alba Regina Battisti de; MARTINS FILHO, Lourival José; **Programa de Residência Pedagógica:** processos formativos e articulações com a educação básica. *In*: MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypyczynski; SOUZA, Alba Regina Battisti de; MARTINS FILHO, Lourival José. (org.) Programa Residência Pedagógica e formação inicial de professores/as – experiências e diálogos. Campo Grande: Editora Renovar, 2021.

SANTOS, Milton; Silveira, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GÊNERO E DIREITOS HUMANOS: ENTREVISTA COM ALBERTO BARRETO GOERCH

Gabriel Eidelwein Silveira[75]
Gelson Pereira de Andrade[76]

RESUMO: Este é um texto de divulgação, no qual publicizamos a entrevista realizada pelos autores com o professor e advogado Alberto Barreto Goerch em 2022. A partir de um roteiro de 7 questões exploratórias, o entrevistado traça um diagnóstico geral sobre o estado atual da luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAP+ no Brasil, a partir da problemática de sua judicialização, abordando ainda a relação entre os estudos de gênero e os Direitos Humanos, a fundamentação jurídica constitucional e legal do ensino das temáticas de diversidade sexual e identidade de gênero na educação básica, além de outros temas correlatos.

Palavras-chave: Entrevista; gênero; direitos humanos; judicialização; ideologia de gênero.

Contexto da Entrevista

O tema geral da presente entrevista é a relação entre os estudos de gênero e os Direitos Humanos, assim como suas implicações para a discussão mais específica a respeito da importância da abordagem de gênero na educação básica.

75 Doutor em Sociologia. Professor do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus São Borja-RS. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí - PPGS/UFPI. Vice-líder do GP "ComGênero: Interseccionalidades com educação e direitos humanos". *E-mail:* gabrielsilveira@unipampa.edu.br.

76 Pedagogo. Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí. *E-mail:* gelsonandrade77@gmail.com.

O entrevistado é o professor e advogado Alberto Barreto Goerch, presidente e fundador da Comissão Especial de Diversidade Sexual e Gênero da OAB/RS, Subseção de Santa Maria, e doutor em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE. Assim, além de um estudioso da temática, trata-se de uma voz engajada na luta em defesa dos direitos da comunidade LGBTQIAP+.

A entrevista, de caráter exploratório, foi realizada em 18 de abril de 2022, no contexto da elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC) de Gelson Pereira de Andrade, no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus de Picos, sob a orientação do professor Gabriel Eidelwein Silveira, intitulado "Importância do ensino de gênero para a cidadania e sua conformidade com os Direitos Humanos". A entrevista foi realizada *online*, na plataforma digital Google Meet, sendo gravada com a utilização do aplicativo OBS Studio e posteriormente transcrita para análise.

Os autores consideram imprescindível socializar esta reflexão para um público amplo, para além da academia, pelas implicações tanto acadêmicas quanto políticas do conteúdo abordado, esclarecendo sobre a natureza dos estudos de gênero e sua convergência com a cultura dos Direitos Humanos, bem como com os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988 e com as normas internacionais vigentes, além das suas implicações para a educação básica. Entretanto, por razões de estilo e espaço, bem como para melhorar a legibilidade, os autores realizaram pequenas adaptações, complementações e supressões no texto original, contudo, sem alterar a essência do diálogo.

Entrevista com Alberto Barreto Goerch

a. *Como você avalia o estado geral dos direitos da população LGBTQIAP+ no atual contexto brasileiro? Você poderia enumerar alguns avanços recentes? E retrocessos?*

Primeiramente eu queria agradecer a oportunidade, podendo assim contribuir para esse estudo. A gente sabe o quanto ainda é necessária essa discussão e o debate a respeito desse tema. Eu fico muito feliz que, no Piauí, tenhamos pessoas como tu, Gelson, que estás se engajando; e isso me faz lembrar um pouco da minha própria história, quando eu comecei fazendo a minha monografia, o TCC, em 2009, escrevendo sobre o reconhecimento das uniões homoafetivas como família.

Isso foi 2 anos antes da primeira decisão do Supremo Tribunal Federal que, em 2011, reconheceu os direitos das famílias homoafetivas; e, a partir de lá, temos uma década de decisões sobre direitos LGBTQIAP+. Desde então, estudando sobre o tema, posso dizer que "juridicamente" temos muitos avanços.

Por que eu digo apenas "juridicamente"? Porque esses avanços infelizmente ainda não ocorreram no campo de políticas públicas. Eles não foram reconhecidos no campo do legislativo e raramente no campo do executivo. Quase todos os avanços que tivemos, desde o reconhecimento das uniões homoafetivas pelo Supremo, em 2011, até o início deste ano de 2022, partiram do poder judiciário.

Nós temos essas conquistas asseguradas pela Suprema Corte do judiciário brasileiro e isso representa um ponto positivo, porque, se não fosse a jurisprudência do STF, nesse contexto, fazendo uma interpretação do que a Constituição dispõe - o que chamamos de hermenêutica jurídica, em contraposição à aplicação literal do que está escrito - não teríamos esses avanços.

Embora a garantia dos direitos fundamentais da população LGBTQIAP+ pelo judiciário seja algo positivo, qual o ponto negativo? É o fato de que o Supremo só age, de forma invariável, nestas questões, quando invocado, obviamente pelo princípio do juiz natural. Devido aos casos de omissão, insuficiência e desvirtuamento de políticas públicas na proteção de minorias sexuais e de gênero no Brasil por parte dos poderes executivo e legislativo, fato já atestado por inúmeros trabalhos científicos - inclusive pela minha dissertação na época, quando fazia mestrado. Isso em todas as suas esferas, tanto nas municipais e estaduais, quanto em nível federal.

Para se chegar a essas decisões, sendo discutidas na Suprema Corte, temos um longo caminho... A gente sabe quais são os requisitos para ações de controle da constitucionalidade, recursos extraordinários, reclamações ao STF... Processualmente, para que tais demandas cheguem até lá, há uma longa estrada!

Então, há uma infinidade de processos judiciais, abaulando o judiciário, tudo em função do desrespeito desses direitos fundamentais desta população em vários outros níveis do judiciário, nas primeiras instâncias, nas suas entrâncias inicial, intermediária e final, nos tribunais de justiça dos estados, nos tribunais regionais federais ou do trabalho, nos tribunais superiores das matérias específicas, até que se chegue ao STF e comecemos a ter essas decisões. Então, infelizmente, o que a gente pode enxergar como um avanço na garantia desses direitos, diametralmente oposto e ligado a isso em nível de política e movimentos sociais, há uma estagnação, para não dizer um retrocesso, em determinados temas.

Hoje, se tem garantido muito pelo judiciário! A parte negativa disso é que, para o judiciário estar tendo que agir, muitas vezes sendo chamado de "ativista" (embora eu não o veja assim, como base científica; mas sim como um garantidor de preceitos constitucionais a partir da técnica da "interpretação conforme a Constituição"), muitas outras violações e omissões anteriores precisaram ocorrer. Quer dizer, embora o judiciário seja um garantidor, nós temos ainda uma deficiência muito grande por parte dos nossos representantes políticos, porque eles não querem "se queimar" com o seu eleitorado mais ideologicamente conservador.

Esses temas, uma vez que trazidos à pauta - vocês vão perceber - são desconfortáveis! Porque tudo o que envolve a identidade sexual e de gênero das pessoas mexe com elas historicamente. Então se evita tocar nessas pautas, especialmente numa como a sociedade brasileira, que é considerada conservadora, fundamentalista, com grau de instrução bastante baixo e que não quer debater esses temas.

Então tal ou tal candidato é só um reflexo do tipo de sociedade que ainda temos. Temos uma tendência natural a colocar a culpa nos políticos, mas esquecemos que os políticos são eleitos como um reflexo do tipo de cidadão que vota nele. Então, se temos tais mandatários é porque provavelmente há pessoas que aderem a tais discursos e por eles se sentem representados.

É por isso que dizemos que "representatividade importa"! E, nesse caso, importa "negativamente", porque nem fazem ou deixam de fazer as políticas públicas necessárias para a proteção das minorias sexuais e de gênero - minorias estas que são compostas por cidadãos, que pagam os impostos, que movimentam a economia e que têm todos os deveres de qualquer cidadão, mas que quase nunca têm os seus direitos reconhecidos.

É paradoxal! Embora tenhamos vários avanços na última década, reconhecidos por parte do judiciário brasileiro, nosso diagnóstico deve ser o de uma deficiência do poder executivo e do poder legislativo brasileiros em relação a essa pauta.

O fato é que o Brasil é e continua sendo o país que mais mata pessoas transexuais no mundo; o que mais violenta a população LGBTQIAP+ na América; e é um dos países que está no topo do *ranking* entre violações de direitos da população LGBTQIAP+ no mundo. E, ao mesmo tempo, é o país que mais consome "serviços sexuais" e pornografia LGBTQIAP+. Então, das duas, uma: ou os dados estão errados, ou o brasileiro faz um discurso muito hipócrita, porque, na verdade, ele "consome" essa orientação sexual e essa identidade de gênero ao mesmo tempo em que a nega e ataca. E isso é um problema muito sério que temos que enfrentar!

b. *Direitos Humanos e gênero são discursos/abordagens convergentes ou divergentes? Pode-se dizer que o reconhecimento das questões de gênero e diversidade sexual está de acordo com o discurso contemporâneo dos direitos humanos?*

Entendo que são convergentes. Na verdade, o direito à orientação sexual e à identidade de gênero é um direito humano: é apenas uma especificação de um conceito maior.

Mas seria necessário compreender o sentido correto, conceitual e histórico, dos direitos humanos - hoje tão estigmatizados por discursos ultrarreacionários.

Discursos ultrarreacionários estigmatizam o conceito, difundindo uma ideia equivocada de que os direitos humanos seriam um direito "de esquerda", "de comunista", etc. Esse discurso aborda os direitos humanos de forma político-partidária, quando, na verdade, os Direitos Humanos são direitos de todos os seres humanos, independente da sua característica religiosa, social, econômica, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero etc., pelo simples fato de serem humanos.

O conceito de Direitos Humanos nasce com o fim do segundo pós-guerra, quando temos o Holocausto dos judeus. Mas por quê é assim?

Enquanto a Europa, que detinha o poder global desde as grandes navegações, se apossava, invadia territórios em todo o planeta, quer dizer, enquanto os europeus eram os opressores, esse conceito sequer existia. Porque eles acreditavam na ideia de "sub-raças". Então, quando, no Holocausto, na Segunda Guerra Mundial, europeus começaram a extinguirem-se entre si (começou a morrer gente branca, rica, burguesa etc...), "dentro de casa", este conceito começou a emergir e a afirmar-se. (E isso não está muito diferente de um discurso que saiu recentemente e viralizou essa semana, de um representante político dizendo que estava estarrecido com o que estava acontecendo na Ucrânia, quer dizer, em ver pessoas ucranianas, de pele branca, europeias, de olhos azuis, morrendo... Pois agora a guerra não era mais algo que pertencia apenas a populações menos favorecidas). Enquanto apenas asiáticos, africanos, sul-americanos e estivessem morrendo, não se colocava o problema. A preocupação surgiu quando aconteceu com europeus.

Assim, nasceu o conceito de Direitos Humanos: porque todo mundo viu que ninguém estava seguro; então, afirmou-se a ideia de que o ser humano é ser humano independente de quem for. Então, defender direitos humanos não é defender uma ideologia política! É defender direitos básicos de dignidade para que qualquer pessoa não seja tratada como qualquer outra coisa que não seja um humano;

isso independente de onde ela esteja, onde ela for encontrada - nem que seja em Marte! -, se ela for humana, os direitos humanos devem ser assegurados para ela.

Respondendo diretamente à sua pergunta: entendo que os direitos de respeito à orientação sexual e identidade de gênero são convergentes aos direitos humanos. Esses direitos são assegurados inclusive pela carta das Nações Unidas.

Infelizmente esse documento tem forma jurídica de "resolução", o que não gera uma obrigatoriedade dos países signatários em cumpri-la. Mas deve servir de orientação para aplicação nos seus ordenamentos jurídicos internos, sabendo-se que, quando incorporados às constituições estatais, esses direitos humanos são transformados em "direitos fundamentais". Dizemos, então, que esses direitos foram "positivados", "internalizados" e "recepcionados" pelos sistemas de direitos positivos dos países.

O que poderíamos dizer, então, é que todos os direitos fundamentais, que estão dentro dos ordenamentos internos, são "direitos humanos", mas nem todos os direitos humanos já se tornaram "fundamentais" - porque alguns países ainda não os respeitam. Nem por isso eles deixam de ser direitos humanos.

Por fim, alguns países fazem uma linha mais hipócrita, como a brasileira. O Brasil assumiu compromissos de assegurar certos direitos, diz que vai protegê-los, mas, na prática, não os protege. Ainda pior, aqui no Brasil, nem chegamos ao patamar de assegurar muitos direitos no legislativo e no executivo, restando-nos a via do judiciário: é por isso que o poder judiciário é tão atacado na atualidade.

c. *O que dizem as normas internacionais de Direitos Humanos sobre os direitos da população LGBTQIAP+, gênero e diversidade sexual?*

Na verdade, normas internacionais podem ser pensadas num contexto maior do que a legislação. Porque "normas" não são apenas e necessariamente "leis". "Norma" é toda e qualquer forma legítima de pactos, resoluções e convenções; e por isso que existe o chamado "controle de convencionalidade", feito por estados soberanos no campo das relações internacionais. O controle de convencionalidade permite gerar um entendimento sobre quais sejam os direitos humanos, que são básicos a todos os seres humanos, independente dos lugares que, no planeta, estejam. Embora, como dissemos, alguns Estados não os cumpram como deveriam.

Dentro de uma sociedade internacional, os Estados buscam, pelo menos, passar a imagem de que protegem os direitos humanos. No campo do direito internacional, existem inúmeras resoluções, pactos, princípios, condenações dos

tribunais internacionais - em instâncias como a Corte Internacional de Justiça, Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Europeu etc., buscando o combate da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Por exemplo, um dos critérios de análise, na minha tese de doutorado (da qual o professor Gabriel foi coorientador) era verificar se, nos votos dos ministros do Supremo, havia fundamentação técnica com base nessas resoluções internacionais. E isso se verificou em muitos casos.

A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê esses direitos, assim como os pactos de direitos civis e políticos da América; a Declaração Americana dos Direitos do Homem, os princípios de Yogyakarta - Inclusive: recomendo que este último documento seja examinado pormenorizadamente, porque é o resultado de um encontro internacional da ONU realizado especificamente para discutir a questão dos direitos das minorias sexuais e de gênero. Então, a comunidade internacional, em relação a esse tema, está muito alinhada.

Inclusive, antes desse período político que o Brasil está vivendo agora [governo Bolsonaro]: o Brasil, na ONU, participava do Core Group, que era um grupo seleto, vanguardista, na tomada de iniciativas sobre determinados temas. O Brasil estava no Core Group e era um dos líderes nas proposições dos documentos internacionais na proteção da orientação sexual e identidade e expressão de gênero. Isso aconteceu no período de 2002 até 2016...

A partir de 2016, temos o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O Brasil para de propor iniciativas, tornando-se inexpressivo internacionalmente. Então, o Brasil sai do Core Group e nunca mais propôs mais nada relevante sobre o tema. Trata-se de um período em que o Brasil começou a caminhar numa linha totalmente oposta ao que estava trilhando há mais de uma década, quando era valorizado como autoridade sobre o tema na ONU. Sendo assim, perdemos muita expressão internacional na proteção destes direitos.

Logo, o Brasil foi colocado num patamar de um país que abertamente não respeita os direitos das minorias sexuais e de gênero, o que estava visivelmente explanado através dos perfis de representantes que elegemos: atestando que não era uma preocupação nossa a proteção dos direitos humanos das minorias sexuais e de gênero. Acaba sendo um retrocesso, fomentando o aumento da violência, da discriminação etc.

Embora o presidente da República [Bolsonaro] não saia do seu Palácio para ir pessoalmente cometer as violências, ele o faz através das "redes sociais". Em um

país fundamentalista, conservador, discriminador como o nosso, altamente fundamentado em princípios religiosos, quem vê um líder fazendo isso, se sente confortável para praticar o mesmo tipo de discriminações; e, por isso, o índice de violência de todas as formas - física, moral, psicológica e patrimonial - contra a população LGBTQIAP+, no Brasil, tem aumentado, infelizmente, nesses últimos anos.

d. *A Constituição prevê "uma sociedade livre de preconceitos" e a LDB prevê o "direito de ensinar e aprender". Você poderia falar sobre os dispositivos legais que amparam o ensino das questões de gênero na educação básica?*

Na verdade, a Constituição é uma fundamentação: ela é muito visível nas democracias modernas, mas ela precisa ser "interpretada". Ela não pode ser aplicada "literalmente", tal como está escrita. Isso [a hermenêutica] é uma necessidade dos Estados Democráticos de Direito na modernidade. Porque, conforme os modelos de Estado vão evoluindo, os poderes que pareciam mais "seguros", em relação ao tema, também foram se modificando.

Por exemplo: quando caiu a monarquia - que era constituída de representantes divinos na Terra -, a partir da Revolução Francesa, surgiu o primeiro modelo de Estado [de direito] que é o Estado Liberal. Neste período, não se confiava muito nos juízes, porque juízes recém estavam começando a exercer suas fusões, que foram delegadas através da "queda do rei". O "administrativo" ainda estava se consolidando, porque quem administrava era o rei; e [do ponto de vista da certeza jurídica], a gente só podia se agarrar ao que estava escrito. Assim, nessa fase, o poder legislativo adquiriu muito protagonismo. Porém, as pessoas não interpretavam o que estava escrito; elas aplicavam "literalmente" o texto legal.

Então, se a lei falasse que deveria alguém se sentar numa "cadeira", então, deveria ser necessariamente numa cadeira - e não num sofá! Embora um sofá também sirva para se sentar, ele não é cadeira. Um banco também não pode, porque não é uma cadeira. Na cultura jurídica daquele período, se o texto legal fala em cadeira, então tinha que ser uma cadeira. E [do ponto de vista da interpretação jurídica] é a isso que os fundamentalistas de hoje se agarram, porque elas não querem interpretar a Constituição!

Explico: a Constituição não prevê literalmente no seu texto que a família poderia ser entre "um homem e um homem", ou "uma mulher e uma mulher". Então [com base em uma aplicação literal], eles dizem que uma família deve ser apenas "um homem e uma mulher". Vários outros princípios constitucionais, entretanto,

demonstram que a base da família não é o sexo ou o gênero, mas o afeto, e a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos fundamenta essa visão.

Lembro de uma obra de Shakespeare que retrata muito esta visão [da aplicação literal da lei], a qual recomendo que você leia: "O Mercador de Veneza", o qual retrata este período do Estado Liberal, que é o primeiro [estado de direito] depois da queda da monarquia; em que as pessoas só se obrigam juridicamente com base nos pactos privados; e o que está escrito tem que ser cumprido, sem interpretar nada.

No entanto, desta forma acontece muita injustiça! Porque há muita relação social de "hipossuficiência". No caso de alguém oferecer dinheiro emprestado para outra pessoa, que não tem em casa, por exemplo, e o devedor não pagar o empréstimo, o credor tem o direito de arrancar um pedaço do corpo da pessoa... É como no "Auto da Compadecida", que é baseado em Shakespeare.

A sociedade, com o tempo, percebeu que essa lógica não poderia permanecer: a ideia do Estado Liberal, o "estado mínimo", de intervenção mínima do Coletivo nas relações privadas. Passamos a um segundo estágio, que se chama Welfare State, ou seja, o "estado de bem-estar social".

O Brasil não passou nem perto [dessa segunda fase], mas alguns países produziram seus modelos: a Constituição de Weimar, na Alemanha; a Constituição mexicana; os Estados Unidos a partir do New Deal, como resposta à quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929... Em todos estes casos, o Estado começa a se tornar mais intervencionista, para tentar minimizar os impactos de hipossuficiência social. A partir daí nasce o Direito do Trabalho", o Direito do Consumidor etc., para regular essas relações [entre hiper e hipossuficiente].

Neste período, o poder protagonista é o Executivo, porque a administração pública - que é a administração da "coisa de todos" - começa, cada vez mais, a intervir nas relações, para prevenir ou remediar as injustiças produzidas, em parte, pela "não-interpretação" do que está escrito na Lei [à luz dos princípios e direitos fundamentais].

Na atualidade - que corresponde ao terceiro modelo -, temos os Estados Democráticos de Direito. Podemos observar! Quando ligamos a televisão, quem é o poder que está tentando resolver a "lambança" toda? É o judiciário! Porque o judiciário hoje é o poder no qual o cidadão confia mais - ou desconfia menos...

Observamos que, desde a queda do Estado Absolutista, os protagonismos dos poderes, com legitimidade e reconhecimento social, foram mudando: no período do Estado Liberal, o protagonismo era o Poder Legislativo; no Welfare Sta-

tes, era do Executivo; e, na atualidade, no Estado Democrático de Direito, o protagonista é o Poder Judiciário.

Assim, perguntamos, qual é a função do judiciário nas democracias constitucionais? Não só no Brasil, mas no mundo, a função do poder judiciário é interpretar a Constituição! É o que a gente chama de "hermenêutica". E tu, Gelson, como profissional da área da Pedagogia, tem isso muito claro: "hermenêutica" é um dos grandes problemas dos estudantes. Qual é a aula que eles mais odeiam no Português? É a interpretação de texto! Porque as pessoas querem verdades "mastigadas", respostas prontas, levando em consideração que "o que está escrito, está escrito". Mas isso não basta! Pois precisamos saber o que aquilo que foi feito, dito ou escrito significa "em vistas do contexto" - seja a interpretação de um fato histórico, de um texto literário ou de uma norma jurídica. Isso nos força a pensar; e é isso que muitas vezes as pessoas não querem fazer!

Os governantes não gostam que as pessoas pensem por que, quanto mais as pessoas pensam, mais insubordinadas elas são. Porque, quanto mais acesso à informação eu tenho, quanto mais instruído eu sou, menos dominado eu me torno. Então, a função do Supremo é interpretar a Constituição: é fazer a hermenêutica, de forma sistemática e contextualizada, do que a Constituição significa.

Há inúmeros dispositivos constitucionais que são associados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), evidenciando justamente a intrínseca relação entre os dois documentos jurídicos. Essa legislação [a LDB], que evidentemente não é inconstitucional, toda ela foi lastreada, em sua construção, em princípios de interpretação constitucional. Então, ela é altamente legítima, de um ponto de vista constitucional, para fundamentar ações pedagógicas de letramento no campo da orientação sexual e da identidade de gênero, dimensões que fazem parte da formação psicossocial do indivíduo, sendo especialmente relevantes em países que historicamente violam os direitos das pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAP+.

Então, a fundamentação constitucional e a fundamentação legal, para que temas de orientação sexual e identidade de gênero sejam trabalhados na escola, garantem que as ações pedagógicas pertinentes sejam altamente legítimas, de um ponto de vista jurídico. Qualquer pessoa que se der ao trabalho de ler essa legislação, verá que ela se coaduna diretamente com a Constituição, inclusive com vários dispositivos expressos, princípios e direitos fundamentais. Assim, dizer que não há fundamentação legal para ensinar sobre gênero, é ser muito leviano e su-

perficial, juridicamente falando, traduzindo, no melhor caso, desconhecimento da norma, ou, no pior, a estratégia retórica de quem quer distorcer a hermenêutica e desinformar.

e. *Existe um discurso que demoniza o ensino daquilo que nomeia como "ideologia de gênero", com base no qual algumas famílias temem que seus filhos sejam "corrompidos" na escola. Assim, alegam um suposto direito de subtraírem seus filhos da escola regular, para poderem lhes fornecer domiciliarmente um ensino mais conforme aos valores familiares. Você saberia esclarecer acerca do estado atual deste debate?*

Sim, na verdade esse debate já vem há algum tempo, especialmente desde o início das eleições presidenciais passadas [2014]. Ou seja, esse discurso ganhou muita força há quase 4 anos. Inclusive circulou um vídeo nas redes sociais do pastor Silas Malafaia, discorrendo sobre esse tema...

Vamos começar pelo começo: a "ideologia de gênero", que é tão atacada, de fato, nem sequer existe. Essa é uma expressão que é totalmente antagônica com a sua própria definição. Não tem como se definir uma "ideologia de gênero", muito menos a aplicar e ensinar. E se ela fosse realmente efetiva, as pessoas, por exemplo, não nasceriam heterossexuais; e heterossexuais não teriam filhos com diversidade sexual e gênero diferente da heteronormativa. Se a orientação sexual e a identidade de gênero se produzissem num contexto educacional - e não como expressão da própria diversidade humana - a "doutrinação" seria altamente eficiente. Supor uma coisa dessas já é uma grande bobagem por si só.

Então, em nenhum momento, se pretendeu retirar da família o direito de debater temas de sexualidade e gênero dentro dos seios familiares. Acontece que, neste como em muitos casos, a educação formal está um patamar maior, que nós chamamos de "responsabilidade solidária". Há uma divisão tripartite. A educação não é responsabilidade "só" da família - e isso está escrito na Constituição! A educação é um dever "da família", mas é um dever concomitante "da sociedade" e "do Estado".

E quem é "o Estado" neste caso? Obviamente, o Estado não é alguém que mora lá em Brasília, ou em Teresina, ou em Picos... O Estado somos nós! Nós somos o Estado, ou seja, a comunidade organizada na forma de suas instituições democráticas. Portanto, o dever da educação não é "só" da família... Inclusive porque, o que não é incomum, pode acontecer de a própria família ser discriminadora e opressora, membros da própria família podem estar abusando sexualmente da

criança, como inúmeros casos de denúncias demonstram. A própria família pode estar violentando o "direito de personalidade" dessa criança. Nesses casos, essa criança tem direitos a serem protegidos. É dever da vizinha, da polícia, do conselho tutelar, da escola, da sociedade, e do Estado, pelo "princípio da proteção integral", defender essa criança, esse adolescente... Então, é uma falácia insinuar que a família, por si só, é a única defensora dos direitos da criança, sendo que inúmeras vezes a própria família é a violadora desses direitos...

No vídeo antes referido, o próprio Silas Malafaia menciona a Constituição, mas apenas um de seus artigos, de forma descontextualizada e distorcida. Neste caso, não há dúvidas: no artigo 227, a Constituição Federal de 1988 ressalta que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.".

Então é um dever da sociedade e do Estado também defender a criança de toda forma de violação de seus direitos, inclusive através do ensino do respeito à diversidade da orientação sexual e da identidade de gênero das pessoas. Quando há exploração, violência, opressão, então, o Estado e a sociedade devem agir, inclusive quando a família está cometendo tal violação. Se não o fizerem, essa negligência é uma omissão inconstitucional, pois o dever de agir está expresso na Constituição.

Outro ponto que Silas Malafaia aborda no vídeo é o Pacto de São José da Costa Rica - que é a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos, o qual refere que a família tem prioridade na educação religiosa e moral das crianças, o que sequer está em questão. Aqui há outra confusão, pois "educação moral e religiosa" é uma coisa e educação escolar é outra coisa: educação escolar é instrução! E o dever da escola de instruir é um dever constitucional! De fato, "educação moral e religiosa" não é papel da escola. Pelo contrário, o papel da escola é combater toda e qualquer discriminação, inclusive aquela baseada na "educação moral religiosa"!

Aí, ele só menciona esse artigo do Pacto de São José da Costa Rica, de forma descontextualizada. Mas ele deixa de mencionar vários outros artigos: o artigo 3 da convenção, que trata do direito que a pessoa tem de ter personalidade; o artigo 5, que refere a integridade física, psíquica e moral desse indivíduo; o artigo 11, que trata da proteção da honra e da dignidade dessa pessoa. Assim, para a sistemática da Convenção, quando não se respeita a orientação sexual, que é inata, que faz

parte da identidade da pessoa, quem ela é "de gênero", etc., se está ferindo totalmente a dignidade da pessoa.

Ele não menciona que a Convenção fala do direito da "liberdade de expressão". Ele não menciona a "proteção da criança" e as medidas de proteção que devem ser asseguradas pela família; e que, quando a família é violadora, o dever de proteção é da sociedade e do Estado. Está tudo escrito na mesma Convenção a qual ele faz referência, mas ele não comenta essas partes, porque não o convém. Muito pelo contrário: ele descontextualiza tudo. Ou seja, ele destaca apenas a parte que lhe interessa e, assim, faz uma "interpretação" - que é uma forma de hermenêutica -, justamente o que ele tanto critica quando é feita [pelo judiciário, por exemplo], contra os seus interesses; mas faz essa interpretação de forma descontextualizada, distorcendo o texto das normas para corresponderem aos seus interesses. Todos os dispositivos do Pacto que eu mencionei acima, ele não leva em consideração.

Outro ponto que ele menciona é um artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que fala do direito dos pais a dar uma educação que respeite às questões morais da família. Acontece que em nenhum momento se alegou que a família não tivesse direito de dar a sua "educação moral". O que ele não menciona, ao ler apenas partes descontextualizadas do Estatuto da Criança e do Adolescente é que existe um "princípio da proteção integral". Este princípio da proteção integral deve ser aplicado inclusive quando a família não o faz, que é o que acontece muitas vezes...

Mesmo que alguém queiras dar uma educação privada, mesmo que alguém queira fazer um homeschooling, que é uma tendência que se tem hoje, para afastar as crianças do convívio coletivo e dar a educação que bem se quiser dentro de casa, mesmo fazendo tudo isso, ele não menciona, por exemplo, o dever da proteção dos direitos fundamentais da criança...

Ignora inclusive que a LDB traz, no seu artigo 7, que "o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal." Ou seja, seu argumento ignora todas as outras premissas da Diretrizes e Bases da Educação, da Constituição, das normas internacionais e do princípio da proteção integral da criança e do adolescente, que simplesmente não são levadas em con-

sideração. Essas premissas, que ele não menciona, estão em todas as normas que ele cita. Mas ele não as lê porque são desinteressantes para seu argumento distorcido. Ou seja, sua retórica, baseada em uma hermenêutica equivocada, é apenas uma estratégia para espalhar informação falsa.

Então, o que as pessoas precisam, hoje, para desmistificar o gênero, é de acesso à informação. Pesquisas como as que vocês fazem, com certeza, vão contribuir para a modificação de pensamentos e de visões das pessoas, do sistema e do poder público; e, com isso, a gente vai melhorando e avançando... A passos curtos, mas avançando...

f. *Do ponto de vista dos direitos fundamentais de cidadania, como pensar o ensino de questões de gênero e diversidade sexual na educação básica? Qual a posição do Supremo a respeito? As leis municipais que proíbem o ensino de gênero seriam inconstitucionais? Em caso afirmativo, sob quais fundamentos?*

Primeiro: existem matérias que municípios e estados não têm competência para legislar; e as e as diretrizes nacionais de educação são nacionais. Elas devem se aplicar a todo o mundo, como a gente já mencionou anteriormente. Inclusive a própria Constituição, quando se trata do tema de orientação sexual e identidade de gênero, na educação básica: ela deve ser feita e, obviamente, com a capacidade pedagógica e lúdica apropriada às faixas etárias.

Em nenhum momento se está dizendo que se vai passar um filme para utilização (por exemplo, sobre preservativo) - coisa que se faz na faixa dos adolescentes - para o público da educação infantil, por exemplo. Assim se espalharam *fake news*, como a "mamadeira de piroca", livros que nunca foram indicados por órgãos públicos, e outras desinformações que viralizaram sobre o tema. Porque as pessoas não queriam checar a verdade: elas só queriam reafirmar a sua posição.

Estamos vivendo um momento de anticiência e de desrespeito à educação. Porque, se a educação realmente fosse valorizada, não estaria no patamar que está hoje. Diferente de países desenvolvidos, que colocam o professor como prioridade...

Então o Supremo Tribunal Federal teve que se manifestar a respeito deste tema. Inclusive houve situações em que se tentou proibir que se vendessem livros envolvendo esse tema na bienal do Rio de Janeiro; e o Supremo derrubou as liminares que cassavam o direito de venda, dizendo que a liberdade de expressão e o acesso à informação, desde que adequadas à faixa etária, não são proibidas. Pelo contrário: é um direito das crianças terem acesso a essas informações:

educação sexual é ensinar os direitos e limites que os adultos têm, inclusive sobre os seus corpos!

Muitas vezes as crianças não sabem que estão sendo abusadas porque elas não sabem o que é o abuso. Mas os fundamentalistas não querem que esse tema seja discutido na escola, porque quase sempre o abuso acontece nos seios familiares desses mesmos fundamentalistas; e, com isso, vem o medo da denúncia e da exposição.

Então, o ensino sobre diversidade sexual e gênero na escola, mesmo na educação básica, é assegurado constitucionalmente; o Supremo se manifesta a favor, com fundamentação legal; não com "achismo", e sim com base em documentação internacional e com o discurso interdisciplinar da educação, demonstrando que existem inúmeras técnicas lúdicas e pedagógicas que são adequadas às faixas etárias; assim como existem obras artísticas que têm classificação indicativa para serem assistidas.

Por outro lado, é inconstitucional proibir à criança o acesso a essas informações, porque isso vai refletir em inúmeros casos de violência e exploração que, infelizmente, diante do contexto da sociedade brasileira, as crianças ainda sofrem.

Existe uma hierarquia de normas e o sistema de justiça dentro da pirâmide kelsiana; e dentro dessas hierarquias de normas, estão as de nível federal, sejam ordinárias, delegadas as leis estaduais, as leis municipais, as resoluções e decretos; então, todas elas devem estar à luz da Constituição, porque elas devem ser reflexo do texto fundamental. Quando essas legislações, que são produzidas nos patamares infraconstitucionais, vão de encontro a todas essas premissas da Constituição, que foram apresentadas, as constituições têm um sistema de controle de constitucionalidade, através do Supremo.

Infelizmente os políticos que elegemos ainda não possuem a qualificação técnica necessária para legislar; e fazem leis teratológicas, monstruosas, Brasil afora. Então, mesmo que uma Lei tenha sido aprovada, ela poderá passar pelo controle judicial de constitucionalidade: uma fiscalização para ver se ela realmente reverbera o que a Carta Maior representa. Assim, se pode diagnosticar quando as leis são contraditórias ou afrontam os princípios dos direitos humanos, que ali são fundamentais.

Assim, muito embora as leis sejam aprovadas nos estados e municípios, quando essas leis passarem por um processo de fiscalização, dentro de um controle de constitucionalidade, podem ser diagnosticadas falhas, déficits e vícios de

forma ou de conteúdo, de modo que elas devem ser declaradas inconstitucionais. Esse é nosso sistema de justiça previsto dentro da Constituição, e se chama "controle de constitucionalidade". Justamente para garantir a integridade do sistema jurídico constitucional, contra leis inconstitucionais, feitas por representantes que, na maioria das vezes, sequer fazem as leis que deveriam fazer, demonstrando não saberem legislar sob a Lei Maior, o texto-base que tinham o dever de proteger...

g. *A mudança do perfil ideológico dos membros do Supremo, com a nomeação de novos ministros de perfil conservador (inclusive com a indicação de um ministro dito "terrivelmente evangélico") representa risco para as conquistas recentes?*

Este é um risco que se corre justamente em razão dos retrocessos dos quais falamos no início da nossa conversa. Mesmo com os avanços, que é o reconhecimento dos nossos direitos desta última década pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, o fato destes direitos terem sido reconhecidos justamente pelo judiciário sinaliza que temos um déficit na proteção desses direitos pelo legislativo e pelo executivo.

Acontece que a indicações às cadeiras da Suprema Corte são indicações políticas, feitas pela Presidência da República de cada época; e sabatinadas, confirmadas, por maioria absoluta, que é a metade dos votos mais um, do Senado Federal de cada época. Isto significa dizer que, com o decorrer do tempo, quanto mais os governos fundamentalistas e conservadores vão se perpetuando no poder, através das eleições democráticas, as indicações [ao Supremo] irão cada vez mais no mesmo sentido, preenchendo-se as cadeiras dos ministros que se aposentam; e, com isso, muda-se a bancada. O entendimento dominante da corte pode ser modificado, mudando a jurisprudência da Corte.

Como a gente não tem quase nada assegurado e garantido em termos de direitos, porque não há leis, com a mudança na mais alta corte, as jurisprudências garantidoras de direitos podem sofrer revezes, revertendo as conquistas que tivemos.

Minha tese de doutorado se debruça em analisar a fundamentação dos votos dos Ministros do Supremo para não deixar que esses direitos fiquem à mercê no nome do ministro indicado, mas que tenham um sentido teleológico suficiente para que, mesmo com a aposentadoria compulsória de tal ou tal ministro, e com advento de ministros menos liberal-progressistas, eles ainda tenham que se reportar àquela base, porque é a melhor fundamentação jurídica possível já construída... Então, o objetivo é produzir uma doutrina, uma base jurídica consolidada na Suprema Corte, ao ponto de que, mesmo com a saída de ministros, os novos

precisem respeitar aquela fundamentação teórica, independentemente de não concordarem com ela.

Na prática, ainda é um passo difícil, no Brasil, pelo momento sensível que estamos vivendo. Então, sim, corremos esse risco. No momento, o mínimo de direito que temos é assegurado pelo judiciário. O judiciário ainda é, na sua maioria, defensor dessas minorias, com fundamentação no direito. Mas já tivemos duas indicações de ministros mais conservadores, podendo aumentar.

No decorrer do que aconteceu nessas últimas eleições [2018], as conquistas de uma década simplesmente caíram por Terra. Então, é uma preocupação muito latente e que não se esgota. Assim, vemos a importância de votar bem, de escolher bem o seu representante político, porque isso tudo impacta no sistema social. Não só necessariamente no legislativo e no executivo, mas no próprio judiciário - porque sua composição é o reflexo das relações políticas e sociais. Então, não estamos numa posição confortável e segura. Pelo contrário, a gente continua numa instabilidade em relação a esses direitos. As cenas dos próximos capítulos vão depender dos jogos que acontecerem a partir dos próximos movimentos políticos.